

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

Juliana Alles de Camargo de Souza

**A MODALIDADE INTERROGATIVA E A MODALIZAÇÃO NAS VIAS DE
CONTINUIDADE DO ARTIGO DE OPINIÃO AUTORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para a obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada.

**Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering**

São Leopoldo

2006

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

Juliana Alles de Camargo de Souza

**A modalidade interrogativa e a modalização nas vias de continuidade do artigo de
opinião autoral**

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Mattos Guimarães

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering, UNISINOS

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ingedore G. Villaça Koch, UNICAMP

Examinadora

Prof.^a Dr.^a Rove Luiza de Oliveira Chishman, UNISINOS

Examinadora

São Leopoldo, janeiro de 2006

DEDICATÓRIA

Para meus amores, Antônio, José Guilherme e Luís
Rodrigo, meu esposo e filhos, pela compreensão,
paciência e amor infinito, ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar este trabalho, agradeço ...

... a Deus, por abençoar meus caminhos;

... a meus avós Anna e Anastácio, Antônia e José Luiz, pela luz que foram e são em minha vida;

... a meu pai, Othelo, pelo exemplo de retidão, honestidade material e intelectual, humildade, afeto, compreensão e sábios exemplos; a minha mãe, Rosa, pela energia, persistência, coragem, aconchego, inteligência realizadora, carinho e inesquecível exemplo de mulher e mãe; aos dois, como casal, pela herança de cumplicidade na busca de ideais e amor incondicional;

... a minha irmã Berenice, pela vibração, afeto, apoio e companheirismo infinitos;

... a minha irmã Laura, pela paciência, competência, empenho e carinho também no trabalho de digitação;

... à Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering, pela simplicidade, inteligência, competência, equilíbrio, iniciativa e incansável trabalho de aperfeiçoamento; também pela aposta encorajadora no meu trabalho;

... às Prof.^{as} Dr.^{as} Ana Maria de Mattos Guimarães, Ana Cristina Ostermann, Catia de Azevedo Fronza, Marlene Teixeira, do PPG de Lingüística Aplicada, que tanto contribuíram para meu crescimento acadêmico;

... à Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Regner, do PPG de Filosofia, pela capacidade de ensinar e encantar através das aulas Filosofia da Linguagem;

... à Valéria, nossa secretária do PPG, pelas palavras de apoio e amizade;

... às colegas de estudo da turma do Mestrado em 2004;

... aos colegas do Colégio Marista Pio XII, pelo apreço e aposta no meu trabalho;

... aos meus alunos desde 1975, de Pré-escola até os de hoje, do Ensino Médio, que me trazem o desafio de ser cada dia melhor e de buscar o Saber sempre.

RESUMO

Este estudo busca analisar o papel da modalidade interrogativa inserida no quadro estratégico do artigo de opinião autoral, definido através das vias de continuidade constituídas por relações entre unidades informativas do texto. Essa estratégia remete à ação do produtor textual desse gênero, que considera que o leitor possa não compreender nem crer satisfatoriamente na informação apresentada no texto. A pesquisa tem sua origem no projeto O.R.T.O. (Organização Retórica de Textos de Opinião) – projeto coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering, da UNISINOS. Do projeto, adota-se o referencial teórico inicial, com base em Bernárdez (1995), especificando as vias de continuidade textual, e em Mann e Thompson (1992), indicando as relações N-S (Núcleo-Satélite) da RST (*Rhetorical Structure Theory*) como opções do produtor que elabora o texto na direção de seu fim ilocutório. Para a organização e extensão do estudo, foram analisadas as tipologias frasais da modalidade interrogativa, conforme Koch e Vilela (2001), Mateus et al. (1983, 2003) e Weinrich (1989), registrando-se as interrogações *totais*, *parciais* e *retóricas*, dentre outras, bem como as possíveis modalizações no campo lingüístico, expressivo e discursivo, fundamentalmente, de acordo com Guimarães (2001), Parret (1979), Perelman (2002), Charaudeau (1992), Koch (2000) e Coracini (2001). A seleção do *corpus* de cinco artigos de opinião autoral obedece aos critérios presença, tipos e localização das perguntas nos segmentos textuais, possibilitada pela leitura e observação dos textos do O.R.T.O. A metodologia adotada segue o paradigma qualitativo (DIAS, 1999; LAVILLE e DIONNE, 1999). A abordagem da modalidade interrogativa nas unidades macroestruturais do artigo de opinião autoral apresenta-se como parte da estratégia construída, orienta-se a um fim discursivo, fundamenta parâmetros de referência textual (KOCH, 2001, 2002, 2003 e MARCUSCHI, 1999), remete a valores de modalização epistêmico-deônticos, compondo uma ação argumentativa e um quadro característico do gênero em foco, que visa ao *fazer-crer*.

PALAVRAS-CHAVE: modalidade interrogativa; estratégia; unidade informativa; modalização; *fazer-crer*.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the role of the interrogative modality inserted in the strategic board of the authorial opinionated article, defined by the option of vias of continuation constituted by relations among informative units of the text. This strategy leads to the action of the textual producer of this genre, who considers that the reader is neither able to understand nor satisfactory believe in the information presented on the text. The research has originated from the O.R.T.O. project (Rhetorical Organization of Opinionated Texts) - which is coordinated by Professor PHD Maria Eduarda Giering, from Unisinos - where the initial theoretical reference comes from, based on Bernardez (1995) mentioning the via of the textual continuation, and in Mann and Thompson (1992) indicating the relations N-S (nucleus-satellite) of the RST (Rhetorical Structure Theory) as options of the writer who produces the text in direction to his illocutory end. To the organization and extension of the study, the phrasal typology of interrogative modality were analysed according to Koch and Villela (2001), Mateus et al. (1983, 2003) and Weinrich (1989), registering the *total*, *partial* and *rhetorical interrogation*, among others, as well as the possible modalization on the expressive and discursive linguistic field, fundamentally, according to Guimaraes (2001), Parret (1979), Perelman (2002), Charaudeau (1992), Koch (2000) and Coracini (2001). The selection of *corpus* of five authorial opinionate articles follows the presence, types and interrogative localization by observation criteria of the texts from O.R.T.O. The methodology adopted follows the qualitative paradigm (DIAS, 1999; LAVILLE and DIONNE, 1999). The approach of the interrogative modality on the macrostructure units of the authorial opinionated article is presented as part of the built strategy, goes toward a discursive end, basing textual referential parameters (KOCH, 2001,2002,2003 and MARCUSCHI, 1999) and relates to epistemic-deontical modalization values, forming an argumentative action and a characteristic frame of the genre analysed, which intends to make-believing.

Key words: interrogative modality; strategy; informative unit; modalization; make-believing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 QUAIS SÃO OS LIMITES E O CONTEXTO DESTA DISSERTAÇÃO?	19
1. 1 O QUE EVOCA E INSTAURA O PROJETO O.R.T.O.?	19
1.1.1 Nesse quadro, qual é o papel do observador?.....	39
1.1.2 Como procede o O.R.T.O.?	41
1.1.3 O gênero artigo de opinião – afinal, o que é o argumentativo retórico?	48
2 A COOPERAÇÃO, O ENTENDIMENTO E A MODALIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO VERBAL	53
2.1 O QUE SÃO A COOPERAÇÃO E O ENTENDIMENTO NA COMUNICAÇÃO VERBAL?	55
2.2 A MODALIZAÇÃO.....	64
2.2.1 Quais as noções fundamentais de modalização?	64
2.2.2 Quais as pistas de expressão lingüística de modalização?	73
3 O QUE É A MODALIDADE FRASAL INTERROGATIVA?	91
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	91
3.2 QUAIS AS FORMAS POSSÍVEIS DE FRASE?	96
3.3 QUAIS OS CONTEÚDOS POSSÍVEIS DAS FRASES?.....	96
3.4 QUAIS OS TIPOS DE FRASES E COMO SE CLASSIFICAM AS INTERROGATIVAS?	99
3.5 O QUE DIZEM CHARAUDEAU E WEINRICH SOBRE A INTERROGAÇÃO?	106
3.6 COMO REVELAR A INTERROGATIVA COMO MARCO DE REFERENCIAÇÃO TEXTUAL?	118
4 EPISTÊMICO E DEÔNTICO: QUE MUNDOS SÃO ESSES?	126
5 QUAIS SÃO E COMO SÃO AS RELAÇÕES EM QUE AS PERGUNTAS OCORREM?	130
6 COMO FORAM TRAÇADOS OS CAMINHOS DE ESCOLHA DO <i>CORPUS</i> E QUAIS AS QUESTÕES METODOLÓGICAS?	136
6.1 QUAIS AS AÇÕES QUE CONSTRUÍRAM ESTA MEDOTOLOGIA?	139

7 O QUE SE PODE VERIFICAR NO <i>CORPUS</i>?	145
7.1 TEXTO 1: POR QUE TANTA SURPRESA?	145
7.1.1 Análise do Texto 1.....	146
7.2 TEXTO 2: CONVERSÃO MAL RESOLVIDA	158
7.2.1 Análise do Texto 2.....	160
7.3 TEXTO 3: A ANGÚSTIA DOS LIBERAIS.....	178
7.3.1 Análise do Texto 3.....	179
7.4 TEXTO 4: JOGOS DE AZAR	188
7.4.1 Análise do Texto 4.....	189
7.5 TEXTO 5: UM BUROCRATA CONTRA O LIVRO	205
7.5.1 Análise do Texto 5.....	205
 CONCLUSÃO	 217
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 228
 APÊNDICES	 236
APÊNDICE A – TABELA DE OCORRÊNCIA DE PERGUNTAS/UNIDADES INFOR- MATIVAS.....	237
APÊNDICE B – ESQUEMA DE ANÁLISE DAS INTERROGATIVAS I.....	245
APÊNDICE C – ESQUEMA DE ANÁLISE DAS INTERROGATIVAS II.....	247
 ANEXOS	 248
ANEXO A – TABELA DE ANÁLISE: DISCURSO EM RUÍNAS	249
ANEXO B – TEXTO: A BRONCA DOS CLUBES.....	250
ANEXO C – TABELA DE ANÁLISE: A BRONCA DOS CLUBES	251
ANEXO D – TABELA DE ANÁLISE: POR QUE TANTA SURPRESA?.....	253
ANEXO E – TABELA DE ANÁLISE: CONVERSÃO MAL RESOLVIDA.....	254
ANEXO F – TABELA DE ANÁLISE: A ANGÚSTIA DOS LIBERAIS	255
ANEXO G – TABELA DE ANÁLISE: JOGOS DE AZAR	257
ANEXO H – TABELA DE ANÁLISE: UM BUROCRATA CONTRA O LIVRO.....	258

INTRODUÇÃO

Como escreve Marcelo Dascal, em *Interpretação e Compreensão*, o homem “é um caçador de significados”. Assim, ele indica a busca dos elos escondidos que o texto escrito ou oral promove, sempre com o cuidado e a inteligência estratégica que as escolhas possibilitam. Ainda aproveitando, agora literalmente, as palavras de Dascal¹ “estamos constantemente procurando pelo significado, e o nosso apetite por esse gênero de primeira necessidade em nossa dieta espiritual é insaciável”.

Em contrapartida, se o significado é uma busca, a colocação em texto ou a produção do texto não só atende a formas de elaboração que sustentem essa dieta do *Homo Sapiens* mas também conduz a importantes questões como: Quais as limitações e pressuposições que regulam a elaboração e a busca do significado? Como se deve ou se pode significar e buscar o significado?

¹ Faz-se referência ao livro *Interpretation and Understanding* (2003), de Marcelo Dascal, que esteve no RS, de agosto a outubro de 2005, ministrando um curso sobre os temas abordados nessa obra. No curso, o autor analisou alguns capítulos desse livro, que será publicado pela Editora UNISINOS em 2006.

Sustentada por esses pilares gerais, esta dissertação se apresenta como mais uma sugestão de possível resposta a essas e tantas outras perguntas; revela-se como uma proposta de mapa de estudos da produção lingüística de um gênero – o artigo de opinião autoral – em que o humano se expõe, mais do que nunca, quando revela o que sabe, motiva e expõe a sua crítica, mostra o que valoriza.

No campo interdisciplinar que hoje constitui o entorno da ciência lingüística, em especial da Lingüística Aplicada, muitas perspectivas se abrem para a investigação de ações lingüísticas no instigante universo comunicativo. A escolha do recorte investigativo desta dissertação recai no gênero artigo de opinião autoral, visto que o projeto O.R.T.O.² (Organização Retórica de Textos de Opinião) abriu campos de estudo potencialmente importantes para o ensino da língua materna, sob uma perspectiva menos restritiva como a das regras da língua, e mais motivadora, pelo aporte cognitivo que disponibiliza. Esse fator vem qualificar o trabalho com a competência lingüística do indivíduo, do ponto de vista do uso da linguagem em todas as instâncias comunicativas nas esferas de sua vida.

Portanto, este trabalho investiga o artigo de opinião autoral, fundamentado na pesquisa quantitativa efetuada no projeto O.R.T.O., sob aspectos lingüístico-estratégicos relativos às unidades informativas da RST (*Rhetorical Structure Theory*), partindo da observação da inserção da modalidade interrogativa nesses segmentos. No recorte investigativo que propõe, este trabalho associa à modalidade interrogativa o tratamento da modalização no gênero focalizado, especialmente nos campos epistêmico e deôntico. Essas modalidades epistêmico-deônticas, textual e discursivamente, se constroem na proporção em que se elabora o artigo de opinião, gênero do universo argumentativo.

A decisão de pesquisar sobre a interrogação ocorre no momento em que o emprego dessa modalidade frasal é evidenciado de forma marcante no *corpus* do O.R.T.O. e parece contribuir, num primeiro olhar do texto, para o fim discursivo. Além disso, os trabalhos a respeito de gêneros textuais no campo argumentativo carecem de estudos que abasteçam e qualifiquem a produção textual no enfoque da interação entre produtor (P) e leitor (L), centrada no ponto de vista das decisões estratégicas sobre os usos lexicais, frasais e das unidades macroestruturais de elaboração textual orientadas para uma finalidade comunicativa.

Muito se pesquisa a respeito da leitura e dos processos de compreensão textual, mas a focalização que aqui se adota, enfatizando a produção do texto, merece a atenção redobrada, pela necessidade que se observa na ampliação de teorias que fundamentem práticas de atuação nos estudos da Produção Textual.

“O fato de que qualquer texto não é um amontoado, mas sim uma seqüência ordenada e hierarquizada de enunciados, traduz-se por **planos de textos** que desempenham um papel capital na **composição** macrotextual do sentido...” (CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D., 2004, p. 379). A frase, constante do verbete do *Dicionário de Análise do Discurso*, remete à idéia geral que traz luz à concepção subjacente a este trabalho e justifica, também, as opções feitas para a composição do texto desta dissertação. Enfim, os *planos* ou *níveis do texto* – qualquer que seja, mas aqui, em especial, o de gênero artigo de opinião autoral – funcionam sob uma certa *disposição* (*dispositio*, para os Antigos).

Sob essa perspectiva, da *disposição* ou a do *plano retórico* de textos, alguns estudos foram já feitos. Dentre eles, destacam-se a *Teoria e Epistemologia do Texto* (BERNÁRDEZ,

² O projeto O.R.T.O., que propiciou o tema desta dissertação, é desenvolvido sob a coordenação da Prof^a Dra^a.

1995) bem como o estudo pontual das macroestruturas no artigo *Las macroestructuras textuales como objeto del estudio lingüístico* (BERNÁRDEZ, 1990).

Outro estudioso fundamental nessa área é van Dijk (1995, 1996, 1997, 1998, 2000a, 2000b), que se preocupa com a abordagem do texto como um esquema global a que denomina *superestrutura* e que se vincula ao *gênero* textual (ressalta-se que ele usa o termo *tipo*). Tal *superestrutura* se compõe, segundo o autor, de categorias (planos) hierarquizadas e típicas de um dado gênero (tipo) de discurso. Essa tipicidade seria um *plano de texto convencional* (ADAM, 2004, p. 377), ou seja, estabelecer-se-ia a partir de um gênero de discurso, oriundo que é de uma situação determinada de produção textual, numa esfera da atividade humana.

Além desses linguistas mencionados, há os trabalhos de William Mann (1999, 2000, 2003) que definem um plano de texto chamado *Rhetorical Structure Theory – RST*, organizando esses planos relacionais de forma a possibilitar uma prática de análise/produção voltada a diversos gêneros em uso nas situações de comunicação.

Outros trabalhos importantes de serem citados nesta introdução delimitadora do escopo do estudo a que se procede são os que Mann, Mathiessen e Thompson (1992) realizaram a respeito das estruturas retóricas (RST) no gênero carta de solicitação de fundos; e também os de teóricos como Bateman (2001) e Rossari (2001), que participaram, com artigos sobre estudos do discurso na perspectiva de categorias relacionais textuais, de uma coletânea publicada na VERBUM, volume XXIII (2001). Todos esses trabalhos são de igual forma esclarecedores e circunscrevem o universo onde se move esta dissertação. Como

último, faz-se menção a Perelman (2004) cujo *Retóricas* é um livro fundamental de costura das idéias e análises do trabalho que se introduz.

Ainda, na circunscrição dos estudos sobre a modalização, cumpre enfatizar as linhas sobre as quais se organizam os estudos aqui conjugados ao plano de texto focado em vias e estratégias. Postula-se, para isso, o que apresentam Koch (2000), Parret (1988), Mateus et al. (1983, 2003) e Guimarães (2003), basicamente. A contribuição de Neves (2001) vem complementar a análise do ponto de vista do uso lingüístico de categorias gramaticais como potenciais modalizadores por meio dos efeitos de seu funcionamento na composição da frase e do texto. A perspectiva da modalização como uma atividade discursiva é marcante nesses estudos, desprendendo-se da visão restrita e mecanicista de uma modalização de lógica demonstrativa e desvinculada do seu perfil sociocognitivo e discursivo-contextual.

Sustenta-se a crença em que a produção do texto opinativo autoral remete a uma necessária análise da composição da textualidade como um sistema no qual (co)operam diferentes níveis. Tais níveis propiciam a progressão do texto em unidades significativas entre si. Em resumo, esses níveis constroem um quadro cognitivo e conceptual onde se movem produtor e interlocutor. A presença, nesses segmentos, de usos lingüísticos como a modalidade interrogativa contribuem expressivamente para uma composição estratégica de que um produtor pode utilizar-se para, dentro de uma dada situação, tornar eficaz seu projeto comunicativo. Nessa trilha é que se desenvolve a caminhada deste estudo.

Os objetivos traçados como norteadores desta pesquisa, em vista dos pilares já apresentados, são:

(i) Evidenciar como o modo interrogativo serve ao produtor (P) textual para marcar o fato de que P considera que o leitor (L) poderia não compreender a posição axiológica do produtor, ou crer na opinião apresentada, de modo satisfatório.

(ii) Evidenciar e esclarecer como a modalidade interrogativa serve ao produtor textual inserida em unidades informativas de Avaliação, Evidência, Justificativa e Solução.

(iii) Apontar a que tipo de desenvolvimento as frases interrogativas em N (núcleos) conduzem, isto é, a quais relações núcleo-satélite servem prioritariamente e como realizam isso.

(iv) Apontar e descrever os tipos de interrogações que ocorrem e sua relação com os segmentos textuais, a modalização e o fim ilocutório do artigo de opinião.

(v) Relacionar a modalidade interrogativa a valores epistêmicos ou deônticos (re)velados pelo produtor na construção do artigo de opinião.

(vi) Comprovar o valor argumentativo da modalidade interrogativa no artigo de opinião autoral.

(vii) Mostrar as implicações didáticas deste estudo.

A elaboração de uma análise qualitativa dos textos do *corpus* interessa tanto aos pesquisadores que tratam da abordagem estratégica de textos no estudo que considera a língua como um conjunto de opções possíveis de composição de um texto, quanto a professores e setores preocupados com uma pedagogia motivadora da língua. Nessa perspectiva, em consonância com o que preconizam os estudos contemporâneos sobre a aprendizagem de língua materna, a orientação que se propõe aponta para a necessidade urgente do desenvolvimento de competências e habilidades de uso da língua, neste caso escrita, e na direção argumentativa.

A organização deste trabalho segue a composição de capítulos e subcapítulos ou seções e subseções, assim distribuídos:

O capítulo 1 indica a contextualização da pesquisa que se faz com base no projeto O.R.T.O., que inspirou esta dissertação. Nesse capítulo, as bases teóricas do projeto são abordadas e descritas de forma sintética, a fim de esclarecer sobre que terreno se vai trabalhar. Além disso, procede-se a uma ilustração do tratamento que o O.R.T.O. dá ao artigo de opinião autoral, quando analisa as vias de continuidade e as relações nucleares e satélites, mostrando uma análise do artigo *Discurso em Ruínas*, de Gabriela Wolthers. Nessa parte inicial, que visa à orientação básica do leitor, é apresentada uma análise ilustrativa do artigo de opinião, com sua face argumentativa e retórica em evidência, nos moldes como foi concebida pelo O.R.T.O.

Já no capítulo 2, após orientação geral de leitura da seqüência organizada no interior da seção, sob o título *Como entrar nas trilhas deste trabalho?*, passa-se a discutir a cooperação e o entendimento na comunicação verbal, resgatando os estudos griceanos e investindo-os no universo discursivo desta análise.

Após, ainda no capítulo 2, por considerar-se a modalização relacionada intrinsecamente à cooperação e ao entendimento comunicativo, traça-se um panorama sobre as noções de modalização que têm sido estudadas por teóricos, evidenciando o posicionamento do produtor em relação ao que diz/escreve. Segue-se um estudo com vistas a compor um quadro das pistas lingüísticas da modalização, desde os indícios lexicais, sintáticos até os aspectos discursivos que, afinal, dão o caráter de sentido essencial, pelo uso que estabelecem em um universo de uma dada situação de produção escrita do texto.

O capítulo 3 focaliza a pergunta visando a estabelecer as características da modalidade interrogativa tanto em sua composição intrínseca quanto em algumas potenciais características de seu uso como enunciado ou parte de um enunciado ou como ato de fala em unidades informacionais ou macroestruturais do artigo de opinião autoral. Nessa seção, são arroladas as formas e os conteúdos possíveis das frases, os tipos de frases e a tipologia das interrogativas. Nessa seção, os estudos de Koch e Vilela (2001) bem como as anotações de Mateus et al.(2003) foram basilares, assim como os estudos sobre o questionamento e a interrogação, de Charaudeau (1992) e Weinrich (1982). O fechamento da seção 3 aponta, ainda, ao motivo pelo qual se pode afirmar que a modalidade interrogativa é um marco de referência textual.

O capítulo 4 responde à pergunta sobre o que são os mundos epistêmico e deôntico, logicamente no âmbito do quadro conceitual que se está postulando em todas as páginas desta dissertação.

No capítulo 5, realiza-se uma descrição bastante técnica das relações da RST levantadas como campeãs do emprego da modalidade interrogativa. Esse capítulo relaciona-se estreitamente com a contextualização, pois apresenta um detalhamento das relações em que mais foram usadas perguntas, passo que será fundamental para a compreensão das análises dos artigos de opinião autoral e da configuração do gênero.

As opções metodológicas e o tratamento que a essas se dispensou são descritas no capítulo 6. Nesse capítulo, também se apontam aspectos que justificam a opção pela abordagem qualitativa e se relatam os caminhos que levaram às escolhas metodológicas.

O capítulo 7 apresenta os cinco textos que compõem o *corpus* deste estudo, seguidos de suas análises nos itens registrados na seção sobre a metodologia.

A conclusão retoma cada etapa dos caminhos – trilhas – percorridos e traz os resultados e as revelações que o processo ou o transcurso da pesquisa possibilitou, em vista das escolhas feitas. Responde às perguntas que a observação inicial semeou e colhe novas questões as quais servirão, certamente, para trabalhos posteriores.

1 QUAIS SÃO OS LIMITES E O CONTEXTO DESTA DISSERTAÇÃO?

1.1 O que evoca e instaura o projeto O.R.T.O.?

Esta pesquisa tem origem no Projeto O.R.T.O. (Organização Retórica de Textos de Opinião), cujas observações e resultados conduziram a novas questões a respeito do artigo de opinião. O projeto é desenvolvido na UNISINOS, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering. O O.R.T.O. busca compreender o processo de como os artigos de opinião autoral publicados em jornais brasileiros são retoricamente organizados, considerando o processo de tomada de decisão das vias de continuidade que organizarão o texto em termos de relações macroestruturais para cumprimento do fim discursivo. Para a elaboração desta dissertação, que, portanto, está vinculada ao O.R.T.O., utilizam-se os quadros de análise do projeto, construídos com as vias de continuidade propostas por Enrique Bernárdez (1995) e com as relações da RST (*Rhetorical Structure Theory*). Esses quadros são apoio fundamental do trabalho aqui desenvolvido, com vistas à consecução dos objetivos traçados.

A complexidade da abordagem teórico-prática e o caráter probabilístico das conclusões exigem, no ponto de partida desta dissertação, explicações que esclareçam o modelo cognitivo do enfoque adotado. Isso é absolutamente necessário, porque se utilizam,

repete-se, na base deste trabalho, as vias de continuidade textual, descritas por Enrique Bernárdez no seu livro *Teoría y Epistemología del Texto* (1995), e as relações da RST (*Rhetorical Structure Theory*), de William C. Mann e Sandra A. Thompson (1992), adotadas pelo projeto O.R.T.O como instrumentos de análise, em vista das investigações feitas com textos relacionados ao fazer-crer, mais especificamente, o gênero artigo de opinião autoral.

Na essência teórica do projeto O.R.T.O., a forma decisiva da pesquisa efetuada encontra-se em Enrique Bernárdez (1995), quando o lingüista descreve a passagem de sistemas textuais simples (oração) para sistemas mais complexos (texto). Para isso, o autor categoriza o nível textual, estabelecendo parâmetros de abordagem – as vias de continuidade – e sugere a adoção adaptada do modelo da RST (*Rhetorical Structure Theory*). Na RST, a palavra *retórica* indica, em primeiro lugar, um universo comunicacional; em segundo, uma organização – dentro de um contexto – determinada por escolhas possíveis; em terceiro, a estruturação de ligações entre as estruturas escolhidas, com funções que remetem a categorias de efeitos que essas estruturas produzem. Dessa maneira, o termo *retórica*, na RST, vincula-se à estruturação de relações entre segmentos textuais, que refletem as escolhas de organização que o produtor faz ao elaborar seu texto (MANN et al., 1992). A partir da forma explicitada pela análise de relações entre unidades textuais, portanto, torna-se verossímil, tanto para o leitor quanto para o observador, que se valide a interpretação. A conjugação desses estudos trouxe alternativas de respostas a respeito das opções que um produtor textual tem ao organizar retoricamente seu texto.

Bernárdez (1995), ao iniciar sua epistemologia do texto, afirma a possibilidade de comparar o processo compreensivo da oração com o processo de entendimento da composição estratégica textual. Diz que as probabilidades de continuação de uma frase, por

exemplo, iniciada por um artigo *as* (depois do qual vem, de acordo com as regras já postas pela gramática da nossa língua, uma palavra feminina, no plural) são comparáveis à estruturação do todo textual, tratando-se, então, de segmentos ou parágrafos. Segundo seus estudos, o caráter determinista da linguagem, em nível oracional – como propõe a Gramática Gerativa – ocorre pelo fato de existir uma série de regras que estabelecem a cadeia dos elementos nas orações. É assim que a predizibilidade das orações se constrói, e os resultados da aplicação das regras de uma língua vão criar orações aceitáveis. As regras, a partir do exemplo dado acima com o artigo *as*, podem ser explicadas como as restrições que encontra o produtor ao estruturar a oração. Identificadas as palavras femininas, por exemplo, possíveis de seguir o artigo *as*, observa-se um movimento simultâneo de abertura e restrição. Cada palavra a ser empregada na oração tem diferentes possibilidades de continuidade, mas determinadas na língua em que se produz o texto. Essas restrições apontam para regras sintáticas e semânticas que norteiam a construção de unidades oracionais possíveis e aceitáveis em uma dada língua. A limitação considerável da elaboração oracional por regras, que a própria língua dispõe e prevê, implica o fato de, ao passar-se da oração ao nível textual, não se poderem utilizar categorias sintático-semânticas da mesma forma como determinadas e apresentadas na oração.

É nessa idéia inicial que se origina o estudo de *processos* de linguagem, o que proporciona uma visão do *transcurso* textual. Esse transcurso revela respostas às questões lingüísticas vinculadas à idéia de que a língua é um sistema global. Nesse sistema, o *determinismo* da aplicação de regras cede lugar ao caráter *probabilístico*. Uma rede de relações se constrói em diversos níveis que, conforme situa o lingüista espanhol, têm processos possíveis de funcionamento, passíveis de categorizações que dêem conta das opções de um produtor na elaboração do seu texto. A noção de *estratégia* frente à de *regra*

adota ampla possibilidade de continuações textuais possíveis, vizinhas de uma certa indeterminação, mas compatíveis com vias prováveis de continuidade de um texto. A consideração de novas categorias, em nível de processamento e de operações cognitivas, tomando a oração e as regras de uma língua como uma unidade de uso em um texto, é a perspectiva que o estudo epistemológico do texto de Bernárdez traz.

Nessa orientação retórica voltada à *estratégia*, sublinha-se o texto como um objeto complexo, ou seja, essa unidade significativa se tece frente a uma perda marcante da predizibilidade, se comparada à predição que as regras possibilitam. Todavia, se for considerado o fato de que a linguagem não se usa apenas em orações e não se detém num regramento oracional, volta-se o foco para o texto, que é elaborado com base em unidades informativas entre as quais se estabelecem relações alinhadas de uma determinada forma, em função de um dado fim discursivo, numa dada situação. A oração não tem essa complexidade, pois vai desempenhar um papel ou *funcionar* dentro da unidade de uso, o texto. Dessa forma, o texto difere radicalmente da oração por estar sempre relacionado visceralmente com o *uso* da linguagem, sendo impossível descrevê-lo com independência das situações em que se pode utilizá-lo, o que é possível fazer com a oração isoladamente.

Sob esse ângulo, os estudos de Enrique Bernárdez, especialmente os registrados na sua teoria, conduzem a uma concepção de configuração de texto como *estratégia*, em que as bases da textualidade não fogem à “sensitividade às condições iniciais, complexidade, níveis e escalas ...” (BERNÁRDEZ, 1995, p. 134) possíveis e passíveis de abordagem num estudo científico de texto. A ênfase sobre o fato de que a linguagem só existe por seu uso, e não por um mero exercício de idealização que serve para teorias interessantes, mas bastante redutoras do verdadeiro objeto de estudo, implica o que diz o lingüista espanhol:

Pero em que consiste la idealización del language que há llevado a cabo la lingüística generativa? No es preciso detener-se demasiado en este tema, pues resulta suficientemente conocido, pero creo conveniente hacer al menos unas observaciones que sirvan de recordatorio. Muchas (o mejor, muchísimas) de las críticas a la GG desde sus comienzos tienen su origen en la incomprensión del papel científico de la reducción del objeto. Así, la definición del *language como conjunto de oraciones* fue muy criticada porque « el language es mucho más que eso ». La *no consideración del uso del language* entre los objetivos de la GG se censuraba porque « el uso es una parte fundamental del language, incluso la más importante, el language sólo existe por el uso » (BERNÁRDEZ, 1995, p. 55).³

Do ponto de vista de possibilidades da continuidade textual, Bernárdez (1995) escolhe e indica o modelo da RST (*Rhetorical Structure Theory*), que atende aos postulados iniciais de seu estudo. A RST (MANN e THOMPSON, 1988) é um modelo que utiliza ligações ou conexões que se estabelecem entre elementos textuais, concentrado em relações *resumo-a-núcleo* ou *fundo-a-núcleo*. Em outras palavras, a RST considera que um texto se constrói a partir de relações fundamentais chamadas *hipotaxe* (aqui considerada na perspectiva semântico-pragmática e não sintática) e *parataxe*. Por conseguinte, elementos subordinados, denominados *satélites* (S) ocorrem em função de subordinantes, chamados *núcleos* (N). Aos primeiros (S), cabe a tarefa de ampliar, facilitar ou tornar aceitáveis os segundos, isto é, os satélites existem na direção dos núcleos. Para ilustrar o que o estudioso espanhol afirma a respeito disso, anota-se o que escreve a seguir:

La distinción entre N y S es de gran importancia, porque permite suponer que un texto está formado por dos niveles básicos de información: el que contiene lo principal, la información más importante que quiere proporcionar el autor, y el nivel en el que aparece la información secundaria, en el sentido de que aparece para ayudar a la comprensión, aceptación, etc., de la información principal. En realidad no existen sólo dos niveles, sino muchos, pues la estructura núcleo-satélite se va repitiendo en todos ellos de modo que para cada nivel tendremos un núcleo (información principal) con sus satélites (información secundaria o subordinada al

³ Tradução: Mas no que consiste a idealização da linguagem que tem levado a cabo a lingüística gerativa? Não é preciso deter-se demasiado nesse tema, pois é suficientemente conhecido, mas creio conveniente fazer ao menos algumas observações que sirvam de lembrança. Muitas (ou melhor, muitíssimas) das críticas à GG desde seus começos têm sua origem na incompreensão do papel científico da redução do objeto. Assim, a definição de *linguagem como conjunto de orações* foi muito criticada porque “a linguagem é muito mais do que isso.” A *não consideração do uso da linguagem* entre os objetivos da GG se censurava porque “o uso é uma parte fundamental da linguagem, inclusive a mais importante, a linguagem só existe por seu uso.”

núcleo) que a su vez pueden analizarse en un nuevo núcleo con sus satélites y así sucesivamente (BERNÁRDEZ, 1995, p. 84).⁴

A representação das relações entre unidades na RST é feita com linhas horizontais, remetendo às unidades N e S. Ao desenhar a hipotaxe, Bernárdez assim a representa:

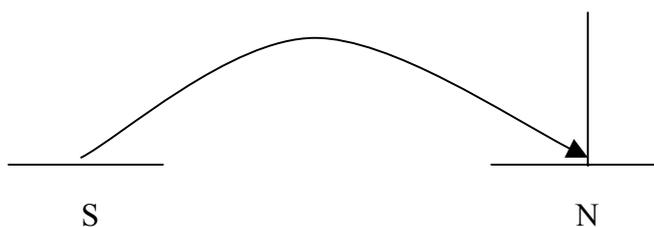


Figura 1. Hipotaxe. (BERNÁRDEZ, Enrique, 1995, p. 83)

Na Figura 1, a ponta da seta em N (núcleo) indica que S (satélite) existe em função do elemento nuclear. Este último elemento, considerando-se uma relação de causa, por exemplo, é uma conseqüência do primeiro.

Já nas relações de *parataxe*, a curva não dirigida revela apenas a existência de relação, diferentemente da anterior. A existência de N1 e N2 assim o demonstra, conforme o que se vê no gráfico a seguir. Observe-se que, nesse caso, podem ocorrer dois ou mais núcleos.

⁴ Tradução: A distinção entre N e S é de grande importância, porque permite supor que um texto está formado por dois níveis básicos de informação: o que contém o principal, a informação mais importante que quer proporcionar o autor, e o nível em que aparece a informação secundária, no sentido de que aparece para ajudar a compreensão, aceitação etc. da informação principal. Em realidade não existem só dois níveis, mas muitos, pois a estrutura núcleo-satélite se vai repetindo em todos eles de modo que para cada nível teremos um núcleo

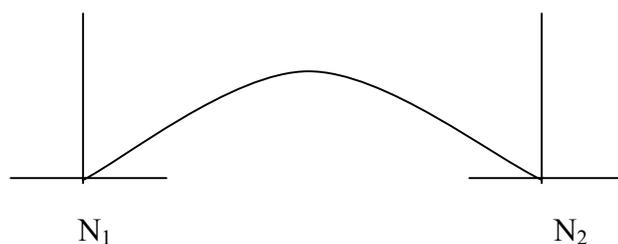


Figura 2. Parataxe. (BERNÁRDEZ, Enrique, 1995, p. 83)

Na figura 2, a continuidade estabelecida não desenvolve, mas expressa ações novas como o que ocorre numa relação de coordenação dos núcleos. Um exemplo é a relação de Contraste, que polariza dois N, definindo-os um em relação ao outro, por suas oposições ou diferenças.

Essas curvas etiquetadas que representam relações denotam um *esquema*, por exemplo: “S + N + curva etiquetada e dirigida” (BERNÁRDEZ, 1995), no caso hipotático. Na terminologia de Mann e Thompson (1999), essas relações denominam-se *presentational relations*, que podem ser de dois tipos: (i) as que unem semanticamente partes do texto; (ii) as que o produtor estabelece a fim de obter um *fazer* do interlocutor/leitor.

Outro aspecto importante a ressaltar no estudo de Bernárdez, ao utilizar a RST, é que ele sugere a base funcional da teoria como o fundamento de uma análise explicativa da coerência do texto, independentemente das formas lexicais ou gramaticais. Isso decorre da adoção do modelo da RST, o que possibilita a identificação da estrutura dentro da oração (conforme esquema “S + N + curva etiquetada e dirigida”, por exemplo) e também a esquematização de funções de diferentes métodos de união ou de composição de cláusulas.

(informação principal) com seus satélites (informação secundária ou subordinada ao núcleo) que a sua vez podem analisar-se em um novo núcleo com seus satélites e assim sucessivamente.

Dentro do espaço explicativo das hipóteses possíveis que um produtor pode seguir para elaborar a continuidade de seu texto, Enrique Bernárdez remete a lista de relações da RST de Mann e Thompson a uma série de *vias*. Essas vias são, na realidade, conjuntos de opções de continuidade, às quais denomina de: (i) via *Apresentativa* ou *Apresentação*; (ii) via *Paratática* ou *Parataxe*; (iii) via *Hipotática* ou *Hipotaxe*.

Estabelecendo-se uma ponte entre as vias e as relações, recorre-se ao caráter abrangente das primeiras. Assim, as *vias* são estratégias em nível mais amplo. Em outras palavras, essas estratégias facilitam ou proporcionam o estabelecimento da relação produtor-leitor, buscam a aceitação do que é dito/escrito por parte do produtor, reelaboram algo já informado ou trazem novas informações. Já as *relações* estabelecem as especificações que fazem acontecer os processos apresentativos, paratáticos e hipotáticos. Exemplificando, a relação de *Evidência* (via *Apresentativa*) condiciona o leitor a aceitar/crer em N. Ela processa a informação de forma mais concreta e crível para o leitor, já que o produtor apresenta a informação nuclear (N) com uma unidade informativa de Evidência (satélite – S).

Com o objetivo de esclarecer ainda melhor a análise que o projeto O.R.T.O. realiza e a que será proposta, registram-se as definições das relações de cada uma das vias. Considerando N (núcleo), S (satélite), P (produtor), L (leitor), essas relações são a seguir enumeradas e caracterizadas.

A via *Apresentativa* é constituída pelas relações de *Antítese*, *Capacitação*, *Concessão*, *Evidência*, *Fundo*, *Justificativa*, *Motivação*, *Preparação*, *Reformulação*, *Resumo*.

Na *Antítese (Antithesis)*, P tem atitude positiva em relação à situação apresentada em N. Nas condições N + S, há um contraste. Devido a esse contraste (incompatibilidade N - S), é inviável a disposição positiva sobre ambas as situações. A compreensão de S e a incompatibilidade aumentam a atitude positiva de L em relação a N (essa é, de fato, a intenção do produtor).

A relação de *Capacitação (Enablement)*, nas condições individuais, tem foco em N e apresenta uma ação de L (incluindo aceitação de oferta), não realizada no marco contextual de N. Assim, a compreensão de S por L aumenta sua capacidade de realizar a ação, que é a intenção de P.

Na relação de *Concessão (Concession)*, quando em N, P tem uma atitude positiva mediante N; quando em S, P não afirma que S não é certo. Quanto às condições N + S, P reconhece uma (possível) incompatibilidade entre N e S. Quando reconhecida a compatibilidade entre N e S, há aumento da atitude positiva de L em relação a N, que é a intenção do produtor.

A *Evidência (Evidence)*, em N, condiciona que L poderia não crer em N, satisfatoriamente, para P; já em S, L aceita S ou considera-o crível. Na relação N + S, a compreensão de S por L aumenta sua aceitação de N. A intenção do produtor é esta: aumentar a aceitação de N por L.

Quanto à relação de *Fundo (Background)*, em N (condições individuais), L não entenderá N inteiramente sem antes ler o texto de S. Em N + S, as condições de S aumentam a

capacidade de L para entender um elemento em N. O efeito ou a intenção de P é o aumento da capacidade de L para entendimento de N, portanto.

A relação de *Justificativa (Justify)* não apresenta condições individualizadas em S ou em N, mas – nas condições S + N – a compreensão de S por L aumenta sua disposição para aceitar que P apresente N. O objetivo ou o efeito pretendido por P é esse aumento de inclinação de L a aceitar que P apresente N.

A *Motivação (Motivation)*, restrita a N, é uma ação ainda não realizada, em que L é o ator (inclui aceitação de oferta, não realizada em relação ao marco contextual de N). Em N + S, a compreensão de S por L aumenta seu desejo de realizar a ação apresentada em N. O efeito pretendido é o aumento do desejo de L de fazer ação mostrada em N.

Ainda na via *Apresentativa*, a relação de *Preparação (Preparation)* não se restringe a N ou a S, entretanto em N + S, S antecede N no texto; S faz com que L se sinta mais preparado, interessado ou orientado para ler N, sendo essa orientação a intenção de P.

A relação de *Reformulação (Reformulation)* também não se restringe a N ou S, mas em N + S suas condições revelam S, que reformula N, sendo S e N de extensão semelhante. N é mais importante que S para os propósitos de P. A intenção de P é que L reconheça S como uma reformulação de N.

No *Resumo (Summary)*, nas condições individualmente em N, N é constituído por mais de uma unidade; em N + S, S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, reduzida. O efeito ou a intenção de P é que L reconheça S como uma breve reformulação de N.

Na via *Hipotática*, as relações são *Alternativa*, *Causa*, *Circunstância*, *Elaboração*, *Avaliação*, *Método*, *Propósito e Solução*.

Na *Alternativa* (*Otherwise*), nas condições restritas a N, ocorre uma situação não realizada; relativo a S, também há uma situação não realizada. Nas condições N + S, a realização de N impede a realização de S, sendo a intenção de P que L reconheça que a realização de N impede a realização de S.

A relação de *Causa* (*Cause*), quando em condição individualizada em N, é uma situação; em S, é causa, quando se quer enfatizar o efeito; é causado, quando se quer ressaltar causa. Nas condições N + S, S causou ou é causado por N. A intenção de P é que R reconheça S como causa ou causado por N.

Na *Circunstância* (*Circumstance*), restritas as condições em S, este satélite sempre se realiza; em N + S, S estabelece um quadro para o tema principal, dentro do qual L deverá interpretar N. A intenção de P é que L reconheça que S proporciona o quadro (ou marco) para a interpretação de N (S oferece o marco dentro do qual se deseja que R interprete a situação apresentada em N).

Na *Elaboração* (*Elaboration*), encontram-se condições em N + S, em que S apresenta detalhes sobre a situação ou sobre algum elemento em N ou acessível em N mediante uma das inferências que se apresentam na continuação. Numa lista, N se refere à primeira parte do par; S, à segunda: conjunto-membro; abstrato-exemplo; todo-parte; processo-passo; objeto-atributo; geral-específico. A intenção de P é que L reconheça que a situação apresentada em S

proporcione detalhes para N. L identifica o elemento para o qual os detalhes são proporcionados.

Na *Avaliação (Evaluation)*, não há condições individuais em N ou em S, mas em N + S. Assim, S refere N ligado ao grau de atitude positiva de P em relação a N. A intenção de P é que L reconheça que S afirma N e reconhece o valor a este atribuído.

A relação *Método/Meio (Mean)*, individualizada em N, mostra uma atividade. Nas condições N + S, S apresenta um método ou um instrumento possibilitador da realização em N. A intenção de P é que L reconheça que o método ou o instrumento em S pode tornar possível a realização de N.

O *Propósito (Purpose)*, nas condições individuais, em N, apresenta N sendo atividade; em S, o S é uma situação não realizada. Em N + S, S realizar-se-á mediante atividade em N. L reconhece que a atividade em N tem como finalidade realizar S, ou seja, S é a intenção de P.

A *Solução (Solutionhood)*, individualmente, em S, apresenta um problema. Nas condições N + S, N é uma solução ao problema apresentado em S. A intenção de P é que L reconheça N como solução ao problema visível em S.

Na via *Paratática*, ocorrem as relações de *Contraste*, *Lista*, *Reformulação Multinuclear*, *Seqüência* e *União*. Aqui, há pares de núcleos ($N_1 - N_2$).

No *Contraste (Contrast)*, nas condições de cada par de N, não se revelam mais de dois núcleos. As situações, nesses núcleos: (i) se entendem como a mesma em muitos aspectos, (ii)

se entendem como diferentes em alguns aspectos, (iii) se comparam em relação a uma ou a mais dessas diferenças. L reconhece tanto a possibilidade de comparação quanto a diferença apresentada na comparação; essa é a intenção de P.

Na *Lista (List)*, um elemento é comparado a outros e unido a outro N, mediante a relação lista. Assim, L reconhece a comparação dos elementos na lista.

Na *Reformulação Multinuclear*, um elemento é uma repetição de outro a que está unido; os elementos são de importância similar em relação aos fins de P. O efeito é que L reconhece a repetição dos elementos unidos.

Já na *Seqüência (Sequence)*, existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos. Nela, L reconhece a sucessão de relações entre os núcleos.

Na *União*, na relação dos pares de N, o N1 (núcleo 1) estabelece uma relação de união com o N2. Já que se trata de uma parataxe, a relação N1 e N2 tem uma função de continuidade informativa de novidades a respeito do agente ou de outros agentes.

Por conseqüência, distinguir N/S é aceitar que um texto tenha dois níveis básicos de informação: aquele que concentra o principal e o que guarda o secundário, mas que funciona como recurso de compreensão ou de aceitação do essencial. A sucessividade de N/S é própria da atividade cognitiva da linguagem, pois níveis de informação principal (N) vão se articulando com outros de informação secundária (S).

Para fim de esclarecimento, transcreve-se a legenda de observação das vias e respectivas relações, organizando o estudo. Esta legenda é parte fundamental da metodologia adotada pelo projeto O.R.T.O. e mostra o ordenamento vias-relações em que se inserirão as análises realizadas nesta dissertação.

LEGENDA O. R. T. O.

A	Via Apresentativa	B	Via Hipotática	C	Via Paratática
1	Antítese	1	Alternativa	1	Contraste
2	Capacitação	2	Causa	2	Lista
3	Concessão	3	Circunstância	3	Reformulação Multinuclear
4	Evidência	4	Condição	4	Seqüência
5	Fundo	5	Condição Inversa	5	União
6	Justificativa	6	Elaboração		
7	Motivação	7	Avaliação		
8	Preparação	8	Método		
9	Reformulação	9	Não-condicional		
10	Resumo	10	Propósito		
		11	Solução		

(Legenda Projeto O.R.T.O., 2003. Adaptado de BERNÁRDEZ, E. 1995, p. 211)

Enquanto Bernárdez (1995) apresenta seu trabalho detalhando as opções de continuidade nas unidades de análise denominadas *cláusulas*, ou seja, em nível da coerência da seqüenciação das orações de um texto, o projeto O.R.T.O. constrói sua tarefa tomando como unidade de análise os *segmentos* ou a “seqüência contígua de texto reduzível à macroproposição”⁵. Os estudos de Bernárdez (1995) mostram variados exemplos oracionais, mas sugerem que a análise textual seja feita com unidades informativas mais amplas, considerando o texto unidade em uso. O projeto O.R.T.O. assumiu essa tarefa. O lingüista espanhol promove uma ligação das relações da RST com as vias estratégicas do texto, o que foi criteriosamente estudado, elaborado e utilizado no projeto Organização Retórica de Textos de Opinião (O.R.T.O.)

⁵ Essa noção aparece explicada na revista Calidoscópio, em *O artigo de opinião autoral: as escolhas estratégicas do Produtor para o fazer-criar*, da coordenadora do O.R.T.O., Maria Eduarda Giering (2005). Seqüências consecutivas (frases, parágrafos ou conjunto de parágrafos) compõem uma macroproposição. Essas configuram-se nas relações que vão integrar o quadro estratégico de cada artigo de opinião.

Assim, a abordagem postulada por Bernárdez (1995) é adotada no O.R.T.O. e não esconde seu enfoque cognitivo. Conseqüentemente, as unidades informacionais, em vias e relações, configuram-se coerentemente entre si, compondo um texto.

Com essa sustentação explicitada, o plano da base de observação que esta dissertação tem como objetivo vai sendo construído. Explicando e completando, este trabalho postula que a interrogação exerce um papel específico, ao ser utilizada em determinadas unidades de informação. A modalidade frasal interrogativa insere-se como enunciado ou parte de enunciado no sistema textual e, nesse sistema, integra, compõe e marca efeitos, contribuindo com o macroato que se constitui num dado artigo de opinião autoral.

O artigo de opinião autoral constitui o *corpus* do projeto O.R.T.O., e as questões suscitadas no andamento das pesquisas propiciaram esta dissertação quando, na leitura das análises quantitativas, se percebeu a presença importante da modalidade interrogativa em determinados segmentos textuais.

O gênero textual⁶ que constitui o *corpus* analisado no projeto O.R.T.O., nesta dissertação, suscita outros aspectos que requerem definição. Um deles é o que diz respeito à noção de gênero e outro, ao que se define como texto. O desenrolar das observações é orientado por essas premissas assim como as conclusões a que se chega são fundamentadas nessas definições.

⁶ A adoção do termo *gênero textual* neste trabalho decorre do fato de que o artigo de opinião autoral, compondo o *corpus* de análise, é emergente da *esfera da atividade humana* da imprensa e mídia escrita. Assim sendo, adota-se esse termo por espelhar sua caracterização e constituição pela ação sócio-discursiva. Assim, *gênero textual* é a designação de *realização lingüística concreta definida por propriedades sócio-comunicativas* (Marcuschi, 2002, p. 23).

O gênero textual artigo de opinião autoral é uma ação de linguagem sociocomunicativa concretizada na esfera da ação midiática, indicando uma situação de escrita monolotiva caracterizada por uma resposta não imediata do leitor de jornal. Adota-se a definição de gênero que evoca a presença de modelos de contexto construídos sociocognitivamente e que representam “os conhecimentos, os propósitos, os objetivos, as perspectivas, as expectativas, as opiniões e outras crenças dos interlocutores sobre a interação em curso e sobre o texto” (van DIJK apud KOCH, 2004, p.162). Os modelos de contexto guardam o conhecimento sociointeracional mobilizado em situações e contextos variados e apresentam-se mais adequados a determinados e necessários usos da linguagem na atividade comunicativa. Van Dijk (1994, p.11, apud Koch, 2004, p.162) acrescenta que os modelos de contexto são “a contínua e cotidiana aplicação à situação comunicativa em curso de uma teoria totalmente rudimentar e ingênua da comunicação e da interação”, o que lhes dá caráter de importância essencial na produção e na compreensão de textos.

Nessa perspectiva, o texto se concretiza e se faz produto de um certo momento, lugar e atividade social, sendo impossível, portanto, compreendê-lo ou produzi-lo isoladamente. Bernárdez (1982, p. 85) muito bem ilustra essa caracterização, quando diz que texto é:

... la unidad lingüística comunicativa fundamental, producto de la actividad verbal humana, que posee siempre carácter social: está caracterizado por su cierre semántico y comunicativo, así como por su coherencia profunda y superficial, debida a la intención (comunicativa) del hablante de crear un texto íntegro y a su estructuración mediante dos conjuntos de reglas: las propias del nivel textual y las del sistema de la lengua (BERNÁRDEZ, 1982, p. 85).⁷

⁷ Tradução: ... a unidade lingüística comunicativa fundamental, produto da atividade verbal humana, que possui sempre caráter social: está caracterizado por seu fecho semântico e comunicativo, assim como por sua coerência profunda e superficial, devido à intenção (comunicativa) do falante de criar um texto íntegro e a sua estruturação mediante dois conjuntos de regras: as próprias do nível textual e as do sistema da língua.

É fato que a informação – segundo princípio geral da pragmática – é cognitivamente ativada, implicando o conhecimento de mundo e proporcionando enlaces que possibilitam ao produtor a elaboração estratégica, com os olhos no leitor-destinatário. O projeto O.R.T.O. acentua essa perspectiva na construção de seu trabalho e, dentro dela, seguem-se algumas expansões conceituais.

Quando se focaliza a modalidade interrogativa expressa em perguntas que se usam nos textos artigos de opinião autoral, assume-se a tarefa de descrever essas perguntas no todo em que se inserem. A inserção do questionamento em determinadas unidades informacionais desse gênero contribui decisivamente para a constituição do próprio gênero e se apresenta como ato ilocutório. Segundo Searle, autor de *Speech Acts* (1969) e também de *Expression and Meaning* (1979), um ato ilocutório é uma tentativa de *fazer algo* simplesmente falando. Searle (2002, p. X), na sua teoria geral do significado, quer mostrar de que modo a filosofia da linguagem se funda na filosofia da mente. Pretende, portanto, demonstrar como características dos atos de fala têm fundamento na intencionalidade da mente. Assim, aponta cinco maneiras gerais de usar a linguagem. A primeira é dizer às pessoas como as coisas são (atos ilocucionários *assertivos*); a segunda é levar as pessoas a fazer coisas (atos ilocucionários *diretivos*); a terceira é comprometer-se a fazer coisas (atos ilocucionários *compromissivos*); a quarta é expressar sentimentos e atitudes (atos ilocucionários *expressivos*); a quinta é provocar mudanças no mundo por meio de emissões lingüísticas (*declarações*). Perguntar, prometer, mandar, solicitar, sugerir ou ameaçar, por exemplo, são atos de fala que se adaptam a alguns desses usos previstos por Searle. Em outras palavras e em resumo, cada ato orienta-se na direção de uma intencionalidade específica que se coloca numa determinada situação de uso lingüístico na qual o gênero se constitui e o texto se constrói.

Já Austin, em *How to do Things with Words* (1962) que, na tradução para o português, é *Quando Dizer é Fazer* (1990), apresenta o *ato ilocucionário*, ou seja, ato com a finalidade de, explicitando o viés pragmático. Em resumo, indica o *ato locucionário* como o ato de dizer algo; o *ato ilocucionário* como aquilo que se tenta fazer com a fala, e o *ato perlocucionário* como o efeito daquilo que se diz. Essas perspectivas de caracterização orientam-se claramente para a noção de texto instaurada no O.R.T.O., quando um fim ilocutório é reconhecido em cada artigo de opinião autoral. Essa noção é ratificada pela metodologia de análise desta dissertação. Os atos locutórios modalizados na perspectiva das opções realizadas por um produtor textual com seus fins discursivos constituem base desta análise, que focaliza o *interrogar*.

As categorias sugeridas por Bernárdez (1995) para a observação epistemológica de um texto elaborado segundo uma estratégia consideram essa integralidade que é o texto, ou melhor, essa totalidade, na mesma perspectiva de Halliday e Hasan (1989). Esses estudiosos definem texto como “uma unidade de uso da língua em uma situação de interação”, conceito que se pode reconhecer e ampliar em:

The text is a product in the sense that it is an output, something that can be recorded and studied, having a certain construction that can be represented in systematic terms. It is a process in the sense of a continuous process of semantic choice, a movement through the network of meaning potential, with each set of choices constituting the environment for a further set (HALLIDAY e HASAN, 1989, p. 10).⁸

Como já explicado, a hierarquização de segmentos textuais compõe significados além do oracional. Por isso, no artigo intitulado *Las macroestructuras textuales como objeto del*

⁸ Tradução: O texto é um produto no sentido de uma produção, algo que pode ser registrado e estudado, tendo uma certa construção que pode ser representada em termos sistemáticos. É um processo até certo ponto contínuo

estúdio lingüístico, Bernárdez (1990) acentua a necessidade de que se estudem não apenas as estruturas como as colocadas à disposição pela oração, mas, sobretudo, os processos que subjazem a essas estruturas quando em ação numa unidade textual. É, por isso, essencial, continua ele, que se analisem os movimentos *estratégicos* de composição textual (veja-se uma relação com o registrado na citação de Halliday e Hasan).

O escritor deseja um fazer algo que pode estar relacionado com seu interlocutor, ou seja, quer que este *creia, concorde, faça* etc. O meio de que dispõe para obter isso é o texto, para cuja elaboração deve eleger, entre inúmeras possibilidades, opções de composição e estratégias. Na perspectiva do que pretende ou da intenção que possui, fará escolhas adequadas para atingir fins a que se propõe. Dessa forma, o produtor tem à sua disposição tanto uma gramática quanto estratégias textuais, que exigem dele competências de uso. Daí o porquê de considerar e repetir a concepção do texto como uma unidade de uso, sublinhando novamente que este não é uma simples seqüência de orações.

A existência de unidades suprassentenciais, ou seja, de segmentos textuais que se hierarquizam, compõe o significado para além do oracional. Essas unidades ou segmentos advêm de macroestruturas relativas a fragmentos ou a parágrafos de discurso e são fatos importantes para quem lida – no estudo e ensino da língua – com textos. As macroestruturas que, segundo van Dijk (1977), são as estruturas globais de texto, ou seja, as conexões que constituem unidades textuais maiores, se apresentam de forma hierárquica no texto. Tais macroestruturas, embora seja freqüente a presença de marcas explicitadas textualmente, podem existir independentemente dessas marcas. Isso acontece por serem de caráter essencialmente semântico e pragmático, o que vem reafirmar a noção de texto como unidade

de escolha semântica, um movimento através da rede de significado potencial, com cada conjunto de escolhas

processual, operacional e sistematizada, em uso. Além disso, a noção apresentada no projeto O.R.T.O. alimenta o fato de que a informação cognitivamente ativada, implicando o conhecimento de mundo, proporciona enlaces que possibilitam ao produtor a elaboração estratégica, visando ao leitor-destinatário. Conseqüentemente, a língua emerge no interior de saberes e fazeres sociais sempre ligados à cultura; dentro desse universo cultural, o uso lingüístico é uma atividade que constrói e se constrói continuamente.

O texto, assim visto, não é mera extensão de teoria gramatical, mas essencialmente uma unidade semântica que, como processo, possibilita troca de sentidos. Criam-se *representações* através das redes de opções, segundo Halliday e Hasan (1989), gerando entre o produtor e o leitor um exercício de (re)construção.

A premissa de que as opções que um produtor textual faz têm conseqüências no conteúdo global do discurso integra o corpo teórico construído no projeto O.R.T.O. Assim, a estrutura local apresenta projeções das decisões tomadas, voltadas ao fim discursivo. O fim discursivo é o resultado das decisões tomadas por um produtor textual, em vista das ações que realiza num contexto determinado.

A *unidade macroproposicional*, que é a base de estudos do O.R.T.O., é uma síntese do conteúdo global do texto que resulta, quanto a seu conteúdo, de unidades menores. Assim, ações menores vão preparando uma ação principal, tendo, cada uma dessas, sua importância em si mesma e na composição de um conjunto que é o resultado de suas conexões. Na relação com as unidades nucleares e satélites que compõem o quadro básico da análise dos artigos de opinião no O.R.T.O., pode-se reconhecer essa abordagem. As unidades de informação

constituem as chamadas unidades menores que, enfeixadas, vão compor o todo textual, na direção do fim discursivo. No projeto, é ressaltada a concepção da RST de que “texto é uma organização estrutural e de que é possível descrever que tipos e partes o compõem, e os princípios de organização dessas partes no texto como um todo” (MANN et al., 1992, p. 43).

1.1.1 Nesse quadro, qual é o papel do observador?

A responsabilidade do produtor – numa ponta – ao lidar com as questões das etapas da construção de um texto – na outra ponta – encontra um observador. Ao examinar o texto, o observador atribui intenções ao autor, em relação às unidades que relaciona. É assim que se atribui um papel e uma intenção a cada unidade de informação do texto, conferindo razão de existência a cada elemento, tendo em vista “o que um leitor de um texto deve julgar verdadeiro com o fim de estabelecer a relação entre as unidades textuais” (MANN et al., 1992). Mann (1999) alude à *comunicação implícita*, que se faz através das contribuições implícitas (*relational propositions*), cuja consequência é a possibilidade da leitura das entrelinhas. A seção 2.2 desta dissertação, a respeito da cooperação e do entendimento entre os parceiros de uma comunicação verbal, aborda esse fato e abre portas para a noção de que não só as informações explicitadas no texto, mas também outras de caráter discursivo constituem parte essencial da coesão e da coerência textual. No caso da utilização da modalidade interrogativa, por conseguinte, podem ser inferidos importantes significados, construídos na relação com os segmentos textuais e modalização, que implicam efeitos de sentido na compreensão e interpretação do texto focalizado. A ação principal, portanto, no caso do estudo proposto por esta dissertação, se constrói significativamente, a partir da inserção do questionamento, em determinadas unidades nucleares e satélites, por sua vez presentes em atos modalizados, no artigo de opinião autoral.

A interpretação dos passos dados pelo produtor, a partir da identificação de combinações consistentes de estruturas do texto inteiro, é tarefa do observador. William C. Mann e colaboradores (1992), relatando as possíveis e normais diferenças interpretativas, encaram-nas como resultados predizíveis devido à característica das análises. Atribuem essa diferença tanto aos julgamentos, que inscrevem casos em categorias com limites de identificação, quanto à ambigüidade textual, à compatibilidade múltipla de alguns resultados, às diferenças convincentes de julgamentos e também à inexperiência de examinadores. Conseqüentemente, é possível que se faça mais de uma análise, em função da ambigüidade ou da diferença de combinações que expliquem a intenção do produtor. Isso decorre do caráter epistêmico das observações feitas e também da própria construção, que é elaborada pelos produtores. Afinal, a análise supõe uma certa intermediação simbólica, com vistas a explicar unidades e suas conexidades. Inferem-se usos escolhidos num quadro de opções da estruturação textual em função do todo a se constituir. Ao analista, por conseqüência, é dada a tarefa de reconstruir esses passos na direção desse resultado global que é o texto. Na introdução explicativa da RST, a afirmação seguinte é ilustrativa disso:

En cada una de las conclusiones del observador que se presentan, la expresión completa sería “Es verosímil o creíble desde el punto de vista del observador que fue verosímil desde el punto de vista del autor que escribió el texto que la conclusión es cierta.” La principal motivación para la organización y detalle de las definiciones fue la de permitir el proceso de observación en todos los casos (MANN, 1999, p. 7).⁹

Ao referir *definições*, Mann está falando das caracterizações que propõe para a RST, instrumento adotado no projeto O.R.T.O., que embasa e permeia os fatos subseqüentes

⁹ Tradução: Em cada uma das conclusões do observador que se apresentam, a expressão completa seria “É verossímil ou crível, do ponto de vista do observador que foi verossímil do ponto de vista do autor do texto que

pesquisados neste trabalho. O caráter de probabilidade atribuído a essas definições tem também a influência contextual derivada da própria noção textual que se institui. Bernárdez (1995), em sua epistemologia, acentua essa influência na abordagem interpretativa dos elementos textuais, quando registra:

... las relaciones no tienen formas inequívocas de expresión lingüística, lo que hace que sólo la consideración del texto en su conjunto, teniendo en cuenta el contexto, permita confirmar la relación entre los distintos elementos del texto. El lingüista, en realidad, tiene que contentarse con hipótesis probabilísticas, igual que el receptor «directo» del texto. Cfr. a este respecto Togeby (1984) (BERNÁRDEZ, 1995).¹⁰

1.1.2 Como procede o O.R.T.O?

Para esclarecer, na prática, tanto o trabalho do projeto quanto a tarefa desta pesquisa, transcreve-se um artigo de opinião analisado pelo O.R.T.O. Torna-se importante o conhecimento sobre como ocorrem as vias e as relações na interpretação de um texto e como essas se dirigem a um fim ilocutório. Em primeiro lugar, é essencial cientificar o leitor dos procedimentos que o projeto traz às bases desta dissertação.

Para esse esclarecimento necessário, utiliza-se o texto cuja tabela de análise do O.R.T.O. consta do Anexo A. O artigo de opinião autoral escolhido é o de número 14 do *cor-*

a conclusão é certa.” A principal motivação para a organização e detalhamento das definições foi a de permitir o processo de observação em todos os casos.

¹⁰ Tradução: ... as relações não têm formas inequívocas de expressão lingüística, o que faz com que só a consideração do texto em seu conjunto, tendo em conta o contexto, permite confirmar a relação entre os distintos elementos do texto. O lingüista, em realidade, tem que contentar-se com hipóteses probabilísticas, igual ao receptor direto do texto.

pus do projeto, publicado na Folha de São Paulo. A articulista Gabriela Wolthers assim escreve:

Discurso em ruínas

1 As imagens das ruínas em que se transformou o campo de refugiados
2 em Jenin não servem apenas para confirmar a devastação provocada por Israel
3 nos territórios palestinos. Elas também jogam por terra o discurso do primeiro-
4 ministro israelense. Ariel Sharon de que a operação tem o único objetivo de
5 eliminar focos de terrorismo.

6 Para que o raciocínio de Sharon fizesse algum sentido, seria preciso
7 concluir que todo o centro de Jenin era freqüentado por terroristas. OK os
8 militares algam que, além de destruir as casas onde estavam os terroristas, umas
9 outras tiveram de ser derrubadas para permitir a movimentação dos tanques. Só
10 resta colocar em dúvida a perícia dos motoristas desses tanques, já que não
11 sobrou pedra sobre pedra no local.

12 Como o Exército israelense é conhecido por seu profissionalismo, faz
13 mais sentido acreditar que eles entraram em Jenin com a missão de deixar a
14 terra arrasada. Não só prender terroristas, mas dar uma lição nos palestinos,
15 mostrar com quem está a força. Vingam os israelenses mortos pelos homens-
16 bomba.

17 Há quem considere justo esse olho por olho, dente por dente. Mas essas
18 mesmas pessoas devem admitir que as práticas do Exército israelense se
19 igualam às dos próprios homens-bomba, práticas essas que Sharon diz combater.

20 Dostoiévski já escreveu que não compreendia por que os homens
21 consideram mais glorioso bombardear uma cidade do que assassinar alguém a
22 machadadas. Se ele não entendia, quem sou eu para explicar? Passo a missão
23 aos partidários de Ariel Sharon (WOLTHERS, Gabriela. Folha de São Paulo, p.
24 A2, 19/04/2002).

O texto *Discurso em Ruínas* oportuniza as seguintes considerações a partir da tabela de análise feita (Anexo A), utilizada para identificação dos segmentos textuais pelo O.R.T.O. Primeiro, reconhece no parágrafo 1 uma unidade nuclear de uma relação de Justificativa, ou seja, esse parágrafo contém a informação núcleo que é: *As imagens das ruínas em que se transformou o campo de refugiados em Jenin não servem apenas para confirmar a devastação provocada por Israel nos territórios palestinos. Elas também jogam por terra o*

*discurso do primeiro-ministro israelense Ariel Sharon de que a operação tem o único objetivo de eliminar focos de terrorismo (linhas 1 a 5).*¹¹

A essa afirmação, o produtor acresce, na continuidade do artigo, dois parágrafos que, na perspectiva de análise do referido estudo, são considerados um satélite da relação de Justificativa. Isso assim se configura, pois, no caso de um satélite da relação de Justificativa, haverá, por parte do produtor, a pressuposição de que o leitor pode não considerar aceitável a informação nuclear dada. Ou o produtor pretende, com a justificação, apelar ao interlocutor para que aceite a veracidade do que informa em N. Relendo os dois parágrafos seguintes, o segundo e o terceiro, confirma-se essa situação:

Para que o raciocínio de Sharon fizesse algum sentido, seria preciso concluir que todo o centro de Jenin era freqüentado por terroristas. OK, os militares alegam que, além de destruir as casas onde estavam os terroristas, umas tiveram de ser derrubadas para permitir a movimentação dos tanques. Só resta colocar em dúvida a perícia dos motoristas desses tanques, já que não sobrou pedra sobre pedra no local. Nesse segundo parágrafo, o autor justifica o fato de ter afirmado a devastação israelense em territórios palestinos e o *discurso em ruínas* de Sharon, ao alegar que a operação tenha sido uma manobra para eliminar focos de terrorismo, com a inserção de possíveis fatos que pudessem justificar a ação destruidora (a saber: todo o centro de Jenin era freqüentado por terroristas; os militares alegam que tiveram de destruir casas a mais, porque isso lhes permitiria movimentação dos tanques; ou há que se colocar em dúvida a habilidade dos motoristas desses tanques).

¹¹ A partir do estudo do texto de Wolthers, adota-se o itálico nas diversas exemplificações e nas transcrições de segmentos textuais, para melhor visualização e fluência da leitura das análises feitas.

Como o exército israelense é conhecido por seu profissionalismo, faz mais sentido acreditar que eles entraram em Jenin com a missão de deixar a terra arrasada. Não só prender os terroristas, mas dar uma lição nos palestinos, mostrar com quem está a força. Vingando os israelenses mortos pelos homens-bomba. (linhas 12 a 15) Nesse terceiro parágrafo, o processo de justificação traz o argumento de que as hipóteses – fatos possíveis de serem explicativos da ação destrutiva feita – não se confirmam. O que faz sentido realmente é que os soldados israelenses tinham uma missão arrasadora e didática (*deixar a terra arrasada / mostrar com quem está a força*). O jogo da justificação mostra que o produtor procura uma inclinação maior de seu leitor para que este acredite na afirmação inicial (N). Para isso, P levanta hipóteses explicativas da destruição de Jenin e contrapõe-nas com outras hipóteses mais significativas.

O que se deve destacar é que esse segmento de justificação visa ao aumento da inclinação do leitor para aceitar o direito do produtor de afirmar o núcleo (N). Pode-se, dessa forma, confirmar a idéia de que este é um tipo de relação que o produtor emprega, demonstrando esperar um determinado *fazer* do interlocutor (que ele aceite que o autor, afinal, possa dizer e estar certo ao dizer N, ou seja, *crer* no que P diz). É o autor/produtor quem estabelece determinadas linhas no texto que mobilizem no interlocutor seus conhecimentos ou crenças (lingüístico-cognitivo-cultural-éticas) para que esse se disponha a aceitar a verdade do que aquele propõe.

Na continuidade do artigo, segue-se um procedimento avaliativo de P, à medida que o produtor diz que as práticas do exército israelense são as mesmas dos homens-bomba, as quais Sharon diz combater. O segmento satélite da relação de Avaliação compõe-se dos parágrafos 4 e 5 ; o núcleo com o qual se estabelece a relação se constitui dos parágrafos 1, 2

e 3. Em palavras mais precisas, os parágrafos 1, 2 e 3 – constituídos por um satélite da relação de Justificativa que visa a reforçar o afirmado no parágrafo 1, sobre as ruínas como retrato de destruição de Jenin e do discurso de Sharon – são a base nuclear (N) da avaliação que se faz nos seguintes parágrafos. No quarto parágrafo: *Há quem considere justo esse olho por olho, dente por dente. Mas essas mesmas pessoas devem admitir que as práticas do Exército israelense se igualam às dos próprios homens-bomba, práticas essas que Sharon diz combater*, a avaliação dá conta de outras opiniões possíveis e relativas a uma justa vingança israelense contra os palestinos, mas também acentua a necessidade da admissão do paradoxo e do erro praticado: condenar os homens-bomba palestinos e agir devastadoramente contra palestinos inocentes em Jenin. O produtor elabora uma avaliação calcada em todo o processo da relação de justificação da afirmação inicial, que construiu nos segmentos textuais anteriores. E ainda prossegue: *Dostoiévski já escreveu que não compreendia por que os homens consideram mais glorioso bombardear uma cidade do que assassinar alguém a machadadas. Se ele não entendia, quem sou eu para explicar? Passo a missão aos partidários de Ariel Sharon*. Ao lançar mão de um argumento de autoridade, pois remete ao gênio literário Dostoiévski, indica sua incompreensão e incapacidade de explicar a glória de matar, que os homens condenam. Ao mesmo tempo, transfere-a ao todo-poderoso de Israel, Ariel Sharon. Observe-se que a avaliação elaborada busca opiniões de outros. No terceiro parágrafo, remete a *outros*; no quarto, a Dostoiévski, evidenciando uma gradação de um argumento de autoridade, o que qualifica a sua avaliação. A pergunta, que não é o foco de estudo do O.R.T.O, mas já chama a atenção quanto à força argumentativa que exerce, apresenta a estrutura *Se ... então*, revelando a causalidade. Isso confere à estratégia argumentativa um caráter que, na perspectiva de uma unidade informativa de avaliação no artigo de opinião, enfatiza a intenção de P.

Na perspectiva da configuração textual apresentada por intermédio das bases teóricas fundamentais do O.R.T.O., podem-se fazer mais algumas articulações iniciais para o entendimento ainda melhor do fundamento deste trabalho. A presença da modalidade interrogativa associada à modalização e também aos segmentos estruturais identificados nas tabelas quantitativas do referido projeto conduz a uma observação que também leva em conta o texto como conjunto de unidades macroestruturais relacionadas entre si. Isso significa conferir a noção de texto que se instaura inequivocamente como unidade de uso em que funcionam elementos em rede – e a pergunta é um fio dessa rede – os quais servem a um produtor para a busca de adesão do leitor às suas informações/ opiniões.

Por sua vez, o caráter de tomada de atitude da modalização contribui plenamente com um fim ilocutório específico que o texto artigo de opinião autoral autoriza e objetiva. Diversas ações realizáveis por meio da atividade linguageira integram uma totalidade que é o texto no qual unidades informativas se enfeixam em direção a esse fim. Um exemplo é dado com o artigo de opinião *Discurso em Ruínas*, em que as ações parciais de justificar e avaliar formam a macroação *opinar*, contabilizando movimentos de justificação e de avaliação. Esses movimentos partem de “postulados de significação” (van Dijk, 1997, p. 42) e desenham molduras dentro das quais o texto se constrói na orientação do macroato de linguagem.

Mostrou-se, mediante a transcrição e análise do texto de Gabriela Wolthers, a ação comunicativa de uma articulista que construiu um artigo de opinião visualizado e observado segundo as concepções de retórica como um leque de opções estruturais relacionadas entre si. Essa ação revela uma estratégia orientada a um fim discursivo específico. Através de suas escolhas, Wolthers opina sobre o fato da destruição de Jenin, levantando, pelos processos cognitivos contabilizados em segmentos nucleares em relação a justificações e avaliações,

argumentos direcionados a uma ação do interlocutor. Esse leitor opera, simultaneamente à leitura, movimentos cognitivos e constrói uma interpretação. O artigo de opinião expressa a posição de uma articulista, neste caso, perante um fato; por esse motivo, tem caráter controverso; todavia as escolhas feitas pelo produtor são os fundamentos da busca da adesão do leitor à informação e à opinião dada. Em outros termos, as ações lingüístico-discursivas pelas quais a autora optou compõem a ação estratégica da busca de adesão.

Nessas condições, o levantamento das vias e o estudo do intrincamento das interrogações e modalização nessa estratégia colaboram para compreender, no arcabouço do texto, características recorrentes que delineiam o gênero em questão. Assim, o possível delineamento do gênero, a partir de elementos comuns do uso da língua em texto e do fim discursivo do texto, é parte importante da tarefa realizada tanto no O.R.T.O. quanto na que aqui se pretende. Pode-se asseverar que ambas as pesquisas convergem para esse fim através do intercâmbio e da intercomplementaridade das metodologias que se fazem na elaboração das conclusões de um e de outro estudo.

Delimitado e especificado esse universo de análise alicerçado pelo O.R.T.O., é comprovado que cada parte do texto tem um papel evidente no todo e cumpre uma função explicada por intermédio de razões verossímeis e/ou aceitáveis. Cada unidade do texto tem um sentido informativo e visa ao leitor, que estabelece a compreensão, a partir daquilo que considerar verdadeiro ou crível. A regra oracional e sintagmática é restritiva, constituindo-se de forma mais determinística; a estratégia textual disponibiliza, num universo de indeterminações, probabilidades que, num quadro sociocomunicativo, visam a um fim posto por um produtor na busca de atingir cognitiva e comunicativamente seu leitor.

No âmbito do gênero textual analisado, o artigo de opinião autoral, as inúmeras situações de emprego de interrogações em determinadas unidades nucleares ou satélites também indicam uma ação estratégica. Por essa razão, o estudo criterioso desse uso, mediante as possibilidades de construção e uso do questionamento nas unidades informacionais desse gênero, trará importantes conclusões a este trabalho.

1.1.3 O gênero artigo de opinião – afinal, o que é o argumentativo retórico?

Falando-se sobre argumentação, os passos sempre retornam à origem grega. O modelo grego de pensamento propõe o argumentar como um sistema racional em que proposições necessárias “se impõem a todos os seres racionais e sobre os quais o acordo é inevitável” (PERELMAN e TYTEKA, 2002, p. 2). Como consequência disso, qualquer desacordo significa erro.

Semelhante caminho segue o empirismo. Conta, nessa perspectiva, a conformidade que as proposições têm com os fatos. As evidências, empiricamente avaliadas, não vêm da intuição racional, mas da intuição sensível. Com isso, acentua-se o caráter indiscutível que permeia a argumentação assim visualizada.

Perelman e Tyteka (2000, p. 3) continuam seu texto, dizendo que, ao se estudar a evolução da lógica, percebe-se que a razão é “totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema”.

Do ponto de vista da filosofia clássica, as provas analíticas (que tratam do *necessário*) juntamente com as provas dialéticas (que tratam do que é *verossímil*) são a contribuição aristotélica que abre caminho para a aproximação da teoria da argumentação da arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas. Assim, perante esse posicionamento que começa a distinguir uma lógica da argumentação de uma lógica estritamente matemática, Perelman e Tyteka (2002, p. 6), sobre esse assunto, anotam que:

o estatuto do opinável é impessoal ...e as opiniões não são relativas aos espíritos que a elas aderem. Em contrapartida, essa idéia de adesão e de espíritos aos quais se dirige um discurso é essencial em todas as teorias da retórica. Nossa aproximação desta última visa a enfatizar o fato de que *é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve.*

Na abordagem do artigo de opinião autoral, parte-se, certamente, dessa idéia de que um articulista escreve fundamentado em suas crenças e no cálculo de um interlocutor-padrão, o leitor de seu jornal ou revista. Esse é o auditório perante o qual estabelece seus objetivos e suas estratégias. A aproximação do argumentativo da Retórica, também no sentido tradicional a ela atribuído, repousa no fato de que é “em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve” (PERELMAN e TYTEKA, 2002, p. 6).

Dizem eles ainda que conservam da retórica tradicional, na sua concepção, a mesma idéia de auditório, lembrando que essa idéia é evocada também quando se escreve algo. Por isso, o discurso é concebido em função direta de um auditório e, mesmo com a ausência material dos leitores, o escritor não pode esquecê-los. Ele tem esse auditório e, em função dele, está sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, pois é a ele que se dirige.

O artigo de opinião autoral, emergente que é da esfera midiática, revela-se, como gênero textual, inserido nessa situação de produção. O produtor concebe seu artigo diário ou

semanal voltado ao seu leitor, traçando táticas e estratégias que concretizem o fim para o qual o texto tenha sido escrito. Quando se percebe a inserção de questionamentos em dadas unidades nucleares ou satélites, pode-se configurar uma ação integrada de argumentação. A reincidência de interrogações em satélites de relações como a de Justificativa, por exemplo, comprova que o produtor busca sempre uma maior inclinação do leitor para aceitar o que diz na unidade nuclear e essencial de seu artigo. Ele visa, comprovadamente, ao fazer-criar.

Desde a expressão lingüística até os segmentos estruturais, articulando retoricamente um artigo de opinião autoral, onde se mobilizam crenças individuais e sociais, encontra-se como linha geral deste gênero textual o fazer-criar. Na esteira do que diz Vignaux (1999, p. 9), é impossível distinguir verdadeiramente julgamento de valor e julgamento de realidade. Seguindo a trilha de Perelman, Vignaux diz que, na argumentação, há a disposição de organizar um certo número de objetos de acordo com pontos de vista (premissas ou primeiras idéias). Ressalta que essas premissas são restritas a determinados grupos (ou auditórios) e a dadas épocas, sob pena de haver rejeição. Essa visão da argumentação conduz à noção de que ela é uma grande arte, a de organizar os pensamentos, de construir os conhecimentos para melhor transmiti-los. Esse discurso tem suas regras ligadas às operações de pensamento e são regidas pelo sistema da linguagem, segundo o que diz em seu livro *L'Argumentation* (VIGNAUX, 1989).

Lançando mão dessas asseverações, pode-se dizer que o artigo de opinião autoral funciona nessa perspectiva. Há uma disposição inicial de organização do texto com um fim específico que, na tática expressiva – inclusive com o uso da interrogação – porta um mundo para o qual se busca uma espécie de *consentimento universal*.

Não se pode esquecer da atitude comunicativa que caracteriza a escrita ou elaboração de um artigo de opinião autoral. Suarez e Carro (2000) remetem à história do periodismo para caracterizarem com mais minúcia essa atitude comunicativa. Apontam as três etapas: (i) *periodismo ideológico*, (ii) *periodismo informativo* e (iii) *periodismo de explicação* como retratos do desenvolvimento da própria sociedade. Dessa forma, a primeira etapa corresponde ao tempo compreendido até o final da I Guerra Mundial, alavancada pelo ânimo proselitista a serviço de idéias políticas e religiosas; a segunda, originada na Inglaterra e estendida aos Estados Unidos, apoiada na narração; a terceira etapa, com a chegada da profundidade, fundada na interpretação e influenciada pela paz pós-guerra de 1945.

É nessa última fase, o periodismo de *explicação* ou *interpretativo*, que se estabelecem no jornalismo as diferenciações entre gêneros e se instala uma forma de escrever marcadamente aprofundada em comentários, não restrita apenas a relatos de fatos. Essa *apreciação de fatos*, dizem Luíza S. Suarez e Maria Jesus C. Carro (2000, p. 20), situa comentário e relato utilizados com equilíbrio, mas com uma nova perspectiva na qual o leitor encontra juízos de valor. Além disso, o relato e o comentário são emergentes e situados em um contexto, um *background* significativo e com documentação.

Dessa breve contextualização promovida por essas duas estudiosas, depreende-se a formação das atitudes comunicativas que vão marcar o artigo de opinião autoral e que se coadunam com as concepções de argumentação registradas no início desta seção. Noutras palavras, as atitudes comunicativas gerais que se mobilizam quando um produtor elabora um artigo de opinião são informar, interpretar e opinar. Retomando-se os atos de fala, identificam-se as ações globais alimentadas por uma série de menores ações como o evidenciar, justificar, reformular, contrastar etc, compondo um quadro de sustentação tanto

dos juízos emitidos textualmente quanto de linguagem que concretize, finalmente, essas atitudes da parte do produtor que visa à aceitação do interlocutor.

Em *La noticia como discurso*, van Dijk (1996) afirma que o produtor/escritor, num discurso periodístico, espera que o leitor construa uma representação textual e um modelo situacional conforme a intenção daquele que escreve. Assim, sem boas razões ou evidências, um interlocutor não descarta crenças fundamentais construídas durante anos de experiências, entendimentos e ações. Por isso, a aceitação de uma proposição apontada pelo produtor, especialmente no artigo de opinião autoral, depende visceralmente da relevância cognitiva, da hierarquização e da organização dessas ações lingüísticas na estruturação da argumentação. Van Dijk também revela que o aspecto formal ou retórico dessa organização regula os modos ou maneiras de se formularem as proposições e os argumentos, auxiliando até a representação da informação textual na memória do leitor, a ampliação de seu resgate e o uso e a influência nas mudanças de crença e opinião.

Finalmente, neste desenho inicial do gênero com o qual se trabalha nesta dissertação, são trazidos Halliday e Hasan (1989, p. 98), respondendo à questão “O que constitui a singularidade de um texto?” Os autores asseveram que, embora definam a idéia de singularidade, têm de admitir que uma infinidade de variados textos podem originar-se dentro de um dado gênero. Seguem, dizendo que a questão emerge dessa conclusão, pois o essencial é saber-se quais características de um texto devem ser constantes para mantê-lo numa mesma classificação de gênero. Além do mais, devem ser consideradas quais as características do texto que podem variar para permitir a construção diversa de textos, sem variar o gênero. Sob a instigante questão proposta por Halliday e Hasan, constrói-se o que vem a seguir.

2 A COOPERAÇÃO, O ENTENDIMENTO E A MODALIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO VERBAL

O entendimento deste trabalho começa pelo conhecimento geral do funcionamento do projeto O.R.T.O., no qual nasce esta pesquisa. Por essa razão, a abertura se fez pela apresentação do projeto, suas bases teóricas e seu procedimento de análise.

Assim, ao iniciar-se a fundamentação teórica construída para esta dissertação, fica registrada a motivação derivada da observação atenta de um *corpus* de cento e cinquenta textos (O.R.T.O.), no qual se evidenciou a presença do questionamento mediante o uso da modalidade frasal interrogativa.

Em vista do caráter cognitivo que permeia a tessitura do trabalho, enfatiza-se o objetivo de evidenciar como a modalidade interrogativa serve ao produtor, marcando o fato de que este considera que seu leitor possa não compreender, aceitar ou crer satisfatoriamente no que é postulado através do artigo de opinião autoral. Isso significa buscar, com os olhos mais centrados na modalidade interrogativa, relações entre a pergunta e as unidades informativas textuais, identificando, nesses enfeixamentos, a atividade estratégica do produtor na captura do entendimento e da adesão de seu interlocutor à sua opinião. O entrelaçamento de modalização epistêmica/deôntica emerge das ilações da ação de *crer* sempre voltada para o

fato de que o produtor tem um fim ilocutório estreitamente ligado a um universo de crenças. Em função disso, lança mão de estratégias que acabam por caracterizar, de forma singular, esse gênero emergente da esfera midiática da imprensa escrita.

Conseqüentemente, uma espécie de pacto se faz necessário e se parte, na construção desta dissertação, de noções sobre o que é e como se fazem a cooperação e o entendimento entre parceiros da comunicação verbal (seção 2.1 deste capítulo).

Após, com base no fato de que o artigo de opinião autoral promove um ato de enunciação no qual um produtor, *strictu sensu*, julga e apresenta esse julgamento através desse gênero textual, é apresentado, na seção 2.2 deste capítulo, um estudo sobre a modalização.

Nesse estudo sobre a modalização, são salientados os pontos de vista denominados *strictu sensu* e *lato sensu*, respectivamente. O primeiro é relativo aos julgamentos; o segundo, já na fatia do enunciado, engloba a elaboração e a expressão verbal. Isso aparece na subseção 2.2.1 deste capítulo.

Paralelamente a esses recortes, didaticamente alinhados, apresentam-se características e entrelaçamentos entre as noções de modalização apontadas e as pistas expressivas que a língua portuguesa disponibiliza morfológica, semântica, sintática e pragmaticamente. Essas explicitações aparecem na subseção 2.2.2.

Dessa forma, este capítulo integra-se às noções contextualizadoras do capítulo 1, inserindo mais um segmento significativo de estudos preliminares cruciais para a construção

do universo em que a análise é constituída. Esse mapa visa a orientar a leitura do referencial teórico construído por esta pesquisa, de forma construtiva e segura, delineando os parâmetros dentro dos quais – como *frames* – o estudo se constrói.

2.1 O que são a cooperação e o entendimento na comunicação verbal?

Na direção da idéia de que o entendimento entre parceiros de comunicação decorre de um conjunto de condições circundantes à realização desse ato, toma-se, como ponto de apoio, uma visão cognitiva. Por essa razão, neste trabalho, esse posicionamento significa um olhar atento ao universo do discurso, reconhecendo-o como representação de um estado de coisas.

Também por esse motivo, a comunicação passa a ser vista e observada como um processo mobilizador de uma série de outros processos necessários para que efetivamente algo se comunique. Além disso, sendo processos, as ações todas se voltam para uma comunicação verbal que se constitui de escolhas livres da parte do produtor, entretanto orientadas a um fim desejado. Para tanto, existem as opções do sistema lingüístico, em níveis desde o semântico, o sintático até o pragmático. Estas opções encontram-se à disposição do produtor, autor ou locutor e vão configurar, por intermédio de combinações possíveis, um quadro que possa dar conta – no funcionamento da linguagem – daquilo que se deve ou que se pretende comunicar.

Explica-se, assim, que, no mundo de uma língua, símbolos formais estão ao alcance de um locutor que deles se utiliza para articular um texto. Essa articulação, diretamente ligada aos fins a que se propõe, enfeixa-se de tal forma que organiza os objetos aos quais se referem,

conforme “traços, categorias e relações, em um sistema de referências de natureza essencialmente lingüística” (FRANCHI apud KOCH, 2001, p. 28).

A organização produzida em forma textual, por isso, engloba vários tipos de conhecimento, a saber: conhecimento lingüístico, conhecimento enciclopédico, conhecimento da situação de comunicação e do gênero textual¹² necessário em dado momento, conhecimento estilístico, conhecimento dos gêneros existentes e já disponíveis nas diversas esferas de ação social, conhecimento da cultura onde se inserem locutor e interlocutor. Esses saberes são mobilizados na elaboração textual e na sua compreensão dentro de um universo comunicativo que se estabelece, trazendo à tona as nuanças cognitivas com o seu matiz de uma enunciação singular e irrepetível.

A reacomodação a um contexto novo, desencadeada por uma situação única e com novas exigências faz os termos adquirirem valores “na cadeia contextual das definições” (FRANCHI apud KOCH, 2001, p. 28). A lógica que subjaz a essa cadeia tem sempre raízes muito profundas que se complexificam além de uma lógica formal e pré-estruturada. Como se verá no capítulo sobre a modalização, a uma lógica pronta para compreensão mediante uma decodificação simplista, se acresce uma lógica das noções¹³ transcendendo a dos conceitos. O pensamento vivo não se move de maneira coerciva. Isso é o que diz Perelman em:

Pois vemos de imediato que a linguagem só pode ser unívoca com a condição de que as noções em questão sejam **definitivamente** elaboradas. Ora, essa exigência geralmente não pode ser satisfeita. E o fato de não o ser não parece resultar do pouco alcance de nossos meios conceituais, mas da própria natureza das coisas (PERELMAN, 2004, p. 106).

¹² Utiliza-se a expressão *gênero* em detrimento de *tipo*, em vista da concepção adotada de que o gênero focalizado emerge da esfera de atividade humana midiática, a imprensa.

¹³ Perelman diz que a lógica das noções corresponde à presença do raciocínio não-formalizado em nosso pensamento; neste contexto, a controvérsia pode aparecer. Difere da lógica formal porque esta não exige explicações quanto à origem nem justificativas quanto às escolhas. Na argumentação, assim, utiliza-se a lógica das noções.

Acrescenta-se a essa citação de Perelman, de acordo com os pressupostos até aqui registrados, este trecho: “... e da própria natureza das operações de um sujeito cognitivo perante a natureza dessas coisas.”

Por isso, trazendo a este estudo Herbert Paul Grice (1982, p. 83), enfatiza-se que:

... deve haver lugar para uma lógica não-simplificada, e mais ou menos assistemática, das contrapartes naturais destes símbolos formais; esta lógica deve ser auxiliada e guiada pela lógica simplificada dos símbolos formais mas não pode ser por ela suplantada.

O fato de que uma interpretação que segue uma lógica pré-determinada para a compreensão de um ato comunicativo simplesmente não serve à análise lingüística deve-se à consideração de elementos enunciativos nos quais uma gama de condições de diversas naturezas atuam.

A noção de *implicatura conversacional* de Grice (1982) é fundamental, para que se compreenda que o sentido vai ser produzido além das significações convencionais das palavras. Em outros termos, é claro que a convenção do significado das palavras determina os implícitos e auxilia o entendimento do que é dito ou escrito. No entanto, existem as implicaturas conversacionais, assim denominadas por esse filósofo, que transcendem convenções por serem conectadas com certos traços do discurso.

Conforme Grice (1982) registra, a ação dos participantes de uma troca comunicativa repousa num propósito comum ou, pelo menos, num esforço mutuamente aceito que cria movimentos determinantes da evolução do diálogo.

No esclarecimento desta sua base teórica, o autor remete a princípios que regem a conversação. O primeiro destes princípios é o da *cooperação*, que consiste na contribuição

conversacional realizada de forma a atender ao requerido, no momento em que ocorre, de acordo com o propósito em que se está engajado. Pode-se aludir, aqui, ao princípio de cooperação vinculado tanto aos objetos quanto aos objetivos de acordo, ou seja, a fatos e verdades ou a presunções. Perelman e Tyteca (2002) afirmam que, na argumentação, a noção de *fato* se caracteriza pela idéia que se faz sobre certos “gêneros de acordos a respeito de certos dados”. Remetem a Poincaré que define esses gêneros de acordos como aquilo que é “comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos”.¹⁴

Consideradas essas afirmações, a existência de um acordo universal dissiparia a controvérsia, havendo atendimento ao princípio da cooperação. Entretanto, é importante lembrar que nenhum enunciado, mesmo sob a égide cooperativa, é imune à controvérsia, no plano argumentativo. O produtor quer dissolvê-la, quer a adesão e, para isso, formula estratégias. Até o acordo é suscetível de ser questionado, no entanto o produtor trabalha no tecido textual com vistas ao entendimento ideal.

As categorias do princípio da cooperação remetem a Kant e são nomeadas, em Grice (1982), como: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo. A primeira categoria postula que a contribuição a ser feita, no âmbito do *princípio da cooperação*, seja informativa, conforme é requerido, em função do que se propõe com a conversação/produção textual. Dessa forma, a categoria da Quantidade exige que não se contribua com mais nem menos do que é requerido.

Já a Qualidade é a categoria indicativa de que não se diga aquilo em que se acredita ser falso nem aquilo para o qual não se tenha evidência(s) adequada(s).

¹⁴ In: Perelman Tyteca – **Tratado da Argumentação**. A Nova Retórica, p. 75. Com isso, os autores

Na categoria Relação, o ser relevante é a máxima indicada. Há necessidade de, numa conversação – e essa amplia-se às situações comunicativas verbais como a do artigo de opinião autoral – focalizar uma espécie de fio condutor em vista do qual se mobilizam todas as outras idéias e ações.

Quando se olha para, no princípio da Cooperação, a categoria do Modo, a máxima indica que se deve ser claro. Deve-se evitar a obscuridade da expressão, as ambigüidades e valorizar a brevidade e a ordenação.

Outras máximas mais ligadas ao caráter estético da linguagem podem associar-se à geração de implicaturas não-convencionais, entretanto – como Grice (1982, p. 88) acentua – correlacionadas aos fins a que se destina a comunicação. Assim, pode-se, sem dúvidas, afirmar que os propósitos da fala/escrita envolvem a “troca de informações maximamente efetiva, também visando ao influenciar ou dirigir as ações dos outros” (GRICE, 1982, p. 88).

Essas máximas sublinham que as trocas supõem conhecimentos e expectativas que são a base do texto que se produz. No caso do questionamento, com viés argumentativo, muitas vezes o fato de se perguntar não é simplesmente a busca de algo não sabido, mas a espera da corroboração de algo já conhecido que se deseja enfatizar. É por isso que a partilha característica da troca verbal anda na esteira de uma base comum aos interactantes. O texto mobiliza “percepções, conhecimentos, crenças, pressupostos” (FARIA, 2003, p. 70).

A mobilização desses fatores ocorre porque o universo de referência é feito do conjunto de categorias e relações que compõem o conhecimento real ou possível, dentro das

fronteiras de um determinado contexto, por um conjunto de seres humanos. A expressão *conhecimento real ou possível* leva à necessidade de uma explicação sobre o que – de fato – constitui a referenciação. Recorrendo a Marcuschi (1999), registra-se que a tradição dos estudos lógico-semânticos abre-se em duas direções: a primeira, fundamentada na concepção da linguagem transparente, referencialista e instrumentalista da língua; a segunda, com uma noção da linguagem sendo atividade sócio-cognitiva com a interferência dos aspectos experienciais e situacionais. Assim, como já apontado por Koch (2001), postula-se uma visão de um sujeito cognitivamente mobilizado.

Na primeira vertente dos estudos lógico-semânticos, há uma separação rígida entre *fatos* e *crenças*. É enfatizada uma visão que privilegia a *captação* de conteúdos e uma correlação biunívoca entre linguagem e mundo. A referência se constitui, para quem se orienta nesta direção, numa contraparte extramental, e os referentes são objetos de um mundo designado real. A atividade de referir nada mais é do que um processo de designação extensional. Noutras palavras, a cada palavra ou expressão corresponde um significado definitivo, pronto, previsto e captável sem maiores problemas.

Na segunda direção dos estudos lógico-semânticos, a atividade é o fundamento crucial; nessa atividade, concebe-se o texto como um evento que resulta das ações de natureza lingüística, social e cognitiva. Marcuschi (2003) acentua que os sentidos, nessa segunda visão de referência, têm base na atividade interacional e co-produtiva na qual os conhecimentos partilhados possuem um papel preponderante.

Também é nessa orientação que Mondada (2000) enfatiza a centralidade das atividades sociais que se inserem na construção do sentido, da ordem social, das relações

intersubjetivas e na materialização na qual a língua(gem) se concretiza. Aponta, nesse processo de construção referencial, algumas alternativas – por que não chamar de exigências? – metodológicas, ou seja, posturas de observação e de análise particulares. São elas: (i) a observação dos processos e não dos resultados (ênfase a dinâmicas constitutivas e não somente ao produto final); (ii) observação das práticas sociais dentro do contexto (no artigo de opinião autoral, emergem, especialmente, deontologias, como se comprovará); (iii) a valorização dos detalhes do desenvolvimento das ações (o produtor vai construindo sua estratégia e, no caso do uso da modalidade interrogativa, situa-a pontualmente nos segmentos precisos, conforme o fim a que se propõe; (iv) a consideração do ponto de vista dos parceiros da troca verbal (o produtor (P) ajusta sua elaboração mediante um cálculo de seu interlocutor; este tenta compreender o que vem de P e se deixa mobilizar respondendo a uma estratégia comunicativa); (v) o tratamento das práticas languageiras como um objeto de análise (o dito é utilizado para encontrar os modos de organização da (inter)ação, que emergem textualmente).

O universo de referência, assim esclarecido, diz respeito a competências implícitas ou explícitas, crenças e saberes de grupos e sociedades que são recrutados, em parte, na interação verbal. Uma interação verbal produz sentido supondo determinadas operações, portanto, que conduzem àquela base comum “epistêmica e deonticamente necessária ou possível” (FARIA, 2003, p. 70). Como consequência, a troca comunicativa verbal estabelece-se por uma ação conjunta (a co-operação!) e por formas comunicativas no meio das quais as inferências se configuram como mecanismos que geram sentidos. Retomam-se, para isso, as crenças e os saberes epistêmicos e deônticos que organizam cognitivamente o significado.

A consequência disso, que tão bem se fundou lá em Grice e nos filósofos que se opuseram à existência pura e simples de um modelo de código/decodificação de mensagens, é

que uma proposição, expressando um enunciado, pode ter significados diversos para diferentes locutores, em diversas situações. Os diferentes graus de conhecimentos epistêmico, ético, estético e social dos interlocutores levam a múltiplas interpretações, mesmo se interagindo numa mesma língua natural. O *significado pragmático* ou *comunicativo* do uso de determinados mecanismos disponíveis na língua, portanto, depende essencialmente da situação específica de comunicação e, nesta análise, no artigo de opinião autoral.

É por essa razão que os princípios griceanos apontados no início desta seção levam ao fato de que um texto informa ou comunica realmente se o enunciado de um locutor for relevante para o alocutário e se acrescentar algo ao saber deste.

Mediante a pergunta, por exemplo, *Você está compreendendo o princípio de cooperação de Grice?*, as respostas *Sim, compreendi todas as máximas dele* e *Sim, totalmente*. são adequadamente informativas e relevantes com relação à questão proposta. Isto acontece, porque existe uma relação entre estes enunciados e o discurso imediatamente anterior, partilhado entre determinados parceiros, numa dada situação.

A presença de inferência na interpretação de um enunciado revela que pelo menos uma das máximas (Quantidade, Qualidade, Relação e Maneira) não tenha sido atendida. Ora, dessa forma, o alocutário reconhece a intencionalidade do produtor de violar uma dessas convenções ou máximas e infere o que lhe é transmitido. Este significado implicado se constitui de forma convencional ou conversacional, originando uma *implicatura convencional* ou *conversacional*.

Segundo Faria (2003, p. 72-73), a *implicatura conversacional* gera produções de sentido não convencionais, nos enunciados relevantes para o produtor, e legítimas, para que se possa efetivar a interpretação textual.

A pesquisadora citada, no aprofundamento da idéia de *cooperação na interação*, assinala que o estabelecimento da informação relevante processa-se em diversos níveis: (i) nível da *realização física* (fala e prosódia), em especial pela organização da fala no tempo e por sua entoação adequada; (ii) nível *sintático-semântico*, especialmente pela coesão frasal, presença ou ausência de conectores, relações gramaticais e formação de palavras, relações inferenciais ou outros mecanismos lógicos que conduzem à interpretação dos conceitos estabelecidos nas relações entre palavras e entre frases, remetendo-se a processos metafóricos e metonímicos; (iii) nível *interacional*, através dos tipos de cooperação entre objetivos comunicativos, práticas e relações sociais entre parceiros, fatos que regulam parâmetros da situação comunicativa (silêncios, extensão de enunciados, estratégias pragmáticas de controle da situação); (iv) nível dos *procedimentos cognitivos* dos locutores (memória, atenção, modelos mentais e de inferências, raciocínios e estados emocionais).

Como se está a focalizar um texto escrito, cumpre acentuar, nesta dissertação, o peso dos níveis: (i) sintático-semântico, no qual a frase interrogativa e todas suas particularidades são a marca de entrada para o trabalho; (ii) nível interacional, em que se identificam – no artigo de opinião autoral – práticas e relações sociais que revelam panoramas epistêmico-deônticos; (iii) procedimentos cognitivos, no âmbito dos quais um produtor, o articulista, mobiliza modelos mentais, de raciocínios e estados emocionais seus e calcula os modelos possíveis do alocutário.

2. 2 A Modalização

2. 2. 1 Quais as noções fundamentais de modalização?

Numa abordagem geral, podem-se discernir duas classes de modalidade. A primeira diz respeito à modalidade de frase e a segunda, à modalidade lógica. Esta, *strictu sensu*, relativa a um julgamento do enunciador; aquela, *lato sensu*, necessária à elaboração frasal da unidade de discurso – o enunciado. (GUIMARÃES, 2001, p. 65)

Embora já delimitando as duas fatias que constituem, didaticamente, a noção de modalidade, invocam-se alguns pontos de vista que balizam a construção da abordagem da modalização, nesta dissertação.

Inicialmente, a definição de modalização precisa alguns esclarecimentos. Tratam-se como modalização, em geral, as características que determinam o valor de verdade de proposições (PARRET, 1998, p. 79). Recorrendo, também, a Kant, uma proposição feita assertivamente indica o *modo zero*; a proposição, portanto, *apodítica*¹⁵ é afetada por *modos*, ou seja, o modo *necessário* ou *impossível*; o modo *possível* ou *contingente*. Esses quatro modos são considerados como as modalidades tradicionais chamadas *aléticas* ou *aristotélicas*: exprimem verdades sobre estados de coisas.

Segundo – ainda – Parret (1988), foram construídos sistemas, analogamente, com relação ao *conhecimento* que se possui desse estado de coisas. Conseqüentemente, tem-se as modalidades epistêmicas. No quadro do *epistêmico*, que é o do que é certo ou estabelecido, inscrevem-se o *necessário*, o *impossível*, o *possível* e o *contigente*, bem como o *excluído*, o *plausível* e o *contestável*.

De forma extensional, inscrevem-se no quadrado ontológico do *deôntico* o *obrigatório*, o *proibido*, o *permitido* e o *facultativo*.

Até aqui, Parret desenha um panorama clássico, já preconizado por Aristóteles, o filósofo que adverte que os enunciados nem sempre são pura e simplesmente verdadeiros. Portanto, alguns enunciados são formulados como possível ou necessariamente verdadeiros. Além do mais, a necessidade e a possibilidade modificam o sentido da verdade, podendo – pela negação, por exemplo – definir-se uma em oposição à outra.

Nesse retorno ao quadrado criado pelo pensamento filosófico grego, pode-se – de imediato – encontrar formalizações dos valores da verdade, premissas para deduções ou cálculos. Muitos defendem, com essa motivação exclusivamente clássica, que o uso de uma dada expressão verbal indica, definitivamente, a certeza, a obrigação, a possibilidade, dentre outras situações ou atitudes.

¹⁵ Apodítica é termo que vem do grego *apodeiktikós*, significando *convicente*, *evidente*. Significa proposição incontestável; o ato de *demonstrar* a verdade sem provas materiais, por simples raciocínio.

É essencial lembrar, no entanto, que uma argumentação pressupõe a defesa de uma tese, de pontos de vista sobre os quais o produtor constrói suas estratégias, formulando o pensamento sem poder esconder totalmente posicionamentos ou atitudes. Na base dessa constatação, a consciência da flexibilidade das formas de expressão do pensamento toma lugar na produção dos textos nas mais diversas circunstâncias. Sabe-se que o modo como se formula um pensamento revela modificação ou criação de realidades, institui ou opõe-se a certezas ou dá grau maior ou menor de importância a dados do discurso.

Quando se atribui uma qualidade a um objeto, ao escolhê-lo dentre outros, já se evidencia um sinal modalizador. Descrever algo sobre um fundo do qual se destaca, por consequência, gera significação, tendo em vista o que se pretende. Assim, Perelman (2002, p. 175) reiterando o que anteriormente se registrou, diz que só com o reconhecimento do vínculo entre pensamento e ação é que se detecta a referência à situação e ao modo como esta se orienta. Os vínculos que se estabelecem entre dados de que dispõe um produtor vão hierarquizar-se conforme valores aceitos. As operações que forem realizadas levam a formulações entre elementos do discurso, geradores de modificações, na maioria das vezes, reveladoras de hierarquias nas subordinações. A qualificação, processo cognitivo que destaca um objeto dentre outros por sua caracterização específica, é um exemplo de saliência de termos e do valor a eles atribuído.

Embora no sentido técnico da Linguística, as modalidades sejam admitidas de quatro tipos (assertiva, injuntiva, interrogativa e optativa), segundo Chaim Perelman (2002), ao analisar a *modalidade técnica* interrogativa, este autor não esconde a sua considerável importância retórica. O uso do adjetivo *técnica* demonstra uma visão diferenciada de

modalidade como postura ou atitude e, também, no caso da pergunta, como uma maneira de se obter tal atitude de forma prática.

Esse autor já aponta, de início, que a pergunta supõe um objeto sobre o qual incide. Além disso, sugere que há um acordo sobre a existência desse objeto. Responder a uma pergunta, continua Perelman, é confirmar esse acordo implícito. Em meio à argumentação, como na situação em que se buscam as nuances de modalização epistêmica e deôntica nos artigos opinativos autorais, o uso da interrogação orienta-se, em muitas situações, a uma confissão sobre um fato real não conhecido pelo questionador, mas presumido por este. Nessa presunção, enfeixam-se os valores estabelecidos por deontologias e epistemologias. No artigo de opinião autoral, essas nuances epistêmico-deônticas permeiam os segmentos constituintes dos textos e se revelam nas recorrências em determinadas vias com maior força significativa, em relação – sempre – ao fim ilocutório de cada texto.

A modalização é uma das dimensões da enunciação que reúne e integra outras dimensões como a referencial. Se, lembrando Charaudeau (1992), a modalização permite a explicitação das posições de um sujeito em relação a seu interlocutor, em relação a si mesmo e em relação a seu propósito, então ela é a base do fenômeno da enunciação. E se ela integra a dimensão referencial pela instituição de um *real* que é partilhado, funda também a relação com outros sujeitos. Por essa razão, faz-se sempre necessária, na abordagem da modalização, a relação desta com os processos globais do discurso, o que aqui se ilustra, de início, com o gênero textual que se aborda – o artigo de opinião autoral. O estabelecimento desse elo entre o estudo da(s) marca(s) lingüística(s) da modalização e os fatores influentes sobre a situação de comunicação singular e específica do discurso desse gênero é essencial.

Tradicionalmente, como registram Mateus et al. (1983), o tratamento gramatical da modalização tem sido vinculado de forma exclusiva com verbos modais e aos modos verbais. Isso se deve ao fato de expressarem por si sós, com bastante precisão, a atitude do falante/locutor/ produtor diante de um conteúdo proposicional ou diante do alocutário a quem se dirige.

Tal restrição não se pode aceitar numa perspectiva que repousa na crença de que o ato lingüístico é uma prática ou um uso lingüístico interativo. Por isso, seu viés modal é algo característico da própria ação de uso da língua cujos enunciados sempre apresentam um certo grau de modificação em nível de predicação. O produtor, ao tomar em conta, num ato de comunicação verbal, a situação, as condições e os elementos envolvidos na produção lingüística, modifica ou modaliza sua textualização. Textualizando, emprega, de forma muitas vezes inovadora, categorias gramaticais e sintáticas funcionando como indícios de um sentido construído num dado momento e em determinada situação.

É ainda importante lembrar que, entre os diferentes pontos de vista sobre a modalidade, há também perspectivas exclusivamente sintáticas e semânticas.

Conforme Coracini (2001, p. 113-15), o ponto de vista *sintático* de abordagem da modalização leva em conta a transitividade ou a intransitividade. Na realidade, o tratamento sintático às modalidades visa à abordagem em termos de ambigüidade semântica. Em suma, quer resolver essa ambigüidade semântica pelas explicações exclusivamente sintáticas, manipulando frases em que o sentido das partes é sempre e somente previsto na língua. Recorrendo ao que se estudou na contextualização – no capítulo 1 deste estudo – essa abordagem fixa-se exclusivamente na *regra* e esquece a *estratégia*.

Já o ponto de vista *semântico* sobre as modalidades parte do quadrado aristotélico, que foi criticado e, praticamente, transformado em hexágono por Blanché (1969), mantendo o viés estritamente formal. Koch (2000, p. 75-81) apresenta uma esclarecedora síntese acerca do estudo de Blanché. Com relação ao que se pretende nesta dissertação, não se aprofundará esse ponto de vista sob esse viés.

Entretanto, o que se pode sublinhar é o tímido avanço dos estudos de Blanché com relação à modalidade na abrangência que lhe dá o valor que se exige, na perspectiva de uma lingüística que considere o *uso* da língua. Nesses estudos, ainda se mantém uma visão descomprometida com a situação de produção e uso na qual residem fundamentalmente os valores significativos das unidades e expressões lingüísticas.

Lyons (1977) é citado por Coracini (1991, p. 115) por ter realizado também uma abordagem semântica, mas já focalizada em frases. Esse autor define o tratamento empreendido pela lógica formal à modalidade circunscrito à *evidência da necessidade epistêmica da proposição*, tratada apenas objetivamente. Diferencia-o da abordagem lingüística que considera o valor de verdade das proposições, já levando em conta relações entre linguagem e mundo.

Sabe-se que as classificações lógicas formais mantêm estrita e arbitrária relação entre conceitos modais e formas de expressão atitudinais, no entanto os elementos envolvidos na produção de todos os enunciados não o fazem igualmente. Portanto, locutor, alocutário, espaço, tempo, discursos anteriores e universo de referências não apresentam constantemente o mesmo tipo de relações entre si. Além disso, o fim ilocutório de um texto não é o mesmo do de outro.

Conjugando a essas observações sobre o tratamento da modalização a proposta de Parret (1988), quatro tipos de modalidades existem: *lexicalizadas*, *proposicionais*, *illocutórias* e *axiológicas* ou *pragmáticas*.

As *lexicalizadas* se expressam através de verbos modais e advérbios, como em:

- (1) *Tenho que fazer* um trabalho.
- (2) *Talvez* ele venha amanhã.

As modalidades *proposicionais* são as que determinam o valor de verdade de proposições delas dependentes como *necessário*, *contingente*, *possível* ou *impossível*:

- (3) *É certo que* virá.
- (4) *Nunca tive certeza* deste fato.
- (5) *É possível que* todos estejam no auditório.

Às modalidades *illocutórias* correspondem os tipos e os níveis de classificação e convenção das intenções do locutor ao produzir seu texto oral ou escrito. Essas regulam tanto a forma como o conteúdo semântico da cada *ato illocutório*.(A.I.). Os exemplos a seguir são esclarecedores:

- (6) *Penso que* deves sair agora mesmo. (A .I. representativo)
- (7) *Feche* esta porta! (A . I . direto)
- (8) *Peço desculpa* por teres de abrir a porta. (A . I . expressivo)

Quanto às modalidades *axiológicas* ou *pragmáticas*, Parret define-as como reguladoras da interação, selecionando os enunciados de acordo com o contexto de ação.

- (9) *Abre* a porta imediatamente. (A . I . diretivo direto)

(10) *Tu te importas* de abrir a porta? (A . I . diretivo indireto)

Trazendo ao tema uma abordagem da modalidade que não trata somente das atitudes proposicionais, Parret estabelece alguns destaques. Primeiramente, define o ato proposicional como ato de referência e de predicação, segundo ele restrito ontológica e epistemologicamente. Em segundo lugar, ao inserir na modalização as atitudes ou atos ilocutórios, atribui-lhes uma certa realidade – o real possível – motivada pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções, classificáveis e convencionalizadas. Os exemplos 6 a 10 demonstram essa concepção. Em terceiro lugar, Parret (1988, p. 80) considera a fórmula performativa (ato ilocucionário/ilocutório) como operador modal que interfere globalmente no significado ou no conteúdo semântico do enunciado.

Parret (1988, p. 80) denomina esta abordagem de *axiológica*. Ainda atribui a esta denominação ou qualificação as características formais da *canonicidade* e da *expansão*. A primeira característica vem do fato de esse sistema ser semanticamente elementar e dedutivo; a segunda, do fato de que a seqüência e a implicação das modalidades governam-se por uma lógica profunda cuja “garantia é a sua própria coerência”.

Abordando esse sistema de modalidades capaz de expandir-se ilimitadamente tanto no eixo do discurso quanto no das esferas culturais englobantes sucessivamente, o autor consolida zonas de conotação cada vez mais amplas. Ele assinala que o importante não é a validade e a hierarquia das definições que propõe, mas o isomorfismo dos quatro tipos de modalidade.

Resumindo esse aspecto do isomorfismo¹⁶, conforme a abordagem que serve a esta pesquisa, Parret (1988, p. 80) propõe uma correspondência bastante estreita entre as unidades ou níveis de modalização. Em outras palavras, quer propor uma estratégia pragmática, no sentido em que se considera objeto de pragmática um fragmento lingüístico dependente de um contexto *accional*. Nesse contexto accional, focaliza os elementos que o constituem enunciativamente, ou seja, a produção intencional de “um fragmento lingüístico pelo locutor, a recepção e o reconhecimento da intenção ou do conjunto das intenções pelo destinatário, o suporte situacional de tempo e espaço desse processo ‘accional’ ”. (PARRET, 1988, p. 82)

Conclui-se adequadamente que a abordagem axiológica aborda a semiolingüística como uma pragmática, pois contextos accionais cada vez mais amplos se constroem na base da estrutura elementar canônica ou clássica.

Concordando com Parret (1988, p. 103) a respeito da imensa tarefa que espera pesquisadores no campo da modalização, principalmente no âmbito taxinômico e epistemológico nas diversas línguas, consideram-se os registros acima suficientes para a seqüência que se proporá.

Completando a análise da modalização, anotam-se, dentro das tendências dos estudos da modalidade relativos à pragmática e aos atos de fala, as idéias propostas por mais alguns estudiosos.

¹⁶ Conforme Greimas e Courtès (1979), o isomorfismo é a identidade *formal de duas ou mais estruturas* que dependem de planos ou níveis semióticos diferentes. Para reconhecê-lo, há homologação possível das redes relacionais que constituem esses níveis.

Récanati (1982) relaciona as três modalidades frasais interrogativa, declarativa e imperativa – às três forças ilocucionárias básicas: o ato de questionamento, o ato de asserção e o ato de prescrição. E vai mais além, correspondendo a elas as principais modalidades clássicas, isto é, as aléticas, à asserção; as epistêmicas, à interrogação e as deônticas, às ordens.

Elisa Guimarães (1979) também liga as modalidades clássicas aos atos de fala que realizam. A obrigação e a permissão relacionam-se à modalização imperativa, expressa pelos verbos *ordeno*, *permito*. A necessidade se relaciona à modalidade alética com a expressão *é necessário*. A obrigatoriedade e permissão se relacionam à modalidade deôntica, tendo como ilustração a frase *é obrigatório*. Já a afirmação corresponde, segundo Guimarães (1979), à modalidade *assertiva*; a probabilidade e a certeza, à modalidade *epistêmica*; a possibilidade, à modalidade a que chama *cognitiva*.

Retoma-se, neste final de seção, a convicção de que, mesmo que se rejeite a biunivocidade, a modalização não se afasta de alguns preceitos formais. A seção a seguir trará algumas pistas de linguagem que em geral funcionam como expressão textualmente empregada de modalização. Essas pistas lingüísticas ou este elo, em parte, formalmente estabelecidos, são, repete-se, suscetíveis de empregos diversos em vista da singularidade de cada momento de enunciação.

Entretanto, é certo que esse elo garante uma abordagem que efetivamente se elabora e se constrói numa (inter)ação necessária entre o *formal* (apriorístico, intensional) e o *pragmático* (inferencial, contextual e extensional). É, inclusive, a garantia de uma construção

que se valida no interior de sua própria coerência, numa paráfrase de Parret, já citado nesta seção.

2. 2. 2 Quais as pistas da expressão lingüística da modalização?

Na observação dos textos do *corpus*, quando feito o levantamento das perguntas nos segmentos N ou S, já se identificaram alguns detalhes quanto às expressões lingüísticas modalizadas a partir dos âmbitos lexical e sintático. Neste trabalho, esses pontos de vista servem como ponta de *iceberg*, ou seja, são utilizados para corroborar observações e enriquecer a análise qualitativa.

Feita essa revisão inicial, prossegue-se, nesta seção, à análise de marcas lingüísticas que, em conjunto com aspectos discursivos, vão compor o cenário de estudo do artigo de opinião autoral, visualizado por meio da pergunta inserida em suas vias de continuidade.

Inicialmente, recorre-se a Koch (2004, p. 135), que escreve no capítulo *As marcas de articulação na progressão textual*, um estudo dos articuladores *metadiscursivos*. Esses articuladores servem para introduzir comentários tanto sobre a forma ou maneira de formulação do enunciado quanto sobre a própria enunciação.

Entre esses articuladores, há os *modalizadores* os quais, em sentido estrito, expressam as modalidades no sentido tradicionalmente conhecido, ou seja, *aléticas*, *epistêmicas*, *deônticas*. Entre os *modalizadores aléticos* – que se referem à necessidade ou à possibilidade das coisas existentes no mundo e, muitas vezes, se confundem com os epistêmicos e deônticos pelo fato de se referir algo que se conhece ou algo que se deve fazer – há o exemplo de *É*

impossível que ele não se modifique. Sua atitude é perigosa! Outro articulador metadiscursivo modalizador é o de tipo *epistêmico*, conforme aparece em: ***Obviamente***, *ele não aparecerá, pois está com vergonha do que fez. Isso me parece ser uma atitude correta.* Nesse exemplo, é comprovado que o modalizador epistêmico revela o engajamento do produtor, pelo grau de certeza desse em relação ao que enuncia. Um terceiro tipo é o operador metadiscursivo modalizador *deôntico* que expressa o grau de obrigatoriedade ou facultatividade que se atribui a um conteúdo proposicional. O exemplo é: ***É indispensável*** *que ele peça desculpas.* Já os *modalizadores axiológicos* indicam avaliação de fatos, de ações, de situações enunciadas ou informadas, como em: ***Curiosamente***, *ele, que é calmo, ficou nervoso naquele momento.* Ainda é citado pela autora o articulador metadiscursivo modalizador *afetivo* ou *atitudinal*, encenador de atitude psicológica pela qual o enunciador se mostra perante eventos enunciados. Um exemplo é: ***Felizmente***, *ele conseguiu a reconciliação com ela!* Entre esses, encontram-se alguns com função *atenuadora* como em ***Ao que me parece***, *há problemas ainda a serem resolvidos.* E os *delimitadores de domínio*, marcadores de um âmbito dentro do qual se verifica o conteúdo enunciado, como em: ***Politicamente*** *nos posicionando, o partido acha que...* Ainda na enumeração dos articuladores metadiscursivos modalizadores, a autora cita o dos *comentadores* do modo como se mostra um enunciador diante do outro. Um exemplo bastante comum é: ***Francamente***, *essa eu não esperava de você.*

A abordagem que interessa aqui é a que privilegia o uso e o funcionamento da língua, do ponto de vista pragmático que se adota. Observe-se que os exemplos dados nesta seção mostram usos em frases, no entanto considere-se que constituem exemplos potencialmente adequados para uso em texto com o sentido a eles atribuído no conjunto do sistema textual em

uma dada situação. Logicamente, o contexto, ou melhor, o texto todo dar-lhes-ia melhor amparo, mas, dentro do que se objetiva nesta seção, os segmentos frasais são suficientes.

Por essa razão, além da leitura e estudo de Koch (2004, p. 135) consultou-se a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves (2000). Nessa obra, encontram-se catalogados empregos de léxico e de sintaxe pertinentes à nossa língua materna, com possibilidades modalizadoras potenciais, o que vem dar mais um aporte consistente ao estudo dos textos do *corpus*. A autora anota, na introdução de seu livro, que sua orientação teórica fundamenta-se na unidade maior de funcionamento que é o texto e na concepção de que os itens enumerados são multifuncionais. Soma – no tratamento dessa gramática – funções e níveis de análise, além de um enfoque semântico em que, em diferentes esferas, diferentes itens atuam: esfera dos participantes, esfera das relações e processos, esfera dos circunstantes.

Dentre os estudos sobre indícios gramaticais de modalização, selecionaram-se os que se apresentaram mais próximos dos usos lingüísticos nas perguntas encontradas. Justifica-se essa atitude pelo fato de o centro deste estudo ser a modalidade interrogativa inserida nas unidades informacionais textuais, que considera as categorias gramaticais lingüísticas apenas um dos aspectos da análise proposta.

A primeira marca de uso lingüístico focalizada é o *verbo*. Sobre a potencial modalização que essa categoria pode oportunizar, Neves (2000) apresenta as seguintes possibilidades.

A interferência da atitude do falante na situação do discurso indica um conjunto de verbos que abrigam *modalidades, cognição, manipulação e elocução*. Como exemplos, podem-se enumerar predicados *factivos* (que têm participantes de estatuto oracional):

(i) *epistêmicos*, como saber, compreender, descobrir, ignorar, lembrar-se (= ter na lembrança), perceber, notar, observar, aperceber-se, recordar-se; além de expressões como dar-se conta, ter em mente, levar em conta e similares. Ex: **Ignore** que eu o encontrei; **Percebam** a gravidade desse fato.

(ii) *verbos de estatuto sentimental*, como admirar-(se), lamentar, deplorar, maravilhar-se, arrepender-se, magoar-se, ressentir-se. Ex: **Lamento** a atitude dos administradores.

(iii) *verbos do tipo declarativo ou elocutivo*: gabar-se, desculpar-se. Ex: O administrador **gabou-se** de seus princípios; Foi um erro do governo – **desculpou-se** o ministro.

(iv) *verbos do tipo avaliativo*: relevar, estranhar, importar, bem como construções: ser significativo, ser trágico, ser relevante, ser crucial, ser importante ... Ex: **Relevem** este projeto. **Não é significativo** ...

A autora, num extenso e rico levantamento dos empregos verbais, ainda menciona os verbos cujo valor modalizador propriamente dito não pode ser excluído neste breve levantamento. Assim, Neves (2000, p. 62) cita “verbos que se constroem com outros para modalizar os enunciados, especialmente para indicar a **modalidade epistêmica** (ligada ao conhecimento) e **deôntica** (ligada ao dever)”. Esses verbos vão expressar, principalmente:

(i) necessidade epistêmica (*Isso **deve ser** brincadeira do colega jornalista!*)

(ii) possibilidade epistêmica (***Pode ser** verdade essa lei agora?*)

(iii) necessidade deôntica (*Esta era uma medida que não **podia** demorar?*)

(iv) possibilidade deôntica (*Não se **pode** acreditar nesse discurso?*)

Há, também, verbos que expressam o que Neves (2000) nomeia como modalidade *habilitativa* (indicam capacidade), como em: *Podemos fugir dessa vergonha nacional?*

Neves (2000) ainda descreve a modalidade *volitiva*, ao relacioná-la a verbos que não se colocam em igual nível da modalização epistêmica ou deôntica, mas que ocorrem e são atitudinais, isto é, modais. Expressam vontade, *volição*. Um exemplo é: *O povo queria ver tudo isso resolvido*. Outro: *Desejamos a resolução desse problema rapidamente*.

Outra categoria gramatical que pode evidenciar ou indiciar modalização, mesmo que de maneira menos explícita como o verbo, é o *substantivo*. Isso acontece quando um substantivo deriva de verbo, dependendo da entidade a ser denominada. O exemplo a seguir aponta nomes de estado, incluindo modalidade: *Há possibilidade de que minha opinião seja a da maioria?*

O *adjetivo*, quando empregado em um texto, cumpre papel descritivo e, se relativo, por exemplo, a um posicionamento ou avaliação do locutor que, assim, caracteriza um dado objeto, já indicia modalização. São exemplos as frases: *Foi um gesto nobre do ministro* e *Este texto é fraquíssimo em vocabulário erudito*, que revelam a opinião do locutor, coincidente ou não com a do interlocutor, em primeira instância. No entanto, o adjetivo funciona efetivamente como modalizador, quando qualifica e expressa valor semântico:

(i) epistêmico (ao revelar conhecimento ou opinião do produtor/falante). Pode ser de certeza/asseveração, como em: *Claro que o discurso foi pré-estabelecido; É evidente que tudo estava orquestrado*.

(ii) de eventualidade, como em *É possível que a medida dê bons resultados; É provável que ele participe de nosso encontro?*

(iii) de modalização epistêmica, em qualificações mais subjetivamente atribuídas ao referente: *Parecia simples evitar uma possível crise no setor da saúde.*

(iv) de atenuação, como em *Tínhamos relativa confiança neste plano administrativo.*

(v) de intensificação, como em *Foi um intenso movimento pró-educação.*

Repete-se aqui a necessidade de, sempre, uma observação atenta do todo textual, uma vez que, fora de um texto com seu fim discursivo, somente algumas pistas como essas podem ser apontadas.

Na seção diretamente focada em **advérbios** modalizadores, Neves (2001) apresenta uma ampla classe de elementos adverbiais cuja característica básica é expressar a interferência do produtor ao enunciar algo. O falante/produtor modaliza, assim, quanto ao valor de verdade e quanto ao dever; restringe o domínio; define a atitude e pode até avaliar a formulação lingüística.

Os advérbios e locuções adverbiais modalizadoras têm uma ampla gama de possibilidades de uso. A utilização dessa categoria é particularmente estratégica, pois o produtor marca o seu próprio dizer usando diversas gradações, por exemplo, do ato do avaliar.

Algumas exemplificações de possibilidades modalizadoras dos advérbios, seguindo Maria Helena de Moura Neves (2000), aqui se repetem e se apresentam, com finalidade de especificação de exemplos. São:

(i) **Advérbios modalizadores epistêmicos**, que são advérbios portadores de avaliação que envolve o conhecimento do produtor, pois este avalia a verdade do que é dito. Esses

advérbios asseveram, marcando uma posição de adesão do produtor ao que diz, uma adesão que se faz através do que sabe sobre as coisas. Denominam-se *advérbios asseverativos*, que se subdividem em *asseverativos afirmativos* (de factualidade, *sei que, é certo que*); *asseverativos negativos* (de contrafactualidade, ou seja, *sei que não, é certo que não*); *asseverativos relativos* (que expressam eventualidade: *acho que, é possível que*).

O conteúdo dos advérbios *asseverativos afirmativos* é apresentado pelo produtor como fato indubitável, reforçado pelo emprego do advérbio. Referem-se ao saber do falante, expressando: evidência (***Evidentemente***, *ele disse a verdade*); irrefutabilidade (***Incontestavelmente***, *a eleição foi fraudada*); verdade dos fatos (***Realmente*** ou ***Na realidade***, *ele chegou cedo*); naturalidade dos fatos (***Obviamente***, *ele virá às 8 horas*); simples crença ou certeza do falante (***Com certeza***, *ele disse tudo*).

A construção que utiliza os advérbios asseverativos pode ser feita com enunciados afirmativos (***Sem dúvida***, *ele falou a verdade a ela*) ou com enunciados negativos, que asseveram a negação (***Absolutamente*** *ele não sabe o que faz!*).

Os advérbios *asseverativos negativos* exprimem contrafactualidade. O produtor apresenta um conteúdo como indubitavelmente não-factual (*Não soube de forma alguma encerrar o discurso sem mágoas*).

Já os advérbios *asseverativos relativos*, que expressam eventualidade, reforçam um conteúdo que o produtor considera eventual, ou seja, que este crê ser possível ou não, provável ou não. O produtor revela baixo grau de adesão, na medida em que não se compromete com a verdade do que diz (***Provavelmente*** *ele exagerou nas palavras duras*). É

importante observar o uso desses advérbios, por vezes coordenado com o emprego do modo subjuntivo ou do futuro do pretérito, além de outras marcas da eventualidade, probabilidade ou grau de incerteza, como um auxiliar modal (*Agora encerrei o caso, o que talvez seja uma atitude radical ...; O fato poderá possivelmente causar problemas; Eventualmente ele poderia comparecer a duas reuniões*).

O uso de advérbios asseverativos não garante que o dito seja verdadeiro, mas indica – sobretudo – que o produtor quer ser digno de crédito. Seu uso pode indicar que o produtor se antecipa a uma desconfiança que o interlocutor possa revelar, modalizando seu enunciado asseverativamente.

Há casos em que adjetivos funcionam, dessa forma, como advérbios. Em outras palavras, iniciando respostas, atuam predicando a fala anterior (ou uma pergunta), sem que seja necessário repeti-la (*Lógico, ele não compareceu à sessão; Exato, o presidente foi muito explícito*).

(ii) *Advérbios modalizadores delimitadores*, que não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do dito, entretanto fixam condições de verdade ao delimitar o âmbito de afirmações e negações. Isso significa, em um contexto, que o produtor circunscreve limites em cujo interior o enunciado deve ser compreendido e interpretado (*Basicamente, os congressistas votaram a lei em uma hora; Tecnicamente é uma boa opção para o grupo*).

Essa circunscrição ou delimitação adverbial dos enunciados pode embasar-se na perspectiva do falante (*Pessoalmente, encontrei razões para vir logo*); ou na perspectiva de

um domínio do conhecimento (*Eles decidiram, **historicamente**, os destinos do país naquela sessão*).

Os advérbios delimitadores podem restringir um âmbito, mas podem limitar um todo genérico de formas diversas. Neste caso, uma generalização (***Em geral**, as reuniões são no salão de convenções*; ***Quase** que só com frases feitas construiu seu discurso*, em que se vê uma aproximação do limite) ou uma restrição (*O congresso reuniu especialistas, mais **especificamente**, em ciências políticas*) podem ocorrer.

(iii) *Advérbios modalizadores deônticos*, em que o produtor enuncia algo que deve ocorrer necessariamente com relação a uma determinada obrigação. Tais enunciados, além do advérbio, geralmente têm predicados já modalizados deonticamente (com uso de auxiliares modais). O âmbito da incidência do modalizador deôntico pode ser a oração (***Obrigatoriamente**, os congressistas têm um compromisso com o povo que os elegeu*) ou um constituinte (*Qualquer análise da votação, **necessariamente** agora deve ser feita*).

(iv) *Advérbios modalizadores afetivos*, cujo emprego revela as emoções do produtor, expressando a disposição de espírito deste produtor em relação ao dito ou escrito. A subjetividade, isto é, o envolvimento apenas de sentimentos do produtor pode ceder lugar a uma intersubjetividade, aparecendo relações entre locutor e interlocutor (sinceridade, por exemplo).

No primeiro caso, os modalizadores afetivos subjetivos aparecem em: *No Brasil, **felizmente** não há uma guerra ...; Ele foi **espantosamente** despótico em suas declarações*. No

segundo, a interpessoalidade aparece, por exemplo, em: *Francamente que papel você assumiu?*

Outra palavra que auxilia a modalização de forma explícita na língua é o *pronomo indefinido*. O exemplo a seguir expressa seu emprego numa construção com a modalização eventual: *O secretário talvez tenha alguma palavra explicativa para o fato*. E também em: *Será que tem alguma explicação para o fato?* Neves (2001) relata igualmente a indefinidade atenuada: *Calou-se, já que o que encontrara foram algumas folhas queimadas*.

Muito presentes nas perguntas, algumas *conjunções* estabelecendo processos como a adição ou a alternativa, a seguir são expostas.

Uma adição com um *e* com o uso de um verbo epistêmico pode explicitar legitimidade do saber, garantindo legitimidade do argumento (*Eles apresentaram o projeto de forma clara. E é sabido que tiveram o aval de todos*).

Outra junção remete diretamente à frase interrogativa retórica. Ocorre quando é solicitado que se leve em conta um argumento de acréscimo, pois busca a consideração para este argumento. Esse tipo de enunciado inicia ou continua discurso direto, discurso indireto ou indireto livre. A seguir, os exemplos:

(i) em um enunciado completo: *Clareza na fala dele? E não haveria nisso uma armadilha?*

(ii) em um enunciado reduzido a uma palavra ou expressão interrogativa: *Viu que o trabalho dera certo. E por que não?*

(iii) em um enunciado reduzido à prótase, sendo interrogativa hipotética: *A noite chegou! E se eu não conseguir concluir este trabalho?*

Nesse último exemplo, o segmento iniciado em *e* sugere *pode ser que eu não consiga*, um argumento potencial, assim chamado por Neves (2001, p. 749), no caso de idéia de hipótese.

Mais um exemplo ocorre numa inversão do sentido em que vai a argumentação, quando o segundo enunciado inverte a direção argumentativa. Um dos casos é o que tem o segundo segmento asseverativo (*Queria ver se você concorda. E você nem dá atenção*). Outro exemplo é o de uma interrogação retórica de forma interrogativa e entoação exclamativa, funcionando como asseveração de valor negativo: *Ele arrebatava todos com suas idéias. Falava bem e bonito, mas ela não lhe dava atenção se ele não olhasse só para ela: tomava como indiferença. E ele podia fazer isso com sua mãezinha? Não mesmo!*

Integrando esse quadro, agora relacionando o estudo à alternativa, retomam-se os operadores argumentativos, termo cunhado por Oswald Ducrot (apud KOCH, 2003b, p.30), a fim de ampliar e enriquecer a análise e interpretação textual. Observa-se, nesse aspecto, o que diz Koch (2003b, p. 40), quando sublinha a força argumentativa dessas *classes gramaticais invariáveis* e palavras denominadas *denotativas* ou *denotadores*, em funcionamento na elaboração frasal e textual.

Muitas perguntas alternativas trazem à cena a importância do uso do *ou*, de valor alternativo. Originalmente, essa conjunção marca disjunção entre o elemento coordenado e o anterior.

Ingedore V. Koch (2000, p. 128) apresenta a disjunção como uma relação lógica que une proposições com uso do conector *ou*, o qual apresenta ambigüidade. Por conta disso, tem dois significados possíveis: um *ou* pode ser *inclusivo* ou *débil*; ou *exclusivo* ou *forte*. No primeiro caso, quando a disjunção é inclusiva, uma das proposições ou ambas são verdadeiras. A autora indica que, nesse caso, o significado do *ou* é *um ou outro* ou *possivelmente ambos*. Nas situações em que se usar *e/ou*, vigora esse sentido. A frase: *O curso é aberto para professores e/ou alunos de Letras* é um exemplo. Esse *ou* remete ao Latim *vel*. No segundo caso, o da disjunção exclusiva, exige-se que apenas uma das proposições seja verdadeira, nunca ambas. Este uso corresponde, conforme a autora, ao latim *aut* e exclui, portanto, uma das proposições, conforme o exemplo: *Você pode cursar Medicina ou Odontologia*. A escolha recairá numa das alternativas, nunca nas duas.

Embora diferentes num primeiro plano, esses dois tipos de disjunção têm em comum o fato de que, para serem verdadeiras, ao menos um de seus termos deve sê-lo. Isso leva a concluir que são falsas quando ambas forem falsas. A admissão da verdade de ambas as proposições ocorre na disjunção inclusiva; já a exclusiva não admite a verdade de ambas e descarta uma, levando à exclusividade de uma das proposições. Outro aspecto importante, considerado por essa estudiosa, e que não se pode esquecer diante da perspectiva desta pesquisa é o de que o *ou* discursivo/ argumentativo assume caráter de provocação, já que incentiva à concordância. Nas análises das perguntas nos artigos de opinião autoral, esse caráter provocativo e convocatório é exemplificado.

Retiraram-se, também, do quadro de análise de Moura Neves (2000, p. 777), alguns usos do *ou* que podem ser relevantes para o estudo que esta dissertação objetiva.

Um desses usos é a conjunção *ou* indicando a alternância entre fato e eventualidade. O emprego da conjunção ocorre entre palavras, sintagmas, orações ou enunciados; em algum ponto, aparece uma alternativa que é eventual e potencial substituição do segmento anterior. Eis o exemplo: *Viu a carreira de administrador como um refúgio, como um degrau para a riqueza **ou**, quem sabe, como um passo para reconquistar a confiança de todos.*

O outro emprego mostra uma declaração enunciada com uma segunda oração que oferece uma alternativa eventual (normalmente com verbo no futuro do pretérito). Isso acaba comprometendo o valor asseverativo de parte ou de toda a primeira oração. O exemplo dessa situação é: *Era certo que não defenderia. **Ou** seria tão sentimental que voltaria atrás?*

Mais um emprego do conector alternativo em português apresenta um primeiro enunciado declarativo assertivo com o segundo trazendo uma alternativa eventual (invertendo a polaridade, representando negação da asserção). Ilustra-se com: *Olhem! Lá está o artista! **Ou** é apenas alguém parecido?*

Outro importante uso da conjunção **ou** é a presença de um segundo enunciado que oferece uma alternativa para um pressuposto da primeira. No segundo enunciado, é indicada a possibilidade de um fato que é diverso do que é posto/pressuposto no primeiro. A aparência ou a falsidade do primeiro fato torna-se possível. É comum que, nesses casos, o primeiro enunciado seja interrogativo (interrogação parcial), porque à interrogação geral se responde com *sim/não*, impossibilitando a factualidade pela atribuição de um predicado a um sujeito. Por essa razão, o segundo enunciado aparece como eventual alternativa e assume freqüentemente forma de interrogação geral. Dois exemplos são explicados seguir.

Utiliza-se o primeiro caso, descrito por Neves (2000, p. 778), quando há um pedido de informação (interrogativa parcial) sobre a causa de algo já posto como factual. O segundo enunciado oferece alternativa (interrogativa geral) para essa situação posta cuja causa se investiga. Se, eventualmente, se aceitar o segundo enunciado, não se responde mais ao primeiro:

Por que não incentiva os pretendentes que às vezes a rondam discretamente? **OU** não se casou até agora porque a vida que leva – adstrita às tarefas que não lhe imponho mas que tomou a seu cargo primeiro para distrair-se, depois por gosto – a impede de pensar em si própria? (VN) (NEVES, 2000, p. 779).

Nota-se a alternativa constituindo um pressuposto do primeiro enunciado. Inquire-se a causa de alguém não incentivar pretendentes ao casamento, pressupondo o querer casar-se. (há admitida presença de pretendentes, no contexto que se infere do exemplo).

Outra ilustração do uso desse *ou* é o de um primeiro enunciado declarativo e o segundo – sob forma de interrogativa geral/global – oferecendo uma alternativa eventual para um dos pressupostos do primeiro.

E então começava-se a ouvir, a princípio indistintamente, um assobio vindo de muito longe. João precisava esticar bem os ouvidos para pegar no ar aquele fiapo de assobio. **OU** era do coração, a gente é que queria ouvir? (CBC) (NEVES, 2000, p. 779)

Verifica-se que o que se pressupõe no primeiro enunciado da construção alternativa é que *havia um assobio*. Se for aceito o segundo enunciado, invalida-se a asserção de que João precisa esticar os ouvidos. O motivo seria que não se necessita esticar ouvidos, se não há o assobio, pois a alternativa eventualmente aceita de que *aquele som vem do coração* (segundo enunciado) levaria à invalidação do enunciado anterior.

Outra ocorrência é a alternância entre duas eventualidades ou possibilidades, quando há um enunciado não-factual, modalizado, declarativo. A modalização pode ocorrer pelo *poder*: *Você bem poderia ter sido meu professor, **ou** orientador, **ou** amigo ...*; ou pelo *dever*, como em: *O gerente **deve** assumir amanhã **ou** na semana que vem*; e também neste exemplo: *Talvez fosse essa a razão de sua tristeza. **Ou, quem sabe**, ela sentisse mesmo era medo, timidez ...*, no qual a eventualidade e não-factualidade é marcada por palavras ou expressões como, *talvez, quem sabe* e, às vezes, pelo modo *subjuntivo*.

Um tipo de modalização característico da seqüência alternativa é a do *saber* negativo, completada com oração completiva que se inicia com SE. Essa modalidade de viés epistêmico aparece em: *Ele ainda é amigo! – Não sei se é; **ou** se um dia o foi*.

Uma interrogação global constituída por dois segmentos interrogativos, visando à eventual atribuição de um predicado a um sujeito, é um exemplo que pode ilustrar possível modalização como em: *Somos **ou** não somos o povo eleitor deles?* Mesmo sendo analisado isoladamente, ou seja, apenas num período isolado de seu contexto textual, este questionamento, com uso do conector *ou*, remete a um *saber*.

O *futuro do pretérito* ou *do presente* e o uso das expressões *quem sabe, será que* acentuam a idéia de eventualidade, quando conjugadas em frases com a alternativa usando **ou**: *Teriam chegado antes? **Ou** estariam mentindo de novo?* É lançada, com as alternativas, a dúvida a respeito de um *saber*.

Outro exemplo do uso de *ou*, mas presente num conjunto de duas eventualidades com valor hipotético, aparece em: *Diga agora ou se cale para sempre*. Note-se que se implica um ato de ameaça, admoestação.

Outros exemplos bastante ricos do estudo de modalização na perspectiva do uso de enunciados, em especial, interrogativos, e com presença de *ou* são os que levam em conta *atos de fala*.

Um exemplo é o que segue, em que o primeiro enunciado declara algo com ou sem modalização, e o segundo é uma interrogação global de eventualidade.

— Eu sou menino, senhor? Heim? Sou menino? O mano só deixou no mundo, que podem zelar por ele, eu e você. A gente não pode deixar de se entender. **Ou** você quer que a peste da viúva parta em cima do que o pobre deixou e leve tudo? (FP) (NEVES, 2000, p. 781).

O outro exemplo, que se relaciona também a atos de fala, apresenta um enunciado interrogativo global de eventualidade ou possibilidade com marca do subjuntivo e/ou lexema, do tipo expressões como *talvez*. O segundo enunciado é declarativo, marcado também, e de eventualidade.

E agora, limpando a arma com uma concentração mecânica, Vitória de novo se perguntou que demônio a dominara para levá-la ao ponto de questionar a prima. **Talvez tivesse** sido a chuva que ameaçava sem cair? **OU talvez** a insistência daquele rosto que se especializara em esperar, a tivesse *enfim* exasperado (ME) (NEVES, 2000, p. 782).

No *corpus*, a alternativa foi recorrente em muitos segmentos; em especial, na formulação de perguntas em quadros de maior questionamento. Por essa razão e pelo fato de, nessa junção, se configurar a frase que compõe partes importantes da elaboração textual, procedeu-se a um estudo mais aprofundado da conjunção alternativa.

Nesta seção, ainda, anotam-se os operadores argumentativos como *até, (um) pouco, quase, mesmo* etc, que podem funcionar modalizadamente. Numa frase como: *Apenas essas duas circunstâncias já mostram que tipo de princípios regem a ação do ditador*, se observa a força do operador, enfatizando a proposição a seguir. Em outras palavras, os princípios que norteiam a ação do referido ditador não precisam de mais evidências para se revelarem como os considera o produtor. Essa é uma atitude demonstrada e linguisticamente expressa com o auxílio deste *apenas*.

Concluindo esta seção, ressalta-se o fato comprovado de que, nesta perspectiva de entender e especificar a expressão da modalização,

... o que importa ressaltar é o fato de que, ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meio dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais) (KOCH, 2000, p. 86).

Em vista disso, pode-se compreender as modalidades como um recurso que permite, de fato, marcar o grau de distanciamento do locutor em relação ao seu enunciado. Esse recurso pode expressar o maior ou o menor grau de engajamento do produtor diante do que é dito, e torna possível a determinação do grau de tensão estabelecido entre os interlocutores da interação verbal.

Outra conclusão que Koch (2000, p. 88) aponta e que se percebe fortemente no *corpus* analisado é que o recurso da modalização possibilita ao produtor deixar claros os tipos de atos que tem em mente realizar para conduzir o interlocutor, através de *pistas*, às suas intenções. O uso da modalização ainda pode trazer ao texto – no caso dos valores do deôntico e dos saberes do epistêmico (e suas negações, por extensão) – inúmeras vozes que não apenas a do locutor. No gênero em questão, a incorporação desses cenários epistêmico-deônticos torna possível “a

construção de um retrato do evento histórico que é a produção de um texto” (KOCH, 2000, p. 88).

3 O QUE É A MODALIDADE FRASAL INTERROGATIVA?

3.1 Considerações Iniciais

Conforme Koch e Vilela (2001), os meios lingüísticos concretizam relações sintáticas e, ao mesmo tempo, produzem relações de forma e de significado no interior das frases e na sua expansão ao texto. Este sentido intrafrasal participa e constrói sentido em relação a outras frases, expande-se e interage com o todo do texto.

Na perspectiva da frase, meios gramaticais disponíveis são instrumentos que vão se alinhando de acordo com a concordância e a regência, formando as frases. Aqui não se focalizará a gramática de valências, que estuda as normas previstas pela língua para a construção por meio dos usos previstos gramaticalmente pela língua portuguesa. Tratar-se-á de utilizar os estudos de Koch e Vilela (2001), inicialmente, para verificar quais as formas lingüísticas possíveis em língua portuguesa, na modalidade interrogativa, já que essa é a marca constante encontrada e a ser analisada nos textos do *corpus*.

Pela sua repetição e alta recorrência, é certo que a interrogação tem uma importância capital nos efeitos de sentido, ao ser inserida em relações nucleares ou satélites.

Assim, aproveitando a capacidade elucidativa do ato de interrogar, respondem-se às perguntas seguintes nesta seção:

- (i) O que é uma frase?
- (ii) Qual o papel da posição e da entoação como categorias expressivas no texto?
- (iii) Quais componentes da frase influenciam o seu conteúdo?
- (iv) Quais as características da interrogação? (ato de interrogar)
- (v) Que tipos de frases interrogativas são possíveis de caracterizar na língua portuguesa?

É necessário caracterizar que *noção de frase* se adota. Portanto, como Koch e Vilela (2001, p. 297), para este trabalho, a frase “configura, numa proposição, um dado estado de coisas e ocorre num texto transformada em enunciado ou em parte de um enunciado”.

O enunciado é uma unidade de comunicação que se integra num acontecimento comunicativo que um produtor realiza oral ou graficamente. Assim, se uma palavra ou um parágrafo inteiro revestir-se de comunicabilidade, independentemente de sua extensão ou número de elementos, será um enunciado.

A frase, quando se atualiza, sendo, portanto, um enunciado, é sempre nova, à medida que se cria em inúmeras novas situações comunicativas. O que é fixo em relação à frase são os modelos ou estruturas possíveis.

Outra particularidade é o fato de a frase poder ser (i) autônoma, (ii) subordinada, (iii) coordenada, (iv) frase elemento de frase. À primeira, corresponde o exemplo *Ele saiu*. À segunda, *Ele disse* (subordinante) *que ia sair* (subordinada). Como exemplo da terceira

concepção de frase, tem-se: *Ele saiu e foi passear* (coordenação); e à terceira possibilidade corresponde o exemplo *O homem **que saiu** era meu irmão*. (representa uma expansão de um elemento da frase).

Ainda sob a conceituação de frase, podem-se apontar outros ângulos. Do ponto de vista lógico, tem-se um *juízo*; do ponto de vista psicológico, vê-se a frase como uma expressão de uma representação conceptual que um produtor concretiza em vista de uma intenção de despertar ou reproduzir a mesma representação no seu alocutário. Já do ponto de vista comunicativo, a frase é um enunciado formalizado com conteúdo fechado e que faz parte de um discurso.

Do ponto de vista formal e fônico, a frase é uma seqüência que se situa entre dois intervalos fônicos, a menor unidade do discurso, autônoma, componente do texto (aspectos de estrutura e de conteúdo). Ao se unirem os elementos frásicos do sujeito e do predicado, ocorre a *predicação atual*. Essa relação predicativa transforma uma seqüência de palavras em uma seqüência comunicativa, fechada e autônoma.

Já ao se focalizar a *posição* das partes de uma frase na língua portuguesa, toma-se em conta as unidades lingüísticas não só no seu papel sintático, mas também semântico. Cada elemento frasal compõe sua função no todo, definindo-se como sujeito, predicado e complementos, com valores de tópico ou comentário e carregando o peso comunicativo que o produtor estrategicamente já neste micronível, o frasal, cria. Assim, dizer:

- (i) *Ele* olhou com carinho para ela;
- (ii) *Ela* olhou com carinho para ele;
- (iii) *Para ela*, ele olhou com carinho;

(iv) *Com carinho*, ele olhou para ela;

(v) Com carinho, *ela, para ele*, olhou;

pode ser diferentemente significativo em vista do peso comunicativo pretendido e obtido por mudanças na colocação de categorias frasais no espaço do texto.

No que tange à *entoação*, o desempenho focalizado será o da interrogação. Relembra-se que a importância atribuída a um ou a outro elemento, em conjugação com uma certa ordem ou posição das categorias citadas, vai criar efeitos comunicativos diferentes, inclusive no texto escrito. O ritmo imposto pela entoação interfere na articulação interna frasal atribuindo um papel relevante na produção de sentido no exercício de uma língua. Mas o que é comum na entoação de uma pergunta é a ascendência final do tom de voz, ou seja, a elevação de tom na parte final da frase interrogativa, próximo ao ponto de interrogação.

É pela *pontuação*, basicamente, que se faz uma determinada entoação. Como na elaboração da modalidade interrogativa podem concorrer, além do ponto de interrogação, outros elementos gráficos, no interior da oração, apontam-se alguns com suas possibilidades comunicativas.

A vírgula tem função de destacar segmentos frasais deslocáveis, tais como complementos da frase ou circunstâncias. Ela dá leveza e flexibilidade ao enunciado quando marca uma elipse e isola, de forma enfática, orações explicativas ou apostos, termos explicativos sem nexos relativos.

O ponto-e-vírgula presta-se a objetivizar valores expressivos ou lógicos, valores pragmático-comunicativos. Os exemplos de Koch e Vilela (2001, p. 294) são:

- (i) “O Francisco gostou da Joana: ela era rica”.
- (ii) “O Francisco gostou da Joana. Ela era rica”.
- (iii) “O Francisco gostou da Joana; ela era rica”.

A separação que os dois pontos promovem parte o enunciado em dois segmentos, em que o segundo dá a razão do gostar de Francisco. Já o ponto isola as duas frases enfaticamente, evidenciando duas verdades: gostar e ser rico. Em (iii), há a sensação de que Francisco gostou de Joana, embora ela já não seja rica. Essa é uma pressuposição que os autores registram, aceitável, até certo ponto, numa visão apenas frasal.

As reticências emprestam ao texto o tom de implícitos, alusões e intertextualidades comuns a falante e ouvinte, produtor e leitor.

Os parênteses isolam em uma seqüência expressões dispensáveis, elementos acrescentáveis, apartes dos interactantes, cumplicidades assumidas, mas deixadas, no momento, de lado, já que são consabidas.

Os dois pontos podem aparecer no interior de uma frase interrogativa e introduzirão expansões, enumerações, explicitações, podendo expressar causalidades ou conseqüências entre elementos que dividem.

3.2 Quais as formas possíveis de frase?

Tem-se uma frase simples quando existe apenas uma unidade predicativa; já uma frase composta possuirá várias unidades predicativas. Há a possibilidade de haver coordenação nas relações frasais bem como subordinação. Vejam-se os exemplos:

- (i) *Quando abriu a porta*, levou um susto.
- (ii) Como prêmio ele ganhou um livro, *que ele sempre desejava receber*.
- (iii) Começou a chover, *por isso ficamos em casa*.
- (iv) O meu amigo passou no exame, *enquanto eu tenho de repeti-lo*.

No primeiro caso (i), o valor frásico da parte em itálico é de uma determinação adverbial. No segundo exemplo (ii), aparece uma frase atributiva; no terceiro (iii) e quarto (iv) exemplos, há uma subordinada que assume vários valores semânticos. Veja-se que no exemplo (iii) há idéia de conseqüência e no (iv), de contraste.

O modo de introdução da frase subordinada ocorre com o uso de conjunções, de pronomes e até de advérbios.

3.3 Quais os conteúdos possíveis das frases?

A preocupação dos lingüistas com o *ato comunicativo* levou a uma centralização de estudos com os efeitos e a semântica das unidades autônomas do discurso que são, justamente, a frase e o texto. A separação de significados lexicais e gramaticais não é possível, tal é o grau de interdependência que se percebe e comprova quando realizadas observações. Koch e Vilela (2001) reiteram que os conteúdos comunicativos numa frase

declarativa informam sobre coisas, fatos, atitudes etc; os conteúdos proposicionais e atitudes assumidas perante estes se fazem mediante palavras e combinações frásicas elaboradas pelo produtor.

A semântica frásica tem componentes de dois tipos. O primeiro é relativo àqueles componentes independentes do falante, chamados de *denotativos*, por serem de cunho ontológico ou referencial. O segundo tipo de componentes semânticos são os que dependem do falante e que, por essa razão, chamam-se *comunicativos ou acionais*. Num componente, as combinações de traços são designados de *estado de coisas*, constituindo-se em referenciais. Um inventário de mundo a partir de uma conceptualização é capaz de construir um estado de coisas que é realizado pelas frases.

Numa perspectivização de arquétipo, podem ainda ser distinguidas as entidades de *primeira ordem* das frases, na qual, os nomes, por exemplo, estabelecem uma relação entre o lingüístico e o extralingüístico. Na *segunda ordem*, a dos estados de coisas, há entidades concretizadas na língua através de proposições realizadas por nomes abstratos. Um exemplo do primeiro tipo é a palavra *flor*, que estabelece uma relação constante entre o nome e o objeto do mundo extralingüístico; um exemplo do segundo tipo é a parte em negrito em *Ele pensa **que tudo vá correr bem***. Nesse aspecto, remete-se o leitor à noção adotada neste estudo de que a frase não significa sozinha, ou seja, pode ter essa perspectivização para fins didáticos, no entanto deve ser persistentemente visualizada em seu *uso em texto* no qual o sentido de fato se esclarece.

O grau de validade é um outro tipo de entidade que interessa a esta pesquisa. Este é um componente que se integra nos chamados *componentes comunicativos*. As pressuposições e as implicaturas exemplificam-nos.

No estudo da lógica dos predicados, podem-se verificar predicados de um lugar (*Antônio é alto*) e outros que apresentam propriedades e predicados de vários lugares (*Antônio ajudou a construir uma família mais humanizada*).

Nos componentes do conteúdo comunicativo, o estado de coisas descrito na estrutura semântica de um enunciado deve ser considerado em relação a uma determinada situação de comunicação. As relações especificadas pelos componentes comunicativo-pragmáticos podem ser discriminadas como: falante-ouvinte; falante/ouvinte – estado de coisas; estado de coisas – lugar do ato de fala e estado de coisas – tempo do ato de fala. (KOCH e VILELA, 2001).

Os autores citados acima incluem, para dirimir dúvidas na constituição do componente comunicativo, os seguintes componentes ainda na categoria comunicativo-pragmática: ordenação temporal e local do estado de coisas; grau de validade e modalidade do enunciado; emocionalidade (como expressão da atitude do falante/escrevente/produtor); ênfase ou enfraquecimento do conteúdo comunicativo.

Assim, o componente *grau de validade* ou modalidade em cada frase tem uma importância crucial no conteúdo comunicativo. Ele é a atitude que o produtor assume perante o conteúdo global do enunciado (certeza, dúvida, suposição, desejo ...) e se constitui não em condições de caráter objetivo, mas como elementos de teor avaliativo relativos ao grau de validade. Nesse aspecto, os *tipos modais* vêm a ser: modalidades indicativas ou reais, potenciais ou irrealis.

Esses mesmos autores escrevem que a modalidade pode ser expressa através de lexicalizações. O estudo detalhado dessas possibilidades expressivas já está explicitado no capítulo 2, na subseção 2.3.2.

Koch e Vilela (2001) ainda citam a ênfase ou desênfase e a emocionalidade como componentes importantes da ordem do comunicar. A ênfase consiste no uso das múltiplas possibilidades lingüísticas, associada à ordem dos componentes frasais e à pontuação. A emocionalidade é um componente que propicia ao produtor a expressão de suas atitudes emocionais como tristeza, raiva, alegria etc. Dizem os autores que a emocionalidade na frase pode ser marcada prosodicamente, pela posição de elementos frásicos e por meios lexicais, como os já arrolados.

3.4 Quais os tipos de frases e como se classificam as interrogativas?

Uma frase sempre incorpora uma função comunicativa, uma vez que é a menor unidade comunicativa e se reveste de uma certa intenção definida por ter um determinado objetivo. A intenção do produtor, assim como se revela nos segmentos constituintes textuais, já se instaura na construção e na inserção da frase no todo do texto.

De acordo com sua função, a frase apresenta várias formas. Pode ser *interrogativa* (*Foi você que veio mais cedo?*); *imperativa* (*Venha mais cedo!*); *declarativa* (*Você veio mais cedo.*); frase *interrogativa complemento* (*Que você foi fazer na igreja?*). Essas frases expressam a intenção do falante diante de um destinatário ou alocutário, portanto importando fundamentalmente a sua função comunicativa. Nesse aspecto, há frases que simplesmente

comunicam algo, como as declarativas; há, por outro lado, as que visam especialmente a provocar uma reação do destinatário, grupo ao qual pertencem naturalmente (isso no sentido apenas classificatório) as frases imperativas e interrogativas. Entretanto, destaca-se que as declarativas também podem servir como meio de chamar o destinatário, quando uma declaração serve, num contexto, para provocar um posicionamento deste. Atos de fala diretos mesclados com ironia são exemplo dessa situação de uso da declarativa.

O foco da atenção, aqui, são as interrogativas, em vista de sua incidência relevante nos artigos de opinião do *corpus* do O.R.T.O. Sua presença e inserção em situações de construção do texto determinam atitudes de saber ou de dever, fatos marcantes no texto artigo de opinião.

A frase *interrogativa*, na sua composição, apresenta-se, conforme Koch e Vilela (2001), em dois tipos básicos: as *interrogações totais* e as *interrogações parciais*. As interrogações totais ou interrogações frásicas ocorrem quando existe insegurança a respeito da existência de um estado de coisas. Elas pedem respostas do tipo *sim, não, talvez, quem sabe?* A frase *Tu me ajudas nessa tarefa?* com as possíveis respostas *Sim, Não, Talvez* exemplificam este tipo frasal interrogativo. Maria Helena Mira Mateus et al. (2003) identificam que, sintaticamente, as interrogativas totais podem não apresentar modificações em relação às declarativas que lhes correspondem, existindo uma mudança na entonação somente. *Compraste o jornal?* é um exemplo. Mateus e suas colaboradoras (2003) também alertam para o fato de que a interrogativa é uma frase que ainda não é proposição em vista de não possuir valor de verdade, isto é, de verdadeiro ou falso. A resposta é que lhe atribuiria o valor ou estatuto proposicional. Sendo interrogativas totais, não contêm pronomes interrogativos; o foco da interrogação recai apenas no constituinte ou na relação de

predicação. Dentro disso, o escopo ou o domínio da interrogação é somente um dado constituinte, como em :

(i) interrogativas nas quais o foco se marca por meios prosódicos (a) ou por meios sintáticos como a clivagem (b,c)

a – José vai ao concerto *amanhã*?

b – É *amanhã* que José vai ao concerto?

c – Amanhã é que o José vai ao concerto?

(ii) interrogativas com diversos tipos de expressões adverbiais:

a – Vens à Universidade de ônibus?

b – O concerto ocorre na próxima semana?

(iii) interrogativas com expressões quantificadas, como em: *José esteve na cidade por uma semana/muitos dias/pouco tempo?*

Nos casos mencionados, o foco da interrogativa incide em um constituinte, conforme se vê em (iii), na quantificação do tempo em que José esteve na cidade (*por uma semana*) ou como no exemplo (ii)b, na indicação temporal *na próxima semana*. Uma pressuposição ocorre nestes exemplos: em (iii), a de que José esteve na cidade em determinado intervalo de tempo e em (ii)b, a de que um concerto ocorrerá. Outro dado que as autoras anotam é o de que as respostas a essas perguntas serão sempre focalizadas. Por exemplo, uma resposta possível a (iii) seria : *Sim, por uma semana. Ou Não, só por dois dias.*

O outro tipo de frases interrogativas são as “interrogações parciais ou interrogações de complementos ou interrogações de palavras” (KOCH e VILELA, 2001, p. 317), que revelam que apenas um dos componentes do estado de coisas é desconhecido. *Quando é o início das aulas de francês?* é uma frase exemplificativa desse tipo. Importante é lembrar que o

“desconhecido” é uma questão ligada à situação, pois – mesmo indicando à primeira vista um desconhecimento – contextualmente a resposta poderá existir e ser invocada pelo produtor textual.

A interrogação de palavras incide sobre algo que é desconhecido. Essas interrogativas também chamadas de *interrogativas de instanciamento*, apresentam advérbios, pronomes ou adjetivos interrogativos, segundo o que diz a gramática tradicional. A presença desses constituintes determina o foco da interrogação. Semanticamente, uma frase interrogativa de instanciamento se associa a uma pressuposição, como na pergunta sobre a aula de francês, em que se pressupõe que a pessoa que inquirir curse francês ou que deseje saber quando seu interlocutor iniciará seu curso desta língua. Ana Maria Brito, Inês Duarte e Gabriela Matos, que assinam o capítulo 12 da Gramática liderada por Maria Helena M. Mateus, também indicam que as interrogativas de instanciamento ou parciais se aproximam de quantificadores existenciais ou de nominais existencialmente quantificados, justamente pelo uso que fazem dos morfemas interrogativos (*que, quando, quem*). Os constituintes interrogativos desse tipo de interrogação são:

(i) especificadores nominais: que, qual, quanto (*Quais os livros que compraste?*)

(ii) expressões nominais (sintagmas nominais – SN), com variações de traços [humano] e [animado]: que, o que, [- humano] e [+ animado]; quem [+ humano]. São os pronomes interrogativos. (*Que fazes?*; *Quem veio às aulas de ontem?*)

(iii) morfemas interrogativos com valor adverbial: onde, aonde, quando, por que, como. (*Onde estás?*; *Por que está triste?*)

(iv) esses constituintes Q (constituintes interrogativos, por excelência) podem mudar de lugar, fazendo movimento sintático como em *O que comeste no restaurante?*, que fica: *Comeste o quê no restaurante?*

Entre as interrogativas *parciais* ou *de palavra*, também se encontram as *interrogativas parciais múltiplas* (MATEUS et al., 2003, p. 476) Nestas interrogativas, há dois ou mais elementos constituintes interrogativos, conforme se vê em: *Quem disse o quê a quem?*, frase na qual existe o pedido de um locutor acerca dos valores de todas as variáveis envolvidas.

Quando se tem a espécie de interrogação total, também denominada *pergunta-tag* (KOCH e VILELA, 2001, p. 38 e MATEUS et al., 2003, p. 477), ocorre a indicição do sentido da resposta esperada. Por isso, nos exemplos, a resposta esperada é afirmativa, como se percebe em:

- (i) Queres vir, *não queres?*
- (ii) Tens passagens para todo o mês, *não tens?*
- (iii) Teu remédio é suficiente, *não é?*

E, nas próximas frases, espera-se um “não”.

- (i) Não tinhas intenção de vir, *não é?*
- (ii) Não contavas com esse problema, *não é (mesmo)?*
- (iii) Nunca te preocupaste com esta possibilidade, *não é?*

Acontece de se estar tratando de expressões estereotipadas que cumprem o papel de pronomes interrogativos. As chamadas *interrogativas tag* retomam, de certa forma, uma frase proferida antes. Os exemplos comprovam isso. Pragmaticamente, apresentam valores bastante específicos, como:

(i) pedido de confirmação do conteúdo proposicional da declarativa que a antecede. O locutor demonstra esperar receber do alocutário uma resposta afirmativa ou negativa, de acordo com o valor da declarativa.

(ii) valor estratégico, para manipular o alocutário a fim de que responda o que pretende o locutor. É o que se lê em: *Você comeu todo o bolo, não comeu?*

(iii) mecanismo de conversação que visa a dar palavra ao interlocutor.

As perguntas de *confirmação/certificação* revelam mínimo grau de incerteza. Por isso, a expectativa é de que se confirme o enunciado. A frase *Vocês vêm todos jantar, portanto, aqui em casa?* demonstra, numa pergunta, essa situação.

No exemplo *Ela não havia falado isso mesmo?*, o grau de incerteza é menor ainda, isso porque a pergunta contém a resposta ou o locutor deverá responder a ela. Trata-se da *pergunta retórica*. Sobre essas, Mateus et al. (2003) dizem que não se destinam a obter resposta, pois são formuladas com fim argumentativo ou também como expressão de uma espécie de avaliação do produtor diante de um determinado estado de coisas. Quando se diz *Terei eu feito alguma coisa errada?*, usa-se este artifício retórico, por exemplo.

Essa mesma autora portuguesa e suas colaboradoras indicam a frase *interrogativa negativa* (MATEUS et al., 2003, p. 462), atribuindo-lhe a característica de normalmente orientar para uma resposta afirmativa. O locutor, como nos exemplos *Não concordas comigo?* e *Não te disse que tivesses paciência?* pressupõe a verdade da proposição que enuncia. Para isso, lança mão de um saber que é compartilhado pelos interactantes ou que remete a um discurso anterior. Nessa volta ao já dito, utiliza a memória discursiva como estratégia para conduzir o interlocutor a confirmar positivamente a verdade da proposição que faz.

A frase *interrogativa indireta* cuja composição se faz com verbos do tipo *perguntar*, *indagar*, *inquirir*, *não saber*, *querer saber* é uma pergunta, mas por sua expressão de intenção. Nem mesmo o ponto de interrogação aparece. Eis exemplos: *O delegado inquiria se ele presenciara a cena*; ou *João queria saber se passaria no Concurso*.

Estas frases, as interrogativas indiretas, são também *interrogativas totais*, conforme Koch e Vilela (2001). Na realidade, nada mais são que transposições de interrogativas diretas em indiretas, com as alterações bastante conhecidas, como as vistas nos exemplos seguintes:

(i) Ela questiona: — Quando devolverás o livro? → Ela pergunta quando devolverá o livro.

(ii) José perguntou: — Guardaste os mantimentos? → José perguntou se tinha guardado os mantimentos.

Também existem as frases *pseudo-interrogativas indiretas*, conforme citam Koch e Vilela (2001, p. 319). Essas interrogativas apresentam dependência de verbos como *não saber*, *ignorar*, *discutir*, *verificar*, *ver* etc. Os exemplos: *Não sei o que dizer neste momento*; *Não vejo razão por que fugir* e *Ignoro o motivo por que fugiste*. Observe-se que a denominação *pseudo-interrogativas indiretas* é justa, pois – na realidade – são verdadeiras declarações e possuem muito da atitude do produtor expressa na sua forma e no seu conteúdo.

Outras fórmulas e modalidades interrogativas existem, conforme apontam Koch e Vilela (2001, p. 320). Uma delas é a de *perguntas alternativas*, como mostram os exemplos: “*Você vai ou não?*” equivalente a “*Você não vem?*”. Outra é a de *perguntas de confirmação* ou *desconfirmação*, conforme este exemplo: *Ela já dormiu, não dormiu?* ou *Você não pretende sair agora, pretende? Certo?* As *contra-perguntas*, que são ligadas às interrogativas

de confirmação, também constituem um tipo de interrogativa, como na pergunta em: *Já não viajo mais nas férias. – Já não vais viajar mais nas férias?*

As *interrogativas focalizadas* citadas também por Koch e Vilela (2001) aparecem no exemplo (i), em que o elemento temporal é colocado na final, e no exemplo (ii), no qual há clivagem do sujeito. Este detalhamento de Koch e Vilela (2001, p. 320) corresponde ao estudo de Mateus et al. (2003, p. 460), quando estas autoras analisam o foco das interrogativas totais. Os exemplos são:

(i) A Joana veio à escola ontem?

(ii) Foi a Maria quem trouxe o dicionário?

Nesses casos, mesmo sendo interrogativas globais ou totais, em que não aparecem elementos focalizadores como advérbios interrogativos, apresentam-se constituintes sobre os quais incide a proposição. No caso de (i), é o advérbio temporal *ontem* e em (ii), é o sujeito que constitui o escopo ou o domínio da interrogação.

3.5 O que dizem Charaudeau e Weinrich sobre a interrogação?

Patrick Charaudeau (1992), em sua *Grammaire du Sens et de L'Expression* apresenta interessante e pontual análise da interrogação, estrutura presente em interação, segundo ele, na modalidade alocutiva. O *questionamento* faz parte da lista das modalidades enunciativas de sua teoria, nas quais o autor diferencia o *alocutivo*, o *elocutivo* e o *delocutivo*. Sua perspectiva de estudo é a Semiolingüística¹⁷.

¹⁷ Semiolingüística é a perspectiva teórica que concebe as formas dos signos, suas combinações e sentidos, de acordo com escolhas fundadas numa intenção comunicativa, conforme situação e coerções de organização discursiva.

O *alocutivo* diz respeito à implicação de locutor e interlocutor, indicando formas através das quais um locutor / produtor pode implicar seu interlocutor, de certa forma impondo seu propósito a esse receptor. O *elocutivo* revela o posicionamento do produtor diante de um conteúdo expresso, e o *delocutivo*, em termos bem gerais, mostra o total (e aparente) distanciamento do produtor perante aquilo que diz.

Como a interrogação faz parte do quadro das formas de modalidade alocutiva, com a base definida por um produtor que implica seu interlocutor, essa forma exprime, fundamentalmente, uma busca de informação ou, pode-se dizer, a busca da participação do interlocutor. O locutor, segundo Charaudeau, revela (ou aparenta) ignorância em relação àquilo que solicita; pergunta ou questiona ao interlocutor uma informação ou um assentimento; exige uma responsabilidade do interlocutor ao fazê-lo assumir o papel de respondente, dá-se o direito de questionar.

Por outro lado, do ponto de vista do receptor/interlocutor, Charaudeau (1992) explicita que, numa modalidade interrogativa, é suposto que este ouvinte seja qualificado para dar uma resposta. Assim, ele se vê na obrigação de responder algo, mas não o sabendo, não haverá necessariamente punição.

Na descrição da configuração explícita ou textual da interrogação, Charaudeau (1992) indica que o processo interrogativo é realizado pela forma interrogativa frasal, cuja oralização sempre é marcada por uma certa entonação. Koch e Vilela (2001) já registraram esse fato bem como a presença do ponto de interrogação, normalmente, nessa frase. Também, ao estudar a formalização lingüística da pergunta, Charaudeau (1991) mostra a presença da inversão de ordem sujeito-verbo, mesmo que haja um pronome pessoal na primeira função sintática (*Que*

dizes tu?). Às vezes, a interrogação é introduzida por um apresentativo do tipo *Que(m) é que ...?* Aliás, sobre esses apresentativos (os pronomes e advérbios introdutores de oração), Koch e Vilela (2001, p. 320) falam de que essas palavras aceitam o morfema *é que*. (*O que é que o autor disse de fato?* ou *Quem é que já entendeu esta pergunta?*)

As solicitações de informação expressas pelas interrogações podem fundamentar-se em diferentes tipos de identificação. Para cada uma dessas solicitações, a forma interrogativa pressupõe a existência de uma informação genérica e formula um pedido de identificação. Um exemplo ilustrativo é: *Quem quebrou este copo?* Pressupõe-se que alguém tenha quebrado o copo e se impõe um questionamento: *Quem fez isso?*

Portanto, a interrogação pode basear-se na solicitação de identificação de um *actante* que seja *agente* (*Quem faz o bolo?*); que seja um *paciente* (*Em quem você pensava?*); que seja um *destinatário* ou *beneficiário* (*Por quem os sinos dobram?*); ou que seja um *auxiliar* ou um *aliado* (*Ganhei a casa graças a quem?*).

A interrogação também demanda, segundo a concepção semiolinguística de Charaudeau (1992): (i) a identificação de uma ação (*O que você faz agora?*); (ii) a identificação de uma causa (*Por que você veio tarde?*); (iii) a identificação de um objetivo ou finalidade (*Ele trabalha para quê?*); (iv) a identificação de um espaço (*Por onde você passou?*); (v) a identificação de um tempo (*Quando tu voltarás?*); (vi) a identificação de uma qualificação (*Como é ela fisicamente?*); (vii) a identificação de uma quantidade (*Quanto custa este livro?*).

As solicitações de assentimento em interrogações são diferentes das de identificação, já que aquelas consistem do pedido de uma confirmação de uma informação já conhecida pelo locutor. O exemplo *Foi teu amigo inglês quem te mandou este cartão?* Pressupõe o conhecimento da informação de *que tens um amigo inglês*. Em: *Foi teu amigo inglês quem te mandou o cartão?*, a resposta esperada é um *sim* ou um *não*.

As solicitações de assentimento podem basear-se sobre: (i) um pedido de compreensão fático (*Eu tenho razão, não tenho?*); (ii) uma solicitação de ponto de vista concernente à crença ou apreciação do interlocutor, baseada em verbos de opinião ou apreciação: (*Tu crês que há interesse em teu trabalho?* ou *E tu, o que dirás? Tu a encontraste bem e bonita?*); (iii) numa pergunta que exprime pedido de escolha de ponto de vista, incitando a repetição, pelo interlocutor, de uma das alternativas propostas. Os pedidos de repetição de um enunciado já emitido se faz em auxílio do *Como* ou *Que?*, a exemplo de:

– *Ela teve trigêmeos.*

– *Quê?*

– *Como te disse?*

Charaudeau (1992) anota observações relevantes com relação à interrogativa indireta com o verbo *perguntar*. Atribui a esse tipo de interrogação uma ambigüidade do ponto de vista lingüístico. Exemplifica isso, nas três seguintes situações: o verbo *perguntar* orientado na direção do locutor, sendo um ato de elocução expressando desejo, significando *Eu desejo saber*”. No exemplo *Eu me pergunto se...*, observa-se, efetivamente, uma pseudo-interrogação, situação de pergunta já estudada com apontamentos de Koch e Vilela (2001, p. 319).

Outra situação que o estudioso francês avalia a respeito das perguntas indiretas é o uso do verbo *perguntar* direcionado ao interlocutor, como se vê na frase *Eu te pergunto se ...*, Este é um ato alocutivo – implicando diretamente locutor/receptor – com sentido de petição. No caso *Eu te perguntei duas vezes se vinhas conosco ao teatro* haveria, segundo Charaudeau (1992), uma questão já posta. Desse modo, a frase não é interrogativa, é uma afirmação, é algo já feito e acabado e que exige o silêncio do interlocutor perante algo já não possível de ser respondido.

A terceira ambigüidade a que se refere P. Charaudeau (1992) com relação à pergunta indireta é o uso do verbo *perguntar*, orientado delocutivamente a um terceiro, também em relação a uma questão já posta. Os exemplos são: *Eu já lhe perguntei se se juntaria a nós; Eu lhe perguntei/questionei para vir juntar-se a nós à saída do teatro*. Nesses casos, o interlocutor não estaria se submetendo a uma interrogação, segundo o que Charaudeau (1992) preconiza.

Outra observação que o semiolinguísta francês faz sobre a interrogação como modalidade de frase bastante intrincada com o fazer enunciativo – é que a interrogação pode ser usada para mascarar ou expressar indiretamente outros atos enunciativos. Exemplifica com a *injunção*, como em *Já terminaste teu trabalho, eu espero?* e em *Tu vais arrumar teu quarto?*; e com a *sugestão*, na realidade um ato de fala indireto, como em: *Tu queres que te ajude?* (para uma criança que faz bobagens).

Mais um aspecto dos estudos charaudeanos é relevante quanto à interrogação: seu valor argumentativo. Nesse caso, o questionamento é visto como um procedimento discursivo argumentativo, o que vai ao encontro da observação e pesquisa que se faz neste trabalho.

O procedimento discursivo da argumentação denominado por Charaudeau (1992) de *questionamento* é a colocação em pergunta de um propósito de cuja realização depende a resposta – real ou suposta – do interlocutor. Diz ele, a respeito do questionamento argumentativo:

Ce procede consiste à *mettre en question* um Propos dont la réalisation dépend de la réponse (réelle ou supposé) de l'interlocuteur. Le *questionnement* à valeur argumentative correspond à un type de validation hypothétique. (...) Le questionnement argumentative peut avoir plusieurs visées: - de proposition d'un choix; - de vérification du Savoir; - de provocation; de dénégation.(CHARAUDEAU, 1992, p. 826)¹⁸

Explicando, o questionamento com valor argumentativo corresponde a um tipo de validação hipotética e relaciona-se ao esquema lógico *Se ... então*. O exemplo que P. Charaudeau traz é: *Puseste as pilhas no rádio? Se não (=então), ele não funcionará.*

Esse tipo argumentativo de uso do questionamento tem vários fins. Pode, por exemplo, *incitar o fazer*, pois a questão coloca em evidência uma falta, uma insuficiência. Assim, busca suprir esta falta, como mostra o exemplo a seguir: *Dizes não compreender meu comportamento hostil em relação à política, mas – se tivesses vivido os problemas de um filho de prefeito e governador – não terias condição de entendimento?* (significa: *Se tu fosses, como eu, filho de político, então terias condições de entender meu comportamento hostil ... Portanto, entenda-me*).

¹⁸ Tradução: Esse procedimento consiste em pôr em questão um propósito cuja realização depende da resposta (real ou suposta) do interlocutor. O questionamento de valor argumentativo corresponde a um tipo de validação hipotética. (...) O questionamento argumentativo pode ter vários objetivos: proposição de uma escolha, verificação de um saber, provocação, denegação.

O uso do questionamento também pode ser uma *proposição de escolha* ao interlocutor. Da resposta dada, dependerá, ao mesmo tempo, a realização da oferta e do que se encontrar

expresso na consequência. O exemplo que demonstra essa fala e situação é: *João, você quer viver na capital? Eu o nomeio gerente do banco.*”

A *verificação de um saber* também é uma finalidade da pergunta com viés argumentativo. Assim, toda vez que locutor e interlocutor se encontrarem numa situação de troca como numa discussão, num debate, esse tipo de utilização de questionamento permitirá ao questionador mostrar que ele sabe. Também ele se assegurará eventualmente do domínio do que é questionado. A consequência positiva ou negativa dependerá da resposta, boa ou má. O exemplo é: *Você reivindica dois anfiteatros a mais, mas, por acaso, você sabe o valor envolvido nestes equipamentos? As respostas: Sim, então sua reivindicação é... ou Não, então informe-se antes de reclamar.*

Entre as observações feitas por Charaudeau (1992), podem-se inscrever neste texto importantes contribuições na direção da análise a ser feita do artigo de opinião autoral.

Quando, no uso de uma interação política face a face, por exemplo, a pergunta relaciona-se a uma verificação de saber, restringe-se ao domínio deste saber, como na situação aluno-professor. Surge a dúvida quanto ao saber, se houver pergunta que recuse resposta.

Outra estratégia é o questionamento para retornar à questão, isto é, responder questionando o questionador do mesmo modo. (Exemplo: *E tu, o que sabes disso?*) Tal estratégia, que é a melhor forma de nomear o uso de uma pergunta em função argumentativa, contém a vantagem de reverter a relação de força da interação verbal. Além do mais, a seqüência da discussão dependerá da habilidade dos parceiros em evitar essas reversões sucessivas de posições.

Também resta a possibilidade de, através do questionamento, colocar em evidência que a situação de troca não é de dominador a dominado. O questionador não tem o status/estatuto que justifica o papel que se dá. O questionado pode colocar em pauta esse estatuto através de uma pergunta como: *Quem é você para dirigir-me uma pergunta dessas?* ou *Eu não posso/não devo responder a qualquer um que não possua condições/status suficiente para lançar-me tal pergunta!*

Outra relevante observação de Charaudeau (1992) é que, dentro de toda a *situação de ensino*, o questionador, por *deter o saber*, é visto como conhecedor da resposta. Portanto, está em situação superior com relação ao saber. A existência de uma sanção natural e institucional (a nota) reforça essa posição, no caso da sala de aula.

A *provocação* é também uma forma interessante do uso do questionamento. Ela encerra uma apreciação a respeito do questionado. Este, para *proteger a face* (= proteger sua imagem) deveria ser ameno ao responder. Essa resposta pode consistir numa rejeição pura e simples da apreciação ou ser uma justificativa. Esta é uma atitude comum em entrevistas, quando o entrevistador faz perguntas como: *Você é um grande gozador através de sua música, não é?* O entrevistado, certamente, reagirá amavelmente para manter sua imagem protegida, o que não ocorreria se reagisse agressivamente contra a apreciação que contém

uma pergunta provocativa desse tipo. Se aceitar esta apreciação, logicamente, o entrevistado justificá-la-á numa resposta.

A *denegação* é outro questionamento que consiste na proposta de um argumento rejeitado de saída, ao mesmo tempo em que se põe a questão. O exemplo *Por que deveríamos investir em equipamentos caros, se não há ninguém capaz de operá-los?* explicita esse tipo de questionamento.

Na visão de Charaudeau (1992), encontram-se possibilidades ricas para compreensão mais precisa dos usos das perguntas no texto que aqui se focaliza. Seus estudos e os apontamentos de Koch e Vilela (2001) são documento essencial para o estudo da capacidade modalizadora dessa frase que se insere nas relações dos textos em foco.

Outra perspectiva que completa o mapa de auxílio à análise que é objetivo na dissertação em curso é a da lingüística textual de Harald Weinrich (1989). O lingüista considera a interrogação a partir do pressuposto de que os interlocutores disponham de informações suficientes e básicas para iniciarem a troca verbal. Por isso, segue o pesquisador, o locutor deve escolher uma estratégia adequada que vá equilibrando diferenças de competência informativa entre ele e seu auditório. O produtor, por essa razão, deve servir-se das disponibilidades gramaticais de uma língua, a fim de eliminar eventuais perturbações do fluxo informativo. Textualmente, escreve:

Il y a en effet en grammaire des marques que servent précisément à annoncer et à éliminer les perturbations dans le flux informatif qui va d'un interlocuteur à l'autre. Ce sont tout d'abord les morphèmes interrogatifs auxquels dans leur ensemble nous donnons le trait sémantique d'interrogation et grace auxquels un interlocuteur moins informé peut signifier à un autre plus informé qu'il a des difficultés à comprendre le texte ou à apprécier la situation et quelles sont précisément ces difficultés. Il pose alors une question et exige ainsi de son interlocuteur que celui-ci modifie sa stratégie communicative ou pragmatique. En règle générale le locuteur, soucieux de

continuer et de mener à bien l'échange, consentira à cette demande et apportera une réponse à la question. (WEINRICH, 1989, p. 528)¹⁹

No quadro acima descrito, o lingüista francês vê a interrogação como forma, no aspecto semântico, de possibilitar a um interlocutor menos informado dizer a outro mais informado que há dificuldades de compreensão textual ou contextual. Além disso, ao questionar, podem-se esclarecer quais são, precisamente, essas dificuldades. Identificadas, uma mudança de estratégia comunicativa ou pragmática faria retomar o curso da troca verbal efetivamente com sucesso.

Sob essa visão geral do interrogar, Weinrich (1989) apresenta uma distinção das perguntas em cinco subclasses: (i) questões sobre asserção; (ii) questões sobre o papel a desempenhar; (iii) questões sobre a actância; (iv) questões sobre a circunstância e, como os demais estudiosos aqui apontados, (v) questões retóricas. Sintetizam-se, nesta seção, características de algumas das subclasses de perguntas que podem auxiliar a análise do corpus, qualitativamente: a *assertivo-anafórica*, a *assertivo-catafórica* e a *pergunta retórica*. As demais, em vista de não serem significativas do ponto de vista do observado no *corpus* deste trabalho, não serão detalhadas.

Weinrich (1989, p. 529) estuda e apresenta com detalhe as *questões assertivas*, diferenciando-as por meio de seu perfil informativo e pelo foco na estrutura tema (o velho) e rema (o novo). Dessa forma, subdivide-as em: (i) questões assertivo-anafóricas e (ii) questões

¹⁹ Tradução: Há, com efeito, na gramática, marcas que servem precisamente para anunciar e eliminar as perturbações no fluxo informativo que vai de um interlocutor a outro. Esses são todos, antes de mais nada, os morfemas interrogativos aos quais, no seu conjunto, damos um trato semântico de interrogação e graças aos quais um interlocutor menos informado pode indicar a um outro mais informado que ele tem dificuldades para compreender o texto ou para apreciar a situação e quais são precisamente essas dificuldades. Ele formula, então, neste caso, uma questão e exige, assim, de seu interlocutor que este modifique sua estratégia comunicativa ou pragmática. Em geral, o locutor, preocupado em continuar e conduzir com sucesso a troca, concordará com a demanda e trará uma resposta à questão. (WEINRICH, 1989, p. 528)

assertivo-catafóricas. As primeiras remetem ao cotidiano, com suas perguntas de importância menor; as segundas apelam a uma informação suplementar.

Normalmente, conforme o que publica o pesquisador francês, a pergunta *assertivo-anafórica* prende-se mais a respostas afirmativas do que a negativas. Por intermédio dessa questão, o locutor pretende fazer saber seu desejo de diálogo, buscando, assim, disposição favorável do interlocutor. Os morfemas fáticos como *pois é, enfim...*, de conectores de seqüência, como *e, portanto...* e de advérbios de asserção afirmativa, como *verdadeiramente, naturalmente...* são marcas lingüísticas que concretizam as perguntas assertivo-anafóricas. É comum que um nome de destaque em uma informação anterior não se repita na questão assertivo-anafórica. Esse nome aparece representado, normalmente, por um pronome. Caso seja repetido, o nome vem posicionado no início ou no fim da pergunta, redundante ao pronome. Como exemplo: ***Enfim***, *você fez uma boa viagem?* e *Toda sua família vai bem, certo?*

Já a questão *assertivo-catafórica* indica uma pergunta que apela a uma informação suplementar ou a uma tomada de posição. Essa questão advém igualmente de uma asserção, de sorte que é importante saber sua resposta afirmativa ou negativa. Entretanto, a diferença entre as questões assertivo-anafóricas e as assertivo-catafóricas é que, nestas últimas, além de um sim ou um não, demanda-se uma informação nova ou uma tomada de posição a respeito da predicação. A resposta, inclusive, pode estar detalhada na seqüência do texto. Por essa razão, as perguntas assertivo-catafóricas são comuns em inícios de diálogos. E também por isso, a resposta pode ser um texto completo dando a informação solicitada com todas as nuances imagináveis. Duas frases podem exemplificar essa questão: *Permitiria você que eu sentasse aí?* (em que há uma inversão, dando um tom mais polido, tom mais comum em

situações mais formalizadas e na língua escrita) e *Seu pai, tem ele ido à consulta mensal do médico?* Note-se que as respostas a estas perguntas conduzem a mais informações do que simplesmente a um *sim* ou *não*.

A questão catafórica pode também ser assertiva com relação à tomada de posição sobre a predicação dada. Pode-se responder a ela com um *sim* ou um *não*, no entanto a negação ou afirmação lacônica pode ser vista como falta de polidez. A espera de uma *generosa* resposta à pergunta catafórica é uma característica essencial que a diferencia da anafórica. No exemplo: — *Você sabe bordar?* — *Sim, eu aprendi quando criança com minhas avós* e ..., percebe-se esta característica.

Outra característica, agora lingüística, da questão catafórica é o uso desta em aberturas de segmentos textuais novos (macroestruturas novas no texto) que efetuam junções empregando *então*, ou conjunções como *mas*. A pergunta *Então você já vai para a Universidade?* mostra o toque de insistência e o impulso de expectativa da resposta generosa em detalhes.

Weirinch (1989, p. 558) também se dedica ao estudo da *questão retórica*, referindo-se a ela como uma “categoria particular de questões”. Com a ajuda de instruções sob forma de morfemas fáticos, ou outros signos que dirigem a atenção e a expectativa, esta pergunta tem uma resposta em si mesma. É uma questão aparentemente “desnecessária”. Um interlocutor será sensível a este tipo de questão se perceber seu papel no diálogo em curso, numa realidade que pede uma resposta mais em nível de atitude de aprovação. É nisso que reside o “valor retórico” desta questão.

As questões retóricas se combinam com morfemas com traços semânticos que remetem a uma expectativa do interlocutor para retificá-la ou corrigi-la, no caso particular de uma comparação ou de uma negação. Um exemplo é: ... *mas há aqui qualquer um que seja mais infeliz do que eu?*. Observa-se que o locutor refere-se a fatos supostamente conhecidos pelo interlocutor e parece querer fazê-lo admitir a insuficiência desse saber.

Já no exemplo: *Que fazer nesta situação?*, a pergunta retórica leva à observação do uso do verbo no infinitivo. Este emprego de infinitivo mostra uma situação que determina o uso de forma nominal, omitindo identificação explícita do locutor e do interlocutor, mas – paradoxalmente – tornando-os cúmplices do pensamento formulado.

Retoma-se, com essas premissas, a idéia de que o papel da modalidade interrogativa é determinado sobremaneira pelo seu viés pragmático. Num texto como o que se focaliza, o artigo de opinião autoral, a pergunta tem um papel determinado muito mais por sua colocação em texto, como uma unidade em unidades sempre maiores, do que simplesmente pelas características intrínsecas. Assim, um inventário de possíveis tipos de perguntas como o enumerado e estudado neste trabalho, tem seu valor precisado de fato no contexto do ato de argumentar.

As características do ato de interrogar, por conseguinte, revestem-se dos fins a que o ato de argumentar leva num dado texto. A inserção da pergunta em segmentos textuais, neste trabalho configurados como *relações*, compõe as macroestruturas do artigo de opinião autoral. Por essa razão, o uso do questionamento nos segmentos relacionais é uma forma de conferir à modalidade interrogativa a sua plenitude significativa.

3.6 Como revelar a interrogativa como marco da referência textual?

É observável que se toma o cuidado de estudar a modalidade interrogativa desde a sua composição como modalidade frasal, isso em relação ao seu modo de ser intrínseco, até as possibilidades de seu uso em um (con)texto. Dessa forma, após as delimitações tipológicas e estudos a respeito de alguns efeitos que o ato de interrogar acarreta quando efetivado, pretende-se mostrar sucintamente como essa modalidade frasal marca instâncias referenciais de um texto.

Além da alusão aos parâmetros adotados neste estudo, pontua-se que a leitura continuada e prescrutadora dos artigos de opinião autoral e também do trabalho de quem analisou a interrogação, como Weinrich (1989), possibilitaram descobertas capazes de costurar hipóteses surgidas durante estes estudos. A caracterização de perguntas como assertivo-anafóricas e assertivo-catafóricas levantou a preocupação com estudar o papel integrador retrospectiva e prospectivamente dessa modalidade nos textos do *corpus*. Tal estudo não poderia prescindir, sob esse ponto de vista e sob as perspectivas desta dissertação, desde o seu início, de uma revisão do que é referenciação. Já se registraram algumas considerações sobre o tema na subseção 2.2 do capítulo 2 desta dissertação, todavia, na perspectiva da interrogação, algumas apreciações a mais são imprescindíveis, muito ligadas às observações que os textos propiciaram.

Inicialmente, tomamos emprestadas, de Luiz Antônio Marcuschi (2003) no texto *Do Código Para a Cognição: O Processo Referencial Como Atividade Criativa*, as palavras a respeito das investigações sobre cognição, cujo foco voltou-se mais para as *atividades de construção* e menos para as *atividades de processamento* do conhecimento. O professor e pesquisador alude ao trabalho analítico das atividades de construção cognitiva, que possibilita

esclarecer a visão de emergência dessas atividades no social. Marcuschi (2003) também fala do dinamismo dos processos que, assim, podem ser captados na raiz de estruturas conceituais complexas, exemplificadas pelas metáforas, metonímias, ironias etc., sempre situadas em um contexto. Citando Kerbrat-Orechioni (1996, p. 42), o estudioso brasileiro explicita a noção de contexto não apenas como um entorno extralingüístico, mas de uma noção cognitivamente construída, fundada em dados interiorizados e prontos a serem mobilizados quando necessários ao ato da enunciação.

O que tem tudo isso a ver com a interrogação como marco de referência e progressão textual?

Primeiro, a modalidade interrogativa em uso corresponde a uma busca de resposta, característica comum nas definições ou caracterizações da pergunta pelos autores já estudados em seções anteriores. Em segundo lugar, a pergunta – e, por conseqüência, também a resposta insere-se numa dada atividade lingüística e não em uma estrutura lingüística afastada de seus usuários. Por exemplo, as perguntas com as quais se trabalha neste estudo surgem num artigo de opinião autoral em que um produtor calibra enquadres cognitivos para seus procedimentos, tendo em vista um fim discursivo. Literalmente, Marcuschi (2003, p. 7) aponta que:

Considerando que a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente. (...) A língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas.

A noção de modalização com um enfoque pragmático mais que tudo, não apenas fechada em palavras que carregariam a atitude modal, vem ao encontro do que diz Marcuschi ao falar da referenciação. Portanto, mais uma vez neste trabalho, e agora no enfoque da

interrogação, enfatiza-se que a modalidade interrogativa não se constitui em um objeto ou em um ato isolado. Sua semântica intrínseca serve a uma totalidade, a uma rede léxico-pragmática que engloba providências cognitivas de um produtor, em uma ação comunicativa. Por essa razão, a visão da interrogação no artigo de opinião autoral passa a ser a de um questionamento, ou seja, de uma atividade construtiva e constitutiva, com uso da pergunta de um dado tipo ou característica, com uma determinada composição lingüística, inserida e direcionada a uma ação maior. Esse questionamento levanta pontos e pontes cruciais para a cadeia de segmentos lingüístico-textuais, por isso se pode afirmar que marca a progressão do texto com importância capital na construção dos significados. Na observação dentro das linhas traçadas para este trabalho, a pergunta aponta para um sistema de crenças partilhado e sociocognitivamente ativado, integrando a compreensão da ação em andamento na comunicação a que o artigo visa.

Se a inferência que a pergunta oportuniza, já que propõe e supõe resposta(s), é vista como uma atividade construtiva e constitutiva, então não é um simples “processamento ou solução de problemas de compreensão, mas um procedimento que possibilita ao produtor criar, construir e produzir significações, referentes e assim por diante” (Marcuschi, 2003, p. 12). Conseqüentemente, a pergunta, sob esse viés característico, direciona-se à ativação de valores, à mobilização de crenças e saberes, à construção de balizas no grande processo construtivo estratégico do texto.

O reconhecimento de mecanismos textuais arregimentados pelo produtor deve ser investigado, é certo. Por essa razão, e pelas constatações que a observação do *corpus* traz, é importante estudar, além dos elementos constitutivos da pergunta como modalidade, elementos que permitem indicá-la como marco de referência e de progressão textual.

Utiliza-se o estudo *A Referenciação Como Atividade Cognitivo-Discursiva e Interacional*, de Ingedore G. V. Koch (2001, p. 75-79), no qual pressupostos essenciais são (re)definidos. O primeiro diz que a *referenciação* é uma atividade cognitivo-discursiva e interacional concretizada pelos sujeitos sociais. O segundo indica os referentes como objetos de discurso, construídos durante o desenvolvimento discursivo e não somente como *coisas* do mundo real. O terceiro pressuposto vem diretamente ao ponto marcado desde o início desta dissertação: o processamento do discurso é estratégico, visto que é realizado por sujeitos ativos. Por isso, implica a realização de escolhas significativas da parte dos parceiros da comunicação ou dos interlocutores diante do leque de escolhas possíveis oferecidos pela língua. Com base nisso, demarca-se o uso da pergunta em segmentos textuais de continuidade também como uma das escolhas possíveis no arsenal lingüístico. Em outras e mais simples palavras, a escolha de modalidade interrogativa funciona, pode-se dizer, como uma âncora ou elemento de relação decisivo para a interpretação, a exemplo dos estudos sobre a anáfora nominal que Koch (2001) realiza.

Esclarecendo, percebe-se o papel mobilizador de referentes que são ativados inferencialmente pela pergunta, pois ela mobiliza conhecimentos diversos armazenados na memória dos interlocutores. Logicamente, toda essa operação revela um conjunto de ações dentro do qual a pergunta é mais uma das partes da rede de estratégias adotadas.

Ao se estudar em Conte (2003, p. 178) o *encapsulamento anafórico*, que se define como “um recurso pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”, há a possibilidade de ligação com o papel referenciador da pergunta nos segmentos textuais. Essa visão não se restringe mais à

configuração do tipo de perguntas, nem somente à relação onde se insere, nem mesmo como ponta de modalização ou atitude de um locutor diante do outro ou do dito, mas como um estreitamento entre esses elementos configurando uma articulação da pergunta com elementos anteriores. Ocorre uma operação em conjunto com o leitor, mobilizando-o cognitivamente, por ativar o eixo velho-novo na composição argumentativa do artigo de opinião autoral. O paradoxo, que é fundamental na composição estratégica do texto, é tanto a existência da questão como retrospecto quanto como predição, à medida que inicia uma nova seqüência ou unidade informativa ou integra uma face do objeto de discurso construído sob forma de argumento.

O exemplo a seguir visa a ilustrar essas observações, de uma forma bem simples, direta. É certo que, na análise a que se procede dos artigos de opinião autoral do *corpus*, esse exemplo terá sido um degrau importante de compreensão. O trecho é do artigo de Armando Nogueira, publicado no Jornal do Brasil de 14 de dezembro de 2003, cuja transcrição integral consta no Anexo B. Seu título é *A Bronca dos Clubes* e o trecho focalizado é:

É de estranhar que um homem esclarecido como Carlos Alberto Parreira não tenha percebido que a seleção, nos termos em que existe, hoje, está com os dias contados. Ou a Fifa respeita a autonomia dos clubes ou o próximo passo será um racha profundo no comando do futebol mundial. E quem vai acabar falando sozinha é a Fifa, com sua corte de filiadas.

Só um insano, só um cego mental ou um mal-intencionado não vê que as confederações, com respaldo da Fifa, estão matando a galinha dos ovos de ouro.

Quem não se lembra das seleções estaduais? Era um barato o campeonato nacional. **Acabou por quê?** Acabou porque os clubes não suportavam o ônus de ficar sem seus jogadores dois, três meses, cada temporada. Pois a história se repete, agora, em dimensão planetária.

As duas perguntas (em negrito) localizadas num satélite da relação de Justificativa demonstram a função retro e prospectiva no interrogar. Explicando, a informação nuclear de que a atitude de Parreira é estranha em vista do iminente fim da seleção de futebol, diante do desrespeito da Fifa contra a autonomia dos clubes, como também a acusação de insanidade de

quem não vê essa destruição das confederações, tem uma justificativa posta em pergunta. Ao questionar *Quem não se lembra das seleções estaduais?*, a interrogação parcial remete ao referente *as* seleções estaduais e a uma situação similar, do passado, que desrespeitou a autonomia dos clubes e que acabou por matar a competição, que era um barato (palavras do articulista que novamente envolve as seleções estaduais). O pronome *quem* busca nomes, que devem ser raros, caso se considere como o produtor posiciona e elabora a questão. A asserção dizendo que *Todos se lembram daquele campeonato* subjaz à interrogação. Retrospectivamente, o produtor construiu, ou melhor, reconstruiu uma situação por intermédio da pergunta, avisando o leitor, com ela, da gravidade do momento do futebol. Simultaneamente, realizou um passo a mais na construção desse objeto discursivo deste artigo, ainda perguntando uma causa: *Acabou por quê?*, questão respondida no próprio artigo, na seqüência da informação justificativa. O advérbio interrogativo *por que* leva a causas que, no texto em foco, são relacionadas em duas situações ocorridas em momentos diferentes da história do futebol, mas essenciais, a serem enumeradas e conhecidas para se evitar o desfecho fatal. Mesmo com essa resposta explicitada na escrita após a questão – conforme se lê no trecho transcrito - a pergunta, no ato de enunciação, dá um certo tempo para o leitor buscar respostas e convoca-o a se engajar nos argumentos e na opinião enunciados.

Assim, a pergunta aciona referentes, ou melhor escrito, ajuda na construção do objeto de discurso. A informação já dada (velha), com a questão lançada, reveste ou cria um referente discursivo que se torna argumento de predicacões futuras. Há situações em que a questão atua prospectivamente, ou seja, atua quase como rótulo por expressar em pergunta uma alegação, uma opinião, um protesto, uma recomendação, uma observação, uma sugestão, um aviso ou outra ação/situação levantada pelo texto. Dessa forma, uma pergunta – que nem sempre é pergunta apenas – realiza uma ação argumentativa no texto, escolhida que foi por

um produtor para “forjar relacionamentos localizados inteiramente dentro do próprio discurso” (CONTE, 2003, p. 202). A pergunta, assim como no estudo de Conte sobre nomes nucleares e rótulos, instrui o “leitor a interpretar o status lingüístico de uma proposição de um modo particular”. Certamente, a perspectiva de estudos de Conte seria uma extensa e nova pesquisa a ser planejada no âmbito de uma outra análise, inclusive dentro da constituição e uso frasal da modalidade interrogativa em situações de comunicação diversas, o que, por ora, nesta dissertação, não se tem por objetivo.

Para concluir este estudo teórico da modalidade interrogativa como ponto ou âncora de referenciação, enfatiza-se a posição adotada, conforme já registraram Koch e Marcuschi (2002, p.37-38), no capítulo *Estratégias de Referenciação e Progressão Referencial na Língua Falada*. Os dois pesquisadores e professores, citando Apothéloz e Reicher-Béguelin (1995, p. 265), apontam a referência como um problema que trata das operações efetuadas por sujeitos no desenvolvimento do discurso. A pergunta indicia operações cognitivas de identificação, reconhecimento e classificação (entre outras operações cognitivas possíveis em contexto) de respostas que fazem progredir o texto. Essa constatação é parte essencial das análises que se fazem no capítulo 7 desta dissertação.

Koch e Marcuschi (2002) escrevem que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, sendo simultaneamente tributário dessa construção. Considerando essa assertiva, a construção do artigo de opinião autoral remete ao mundo epistêmico-deôntico do tema em foco, compondo segmentos informativos que são ações de justificar, solucionar, evidenciar, por exemplo, retratados por meio das relações núcleo-satélites (N/S), dentro das quais a ação de questionamento é utilizada. Esses usos implicam a construção de um objeto-de-discurso, de

um mundo partilhado que se estrutura e progride com os pés no *já dito*; os olhos, no que *será dito*; a mente, no que *é sugerido*.

4 O EPISTÊMICO E O DEÔNTICO: QUE MUNDOS SÃO ESSES?

Repetir que a lingua(gem) não é adequadamente estudada, se vista apenas como um sistema abstrato e isolado, sempre é importante. Assim, registrar, novamente, que um discurso não é neutro nem inocente leva a uma visão de comunicabilidade que se faz pela funcionalidade do uso da linguagem. Em outras palavras, um discurso engloba cognições que se encaixam numa estratégia de interação verbal, por exemplo, sempre no interior de uma estrutura mais ampla de reprodução/representação sociocultural. Esta representação, de novo, é cognitivamente reproduzida, por intermédio de relações entre “modelos particulares e conhecimento, atitudes e ideologias gerais das cognições sociais partilhadas pelo grupo” (van DIJK, 2000, p. 203).

Assim, a funcionalidade da língua revela não apenas o modo de organização sentencial ou textual mas também sua relação com a cognição, interação e estrutura social.

Nessa abertura, indica-se que as funções semânticas, pragmáticas e retóricas, relacionadas que estão e operantes que são em um todo articulado, apresentam ligação complexa com modelos socioculturais, como já se viu, partilhados. Os enfeixamentos entre os diversos níveis descritivos derivam de estratégias cognitivas, ou seja, remetem a um ou mais mundos epistêmicos. Esses é que vão fundar as relações expressas e garantir a compreensão mediante mobilização de informações ou saberes de primeiro e segundo plano – *foreground x background* (GIVÓN apud van DIJK, 2000, p. 198).

Feitas e registradas essas bases, ingressa-se no campo dos *frames*, ou seja, das *molduras* de conhecimento de mundo. Para situar claramente, *frames* são, conforme van Dijk (2000, p. 172), “espécies de cognições sociais, também chamadas *scripts*, na memória social”. Os conhecimentos e crenças relativos ao curso de uma interação e aos contextos acionais precedentes a essa troca são a matéria-prima que, armazenada e processada, cognitiva e sociologicamente, constituirá os quadros epistêmico e deôntico.

Falar em quadros epistêmico-deônticos é retornar tanto à natureza mais ou menos convencional que caracteriza uma certa cultura quanto às unidades epistemológicas que definem os conceitos de cada ser humano na ação cotidiana.

Há, por conseguinte, um grande *frame* institucional que, nesta perspectiva, traça parâmetros dentro dos quais valores éticos se inscrevem e orientam ações. Lembra-se também, nesta discussão de esclarecimentos, o entorno cognitivo. Essa noção vem de Sperber

e Wilson (1994, p. 55) e se constitui no “compêndio do entorno material ou físico e da sua capacidade cognitiva”. No entorno cognitivo, a consciência ou não de fatos, as memórias imediatas ou remotas contribuem para a capacidade do indivíduo de adquirir uma série de outros conhecimentos. Dessa forma, a intersecção de entornos cognitivos se faz na interação, compondo o *entorno cognitivo mútuo*. E é na cumplicidade constituída pelos parceiros de comunicação que acabam por se formar grandes entornos culturalmente aceitos que regem a vida social de comunidades. Os valores ali expressos e inscritos constituem os quadros deônticos de grupos e comunidades.

Não cabem reflexões filosóficas e complexas na arquitetura desta análise, mas – no âmbito da construção de uma episteme - pode-se asseverar que ela, neste estudo, propõe-se como uma elaboração individual de um produtor, decorrente de sua experiência material que compõe seu *universo de saber*. Entretanto, não se deve isolá-la de aspectos sociais intervenientes, visto que se adota a visão de que os conhecimentos fundamentam-se essencialmente “na idéia que se faz de sua maior ou menor independência com relação às condições sociais de sua elaboração” (PERELMAN, 2004, p. 303).

Por conseguinte, de acordo com a natureza argumentativa que o *corpus* oferece e consoante a função do questionamento na composição do artigo de opinião autoral, pode-se indicar uma estreita relação aos saberes coletivos. Esses saberes conjugam a ética, as crenças, os costumes e a cultura de um determinado grupo social. São a deontologia dessa comunidade na qual o artigo de opinião autoral nasce. A respeito disso, T. Givón escreve e amplia o já escrito, no capítulo *Modal Prototypes of Truth and Action*:

A more careful examination of modality reveals a paradoxical situation. On the one hand, the study of grammaticalization patterns re-validates the conceptual independence of the epistemic and the deontic – as **prototypes**. On the other hand, the study of communicative use reinforces our intuitive conclusion that epistemics

in human language is not really about truth or certainty, but rather, still and probably forever, about willful human interaction. (Givón, 1995, p. 112)²⁰

Ao retornar-se, também, à seção 2.1, pode-se detectar essa definição do epistêmico-deontico já iniciada. Se o texto tem lugar para uma imensa gama de implícitos, nessas nuances, os vários conhecimentos (do lingüístico ao cultural) entram em ação. O próprio fazer o texto com um fim ilocutório a ser concretizado revelará, em menor ou maior medida, saberes e valores. Mais do que isso, mobilizará, do interlocutor, esses saberes e esses valores referentes.

O gênero artigo de opinião autoral sugere, na esfera de um ambiente de comunicação social – a imprensa escrita – não só uma deontologia da comunidade onde se inserem locutor e interlocutor. Revela, igualmente, um produtor que incorpora um *ethos*, isto é, sua credibilidade é consequência de seu caráter e virtude.

Por isso, ao se remeter, nas análises, a valores deonticos, referir-se-á o universo de valores éticos e culturais em jogo no texto. Ao se remeter a observações e conclusões a respeito do epistêmico, serão evocados os saberes construídos por um sujeito cognitivo em maior ou menor grau submisso aos valores dos estados de coisas e conceitos deonticos comunitários ou sociais.

²⁰ Tradução: O mais cuidadoso exame da modalização revela uma situação paradoxal. De um lado, o estudo de padrões de gramaticalização revalidam a independência conceitual do epistêmico e do deontico – como **protótipos**. De outro lado, o estudo do uso comunicativo reforça nossa conclusão intuitiva de que o epistêmico na linguagem humana não é realmente sobre verdade ou certeza, porém, preferencialmente, ainda e provavelmente sempre sobre a comunicação humana intencional.

5 QUAIS E COMO SÃO AS RELAÇÕES DA RST EM QUE AS PERGUNTAS OCORREM?

Esta seção tem com meta responder à pergunta formulada no título, por ser de extrema importância que se esclareçam detalhes de cada relação em que existem perguntas nos textos do *corpus*. A importância deriva do fato de que, entendendo como e onde funcionam os mecanismos da modalidade interrogativa e as modalizações que se inserem através dela, pode-se corroborar o efeito das escolhas que determina o sentido do texto.

Antes de tudo, esclarece-se, para que o leitor possa entender as explicações feitas, a palavra *locus*. Ela diz respeito ao lugar do efeito da relação núcleo-satélite, ou seja, é nessa unidade informacional ou na própria construção da relação escolhida que o efeito acontece.

As relações nas quais mais se concentram perguntas, em ordem decrescente, afora o núcleo (com a maior incidência de questões), são a Avaliação, a Justificativa, a Evidência e a Solução.

Nos artigos de opinião autoral lidos, encontrou-se o maior número de perguntas em núcleos (N) de Avaliações (isso também foi constatado no satélite dessa relação, pois é nessa

unidade satélite que ocorrem mais interrogações). Por isso, para início de estudo, a lembrança da noção do que é uma unidade nuclear se faz necessária, a fim de elucidar o papel do questionamento e seu funcionamento no texto.

A noção de unidades nucleares e satélites, segundo Mann (1999), remete às origens da RST, ligadas aos estudos sobre a geração automática de textos. Os investigadores do *Information Sciences Institute* trabalharam a possibilidade de elaboração textual mediante um programa de computador, já que ainda não existia nenhuma teoria que abarcasse a estrutura e a função do discurso capaz de dar um aporte seguro a essa tarefa. Assim, a RST, estudando o texto, explicou a coerência textual, propondo-a como seqüência logicamente construída, fundamentada em partes coerentes entre si e direcionadas a uma razão verossímil ou aceitável. Isso significa que essa teoria vê um texto como evidência de partes coerentes entre si num todo articulado e orientado para um fim. Essa idéia de partes estruturais coerentes leva aos níveis que a teoria descreve. O primeiro nível é o da *nuclearidade* e das *relações* (em Lingüística, essas se chamam *relações de coerência*). O segundo nível é o dos *esquemas*.

A nuclearidade, portanto, leva à consideração da existência de partes do texto que são mais essenciais, ou seja, nelas se fundam outras partes, os satélites, com um papel específico em relação às primeiras. A presença de unidades nucleares e satélites não obedece a uma ordem, mas repousa, certamente, nessa coerência interpartes e na essencialidade de um núcleo como gerador de possíveis relações textuais. Pode-se dizer que o critério identificador de nuclearidade vai definir-se de acordo com a relação que se estabelecer com ele. Por exemplo, uma evidência vai ter como núcleo uma afirmação base. Já a avaliação terá como núcleo uma situação, pois o processo avaliativo recai sobre ela.

Apointa-se, nos textos do *corpus*, a alta incidência de perguntas nos satélites das relações de avaliação e também o mesmo procedimento nos núcleos dessa relação. Esse comportamento vem acentuar o fato de que usar interrogações em um núcleo – asserção essencial – também é uma estratégia do agir argumentativo no gênero estudado. Se o núcleo é a asserção base, também ali a pergunta tem um caráter especial, que é o que se estuda nos textos do *corpus*. Além disso, o núcleo da relação de avaliação corresponde à base de opinião do produtor, visto que é sobre esse fato, situação ou informação que a avaliação se constrói e ao qual se combina ou refere. O produtor busca a crença, o reconhecimento e a valorização, pelo leitor, dessa idéia ou fato/situação nuclear. Posiciona-se, opinando sobre essa idéia, fato ou situação, possibilitando, mediante seu comentário ou observação, parâmetros para que o leitor avalie a situação. Fica bastante clara a função do artigo de opinião autoral, ou seja, o articulista cumpre um papel que se pode chamar até de pedagógico, no intuito de formar opinião e fornecer linhas de análise para tal atitude. De certa forma, ao lançar mão de perguntas e questionamentos de diversos tipos nas unidades nucleares (essenciais) e na unidade satélite da Avaliação, conduz à reflexão, chama à participação ativa do leitor na construção de uma opinião.

Na perspectiva de Mann e Thompson (2003), sabe-se que a relação de Avaliação aparece com base em núcleo que expressa uma situação ou fato. O satélite (S) é um comentário ou uma observação avaliativa sobre a situação. Ao se combinarem N e S, S relaciona ou refere N ao grau de crença do produtor nessa situação proposta. O efeito é o reconhecimento do leitor de que S avalia N e de que, nessa avaliação, o valor atribuído é considerado verdadeiro. Esta relação acontece na própria relação núcleo-satélite, ou seja, seu *locus* é N + S. De extrema importância no gênero artigo de opinião autoral, a pergunta

localizada nessa relação é uma oportunidade de ação cognitiva do leitor para bem fundamentar a sua opinião.

Quanto à relação de Justificativa, apresenta um núcleo (N) que é uma unidade de sentido ou uma unidade informacional. Em relação a N, o satélite (S) é uma outra informação que legitima o direito de P enunciar o texto. Esta legitimação não tem caráter evidente, por isso é necessária uma justificação, a fim de que o leitor (L), compreendendo S, aumente sua inclinação para aceitar o direito de P expressar N.

O aumento da inclinação de L para aceitar o direito de P apresentar N é o efeito da relação de Justificativa. Ocorre isso, pois N não tem caráter indiscutível e evidente. O produtor, nos seus cálculos diante do interlocutor, justifica-se para obter maior inclinação do leitor e maior aceitação do direito de P apresentar N. O *locus* de efeito dessa relação é o núcleo (N).

Em face desta primeira explicitação, pode-se utilizar o que diz Perelman sobre o que é justificar e por que fazê-lo:

Toda justificação pressupõe a existência, ou a eventualidade, de uma apreciação desfavorável referente ao que a pessoa se empenha em justificar. Por isso, a justificação se relaciona intimamente com a idéia de valorização ou de desvalorização. Não se trata de justificar o que poderia ser objeto de uma condenação ou de uma crítica, o que poderia ser julgado, ou seja, uma ação ou um agente. A justificação pode concernir à legalidade, à moralidade, à regularidade (no sentido mais lato), à utilidade ou à oportunidade. Não há por que justificar o que não se deve adequar a normas ou a critérios, ou o que não deve realizar certa finalidade; tampouco há por que justificar o que, incontestavelmente, se ajusta às normas, aos critérios ou às finalidades considerados. A justificação só diz respeito ao que é a um só tempo discutível e discutido. (Perelman, 2004, p. 169)

Feitas essas considerações, percebe-se que o produtor, diante de uma informação cujo conteúdo é discutível e discutido, precisa justificar-se. A justificativa, nesse quadro, é o

caminho necessário que pode levar o leitor a inclinar-se para aceitar a unidade informacional posta em N.

Ao abordar a relação de Evidência, recorre-se novamente a Perelman (2004, p. 153).

No seu estudo sobre evidência e prova, diz:

Um raciocínio, tradicional na história da filosofia, faz qualquer conhecimento depender, em última instância, de uma evidência, intuitiva ou sensível: ou a proposição é objeto de uma evidência imediata ou resulta, por meio de certo número de elos intermediários, de outras proposições cuja evidência é imediata. Apenas a evidência forneceria a garantia suficiente às afirmações de uma ciência que se opusesse, de maneira igualmente tradicional, às opiniões, variadas e instáveis, que se entrecrocavam em controvérsias intermináveis e estéreis, que nenhuma prova reconhecida permite dirimir.

Quando um satélite da relação de Evidência ocorre, o núcleo é uma afirmação. O satélite (S) é uma informação que objetiva aumentar a crença de L nessa afirmação. Significa que, ao lançar mão de uma relação de Evidência, P sabe que L pode não crer satisfatoriamente em N. Quando a evidência embasa uma proposição, há possibilidade de que a adesão seja intelectual, ou seja, determinada proporcionalmente à evidência e à inteligibilidade do objeto. Em outras palavras, tem-se um franco apelo epistêmico, pois P diz que sua asserção é verdadeira. Tem certeza disso, dá-se o direito de ter certeza e comprova-a indiscutivelmente mediante evidências. Já que a evidência está em S, possibilita ao leitor crer em N, na medida em que compreende S. Por isso, o *locus* do efeito de uma relação de evidência é N, o núcleo, pois seu efeito de critério de verdade é fundamentado em conhecimento, esse apontado na afirmação nuclear. Para que um saber seguro seja possível, as premissas em que se fundamenta devem ser incontestáveis. É nessa linha que atua a evidência.

A relação de Solução, por sua vez, apresenta em N uma situação, método ou procedimento que satisfaz parcial ou totalmente uma necessidade ou um desejo. Em S, apresenta-se um problema, uma questão ou um desejo expresso. As condições deste satélite

revelam um problema cuja resolução vai ser possível em N. O leitor, no efeito dessa relação que ocorre na relação N + S, reconhece a situação apresentada em N como a solução para o problema posto em S. Por essa razão, diz-se que o *locus* desse efeito é N + S.

Na definição da relação de Solução, o problema pode incluir questões, pedidos (inclusive a respeito de informações necessárias), algumas descrições ou desejos, objetivos, questões intelectuais, lacunas de conhecimento ou outras expressões de necessidades, condições que conduzem a valores negativos expressional ou culturalmente, inclusive calamidades e frustrações. Na relação entre o satélite e o núcleo, esses problemas (S) vão encontrar soluções no núcleo, ratificando uma relação hipotática, em que especificações e desenvolvimentos de conteúdos de segmento(s) anterior(es) ocorrem textualmente.

Feito o levantamento e a análise das relações em que as perguntas mais ocorrem, está completo o caminho para cercar o campo de trabalho dos textos do *corpus*. É possível realizar um estudo que focalize cada texto, seu fim ilocutório, seus segmentos e relações nas quais há perguntas, os tipos de perguntas e seu cruzamento com o segmento onde acontecem, as marcas internas da construção das perguntas que ratificam sua função no todo e a referência aos mundos epistêmico e deontico, sempre em jogo, especialmente no artigo de opinião. O fazer-crer mobiliza crenças, ativa o saber e remete a padrões do fazer. Nessa perspectiva, uma pergunta, num texto de opinião autoral, tem afinidade incontestável com atitudes do mundo do fazer, do saber e do crer.

6 COMO FORAM TRAÇADOS OS CAMINHOS DA ESCOLHA DO *CORPUS* E AS QUESTÕES METODOLÓGICAS?

A metodologia construída para esta dissertação segue o paradigma das pesquisas *qualitativas*. Entre as características básicas dessa metodologia, aparece o *design* original de trabalho que emerge da observação muito atenta do contexto. A integração às linhas gerais da pesquisa da Organização Retórica de Textos de Opinião, o projeto O.R.T.O., exigiu a busca de uma metodologia por meio da qual se pudessem comprovar evidências reveladas não só nos textos analisados, mas também pelas tabelas de análise e mais, pelo cruzamento dessas observações. Dessa forma, a partir da observação dos textos e da compreensão das tabelas de análise quantitativa feitas no O.R.T.O., foram sendo construídos os pilares e os enlaces teóricos que pudessem dar conta do estudo dos artigos de opinião autoral, na perspectiva da presença da interrogação. A observação indicou a presença importante da modalidade interrogativa e, em vista da ação argumentativa na defesa de uma opinião, conduziu a estudos sobre o questionamento e a retórica.

A imersão do pesquisador no universo a ser pesquisado é outra característica influente na metodologia qualitativa, pois requer exploração cuidadosa do contexto a ser pesquisado. Conforme Miles e Huberman (1984), a pesquisa qualitativa consiste em três atividades iterativas, isto é, (i) a redução de dados, (ii) a apresentação de dados e (iii) o delineamento e a

verificação de conclusão. Na primeira atividade, a redução de dados, ocorre o processo contínuo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais; na segunda, os dados são organizados de tal maneira que o pesquisador possa tomar decisões e formular conclusões a partir desses dados; na terceira atividade, são feitas a identificação de padrões, as possíveis explicações, as configurações e fluxos de causa e efeito, as verificações e retorno às anotações de observações e literatura. No momento em que a grande massa de dados registrados pelo O.R.T.O. foi analisada para compreensão inicial do campo de observação, essas atividades foram sendo construídas. Uma unidade menor (a interrogação) foi identificada dentro de uma grande unidade já estudada, e, em seguida, reagrupada em categorias relacionadas entre si – a modalidade interrogativa, a modalização – possibilitando a análise de padrões encontrados.

A abordagem qualitativa, segundo Patton (1980), ainda possibilita, além da observação analítica dos padrões encontrados, a busca de relacionamentos entre as dimensões descritivas, como o que se faz ao analisar a interrogação nas unidades informativas em que estão examinados os textos. Além disso, a descrição busca os enlaces epistêmico-deônticos, provando, com mais essa dimensão descritiva, o processo que se faz ao serem examinados qualitativamente os dados.

A ação de constituição desse processo de ordenamento dos dados também foi alimentada e se concretizou, inclusive, com a participação na preparação e realização de oficina de produção de Artigos de Opinião Autorais do O.R.T.O. A experiência oportunizou o conhecimento mais profundo do funcionamento da metodologia e dos aportes teóricos elaborados nesse projeto. Observe-se que, sendo os temas propostos polêmicos, houve

divergências de posicionamentos e, conseqüentemente, divergências nas escolhas das opções de continuidade e recursos que evidenciassem argumentos postos.

Essa experiência também proporcionou a reflexão sobre as implicações pedagógicas no campo da produção textual a partir dos resultados até então obtidos. A necessidade de tornar didático e eficiente um estudo teórico complexo oportunizou uma abordagem prática, o que, na avaliação dos cerca de vinte participantes da oficina, foi gratificante e instigador para a criação de novas propostas didáticas.

A estruturação da metodologia desta dissertação, portanto, visualiza um gênero contemporâneo, o artigo de opinião autoral, emergente da esfera midiática. Supõe, também, a importância sempre atual da construção da cidadania através da competência para, num mundo repleto de informações de origens e de naturezas tão paradoxais, ler e formar opiniões. Este trabalho firma sua crença, finalmente, no papel da escola e da universidade como possibilitadoras da formação da competência produtora e leitora tanto por parte do aluno ou universitário quanto do cidadão comum.

O *continuum* qualitativo exige uma crescente focalização dos fatos a serem analisados e se constitui numa atividade bastante trabalhosa, em vista do nível de exigência de leitura que embasa as decisões necessárias ao planejamento. Conseqüentemente, o conhecimento tanto da literatura que desenhava os caminhos do O.R.T.O. quanto de todas as demais leituras exigidas para o estudo de outras características lingüísticas pertinentes ao texto de opinião foi necessário.

Lincoln e Guba (1985) e Miles e Huberman (1984) dizem que a focalização progressiva numa pesquisa qualitativa atende a vários objetivos. Destacam-se o estabelecimento das fronteiras da investigação e a orientação dos critérios de inclusão-exclusão de informações, auxiliando o observador na definição de informações relevantes.

Outro fato de importância na pesquisa qualitativa é a formulação de hipóteses de trabalho. Nesta dissertação, em decorrência da análise quantitativa dos dados textuais feita no O.R.T.O., tornou-se necessária uma conexão coerente entre os fatos focalizados, a metodologia e a teoria adotadas no referido projeto e a teoria estudada para dar conta das novas descobertas levantadas pelas observações dos textos, das quais que emergiu a focalização da modalidade interrogativa. A grande hipótese se prende basicamente ao papel que desempenha a modalidade interrogativa dentro dos segmentos textuais das vias em que se apresentam os textos na pesquisa inicial, feita pelo O.R.T.O. Uma justificação pormenorizada do quadro conceitual, por conseguinte, foi uma preocupação persistente.

Feitas essas explicações iniciais, detalham-se, a seguir, os procedimentos metodológicos a fim de informar o leitor acerca dessas ações.

6.1 Quais as ações que construíram esta metodologia?

Efetuada a leitura e o acompanhamento do projeto O.R.T.O. durante os meses da elaboração do projeto de pesquisa, realizou-se leitura intensiva não só dos artigos de opinião como também da literatura de apoio para entendimento e aprofundamento das ações efetivadas pelo O.R.T.O. até então. Detectadas as características textuais, como a marcação de uma atitude de um autor/produtor perante o dito, primeiramente coletou-se material

referente à modalização. Foi uma busca difícil, pois os estudos são escassos, ainda, e, quando existentes, encontram-se em língua inglesa e francesa, o que não impediu, mas tornou mais lenta a leitura, até em vista da pesquisa em bibliotecas distantes.

Nesse aspecto, tomou-se contato com Aristóteles, inclusive cursando uma disciplina, no Mestrado de Filosofia, a respeito da linguagem. Conheceram-se estudos lingüísticos sobre modalização também muito interessantes nos campos da Semiótica (GREIMAS, 1979), Pragmática (PARRET, 1988) e da Semiolingüística (CHARAUDEAU, 1992, 2004).

Construiu-se um primeiro projeto que serviu de suporte para a abordagem objetivada, pois houve dificuldades de aplicar os estudos à realidade textual. Após, leituras sobre o Funcionalismo (DIK, 1981 e GIVÓN, 1995) foram feitas intensivamente. Dessas leituras, percebeu-se que o paradigma funcional possibilita a ação de análise da língua como instrumento de interação social, cuja função básica é a comunicação. Enfatiza-se o fato de que a língua em uso supõe uma competência comunicativa que envolve habilidade para manter a interação social por intermédio da linguagem e a crença em que, conforme aponta Dik (1981), o estudo do sistema de uma língua deve ser realizado dentro de um marco de uso lingüístico. Da mesma forma, quando Dik (1981, p. 22) registra que a Pragmática é o “marco globalizador dentro do qual deve estudar-se a semântica e a sintaxe; a semântica está subordinada à pragmática e a sintaxe à semântica, afinidades aparecem”. No entanto, ao propor que os meios e princípios de análise focalizem as expressões e encontrem explicações através de um sistema de regras, obteve-se um argumento que distanciou este trabalho dessa teoria assim como esse pesquisador eminente do Funcionalismo a apresenta.

O enfoque funcional somente da frase em si ou apenas de expressões, ignorando aquilo de que este trabalho é refém, o texto todo como unidade comunicativa global, que as vias e as unidades informativas (relações) constroem, foi o motivo pelo qual se seguiu adiante na busca de bases teóricas.

Na volta ao *corpus* do O.R.T.O., a recorrência das perguntas e a modalidade interrogativa em segmentos específicos direcionaram a uma nova articulação teórico-prática. A visão da modalização e das modalidades frasais que a essa se associam oportunizou um aprofundamento e uma expansão conceitual, possibilitando que o dado emergente nos textos pudesse constituir o *corpus* desta pesquisa. Assim, da leitura dos textos todos foram identificados quais têm a modalidade interrogativa e em que segmentos estruturais essa modalidade, com maior frequência, se insere. Utilizou-se, como guia de anotação, um quadro que consta do Apêndice A desta dissertação.

A partir daí, pesquisou-se a modalidade interrogativa, tomando contato com os tipos de pergunta que existem e com as funções que os processos de questionamento têm quando usados, em especial, numa estratégia argumentativa. Por essa razão, enfatiza-se a preocupação não só com o conhecimento do tipo de pergunta, mas também com sua função no todo textual, ou seja, nas unidades informativas estruturais. Recorreu-se a vários autores, no entanto optou-se por construir o trabalho com base em Koch e Vilela (2001); Mateus et al. (2003); Weinrich (1989) e Charaudeau (1992). Para orientar mais seguramente a análise da tipologia de interrogações, construíram-se esquemas fundamentados nesses pesquisadores, constantes dos Apêndices B e C.

A preocupação com o estudo da modalização encontrou apoio importante também no trabalho de Mateus et al. (2003), Parret (1988); Guimarães (2001), Coracini (1991), e na focalização lingüística, especificamente, os textos de Maria Helena de Moura Neves (2000) bem como os de Ingedore V. Koch (1997, 2000, 2001, 2002 e 2004) foram esclarecedores.

O procedimento de análise qualitativa daí se compôs, seguindo os passos enumerados:

- (i) leitura do texto e da tabela O.R.T.O.;
- (ii) identificação e caracterização do tipo de pergunta, com descrição das marcas lingüísticas encontradas, e de sinais ou pistas modalizadoras;
- (iii) caracterização da unidade informativa em que se insere a pergunta;
- (iv) associação do efeito da pergunta no contexto das relações apontadas;
- (v) relação com o fim ilocutório do texto;
- (vi) associação dessas conclusões com valores epistêmicos e/ou deônticos;
- (vii) conclusões a respeito de caracterização do gênero artigo de opinião autoral.

A seqüência construída serve como guia para a concretização da análise, podendo ser alterada, de acordo com as relações que se vão percebendo entre os focos examinados ou com os caminhos de estudo que a organização textual de cada artigo oportuniza. Essencial é que essas fases ou etapas fazem parte dos procedimentos metodológicos e estruturam os resultados possíveis à observação no universo expressivo-comunicativo de cada artigo de opinião autoral.

De uma forma geral, diz Claudia Dias (2000), os métodos qualitativos são menos estruturados e proporcionam estabelecimento de relações mais flexíveis, lidam com informações ricas em detalhes. A compreensão que se constrói nessa perspectiva busca

compreender os dados com as referências por eles evidenciadas, ainda se utilizando desses dados para propor e resolver as questões de pesquisa. Conforme informa Patton (1980), segue-se, por conseguinte, um paradigma *holístico-indutivo*²¹.

Dos 150 (cento e cinquenta) textos que constituem o corpus do O.R.T.O., 85 (oitenta e cinco) apresentam uma ou mais perguntas na sua composição. Esse fato, portanto, vem corroborar que a modalidade interrogativa tenha alguma função importante no artigo de opinião, influenciando consideravelmente na construção que o produtor realiza com vistas ao fazer-crer.

No levantamento geral, quando feitas as duas leituras do *corpus* em vista da presença de questões indiretas as quais o computador ainda não dá conta de triar com precisão, as perguntas incidem, na grande maioria das ocorrências, nos núcleos das relações de Avaliação, de Evidência, de Solução. Seguem-se, pela ordem decrescente, modalidades interrogativas freqüentes nos satélites das relações de Avaliação, de Justificativa, de Evidência e de Solução. As demais relações apontadas nas tabelas apresentam perguntas, mas com uso menos significativo numericamente.

A partir desses dados, foi constituído o *corpus* desta dissertação. Ele é constituído de cinco artigos de opinião autoral em cuja composição o uso da interrogação é marcante. Em outros termos, foram escolhidos textos representativos do uso da modalidade interrogativa nas unidades nucleares ou satélites. Enquanto se fizeram as leituras dos textos, foi apontado um registro paralelo numa tabela (Apêndice A) em que se visualizassem as inserções de

²¹ Na página 5 do site do projeto O.R.T.O., ao citar as contribuições da RST para a construção da metodologia, remete-se à observação *das unidades fundamentais que são observáveis num texto, entre elas a estrutura holística derivada de gêneros ou variedades de texto*. Por isso, se a teorização que funda a análise considera o

perguntas nas unidades informativas. Com essa anotação, pôde ser feita a escolha dos textos para as posteriores análises e eleição do *corpus*.

A partir desses procedimentos de organização, foram sendo analisados os artigos de opinião autoral. O estudo das tabelas do O.R.T.O. bem como das relações da RST em que ocorreram mais questões, dos estudos sobre a frase, da modalidade interrogativa, da modalização nos aspectos lingüístico-expressivo e no enfoque discursivo-referencial, da ação argumentativa, característica visível do gênero em foco, e de muitas outras leituras auxiliaram a confecção do roteiro básico de trabalho. Esse roteiro foi sendo (re)construído a cada análise com ampliações necessárias para elaborar um exame adequado do texto que se focaliza, pois, devido a diferentes produtores, contextos ou situações, alguns detalhamentos novos foram exigidos em determinados artigos, conduzindo a novas ordenações, a fim de compreender como a pergunta atua na unidade informativa e no artigo todo.

7 O QUE SE PODE VERIFICAR NO *CORPUS*?²²

Neste capítulo, proceder-se-á à análise dos cinco textos constitutivos do *corpus* desta dissertação, para isso transcrevendo-os em primeiro lugar para que se possa situar com bastante clareza o foco para onde se dirigem os procedimentos metodológicos. Constam dos anexos as tabelas de análise quantitativa do O.R.T.O. para eventual consulta de esclarecimento.

7.1 Texto 1 – Por que tanta surpresa?

1 Tudo o que está acontecendo com a economia brasileira estava previsto.
 2 O que mais nos causa admiração é a surpresa que as autoridades monetárias
 3 alegam estar vivendo com relação ao que está se passando.
 4 O desconhecimento de noções de contabilidade por parte dessas
 5 autoridades monetárias é algo que merece registro. A primeira regra de
 6 contabilidade que deveriam saber é que toda a origem que representa entrada de
 7 recursos tem que ser devolvida. A segunda é que todas as origens têm que estar
 8 catalogadas no fluxo de caixa que seja possível saber quanto e quando deve ser
 9 devolvido. Uma terceira regra contábil determina que, não havendo condições
 10 de devolução de acordo com a previsão, é necessário buscar uma fonte de
 11 recursos para suprir tal carência. Tudo isso deve ser feito, naturalmente, de
 12 maneira antecipada, para evitar especulação. Um exemplo: se uma empresa
 13 precisa pagar em uma determinada data 50 sacas de arroz e sabe que terá, na
 14 data do pagamento, somente 30 sacas, deverá buscar um fornecedor que lhe
 15 empreste as 20 sacas restantes para manter o seu equilíbrio e cumprir com o seu
 16 compromisso. É necessário, evidentemente, que as 20 sacas emprestadas sejam
 17 alocadas no fluxo para serem devolvidas no prazo estabelecido, acrescidas,
 18 ainda, dos juros correspondentes. Tudo funcionará com harmonia, sem
 19 surpresas. Antes do vencimento dos compromissos há previsão de pagamento e
 20 o mercado funcionará sem traumas. Caso contrário, se as 20 sacas forem
 21 compradas na véspera da liquidação da dívida – e é isso que está acontecendo

²² Embora o texto esteja apresentado conforme formato de citação (ABNT), marcaram-se espaços a cada início de parágrafo, a fim de facilitar ao leitor a localização de segmentos textuais analisados.

22 com os dólares no Brasil –, certamente aqueles que detêm o
 23 produto farão especulação e cobrarão um valor acima do preço justo. O produto
 24 será leiloado, provocando sua sobrevalorização.

25 A falta de controle, tanto nesse pequeno exemplo, como na administração
 26 de um país, é sinônimo de falta de responsabilidade. No Brasil, hoje, para que o
 27 Executivo possa fazer qualquer coisa, é preciso buscar recursos externos. Não
 28 há qualquer preocupação quanto ao planejamento da devolução de tais recursos,
 29 se haverá retorno do capital para possibilitar a quitação da dívida. O importante
 30 é a execução inseqüente dos projetos. O futuro não importa. Basta abrir o
 31 Diário Oficial da União. 25 de julho passado: Programa de Ação nos Cortiços
 32 do Estado de São Paulo, US\$ 34 milhões. 3 de julho: Programa Paraná Urbano
 33 II, US\$ 100 milhões. Na mesma data: Empréstimo de Ajuste do Setor Elétrico,
 34 US\$ 454,55 milhões. 1º de julho: US\$ 22,5 milhões para combate à pobreza
 35 rural de um único Estado. Esta é apenas uma pequena amostra. São
 36 empréstimos e mais empréstimos, de toda a ordem, para todos os Estados. Até
 37 duplicar a BR-101: US\$ 1,1 bilhão.

38 Está mais do que na hora de o Congresso Nacional cumprir com suas
 39 funções e nossas autoridades monetárias mostrarem mais responsabilidade para
 40 com o país. Afinal, o que será de nós todos no futuro próximo? Ou será que não
 41 precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado? E continuaremos com ar de
 42 surpresos, como se a especulação fosse algo totalmente natural e necessário.
 43 Afinal de contas, o Brasil somos nós, e até nós ainda temos o direito de nos
 44 defendermos. (DAGOSTIM, Salézio. Zero Hora, 06/08/2003, p. 19)

7.1.1 Análise do Texto 1

O artigo de opinião de Salézio Dagostim *Por que tanta surpresa?*, publicado em Zero Hora de agosto de 2003, está analisado pelo O.R.T.O. (Anexo D), situando os segmentos textuais da seguinte forma. Inicialmente, identificou-se uma Preparação, satélite da unidade nuclear que se reconhece no parágrafo 3. Do ponto de vista do observador, é possível reconhecer que essa relação de Preparação, ao falar das regras de contabilidade e exemplos, leva o leitor (L) a orientar sua leitura da unidade essencial, o núcleo (N), no qual é afirmado que a falta de controle da administração pública de um país é sinônimo de falta de responsabilidade. O núcleo (N) é: *A falta de controle, tanto nesse pequeno exemplo, como na administração de um país, é sinônimo de falta de responsabilidade* (linhas 25 e 26). Nesse mesmo parágrafo 3, é acrescentado um satélite de uma relação de Evidência, revelando os empréstimos de recursos externos sem planejamento de devolução, explicitando a realização inseqüente de projetos por parte das autoridades monetárias brasileiras. Essas evidências,

que são fatos incontestáveis, promovem o aumento da crença do leitor em N (a afirmação constante do parágrafo 3, linhas 25 e 26, dando conta da irresponsabilidade da administração pública do País). Textualmente, as evidências são: *No Brasil, hoje, para que o Executivo possa fazer qualquer coisa, é preciso buscar recursos externos. Não há qualquer preocupação quanto ao planejamento da devolução de tais recursos, se haverá retorno do capital para possibilitar a quitação da dívida. O importante é a execução inseqüente dos projetos. O futuro não importa. Basta abrir o Diário Oficial da União, 25 de julho passado: Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo, US\$ 34 milhões. 3 de julho: Programa Paraná Urbano II, US\$ 100 milhões. Na mesma data: Empréstimo de Ajuste do Setor Elétrico, US\$ 454,25 milhões. 1 de julho: US\$22,5 milhões para combate à pobreza rural de um único Estado. Esta é apenas uma pequena amostra. São empréstimos e mais empréstimos, de toda ordem, para todos os Estados. Até duplicar a BR-101: US\$ 1,1 bilhão.* (linhas 26 a 37)

Resumindo, os dois segmentos informativos – postos nos parágrafos 1 e 2 – constroem-se no sentido de orientar o leitor na compreensão e crença da unidade nuclear (linhas 25 e 26), portanto é verossímil que se diga serem da via Apresentativa, pelo caráter que apresentam de busca de firmeza da relação entre produtor e leitor. Portanto, o produtor inicia o texto – com a preparação – citando que tudo que acontece na economia brasileira não é surpresa. Surpresa é a atitude das autoridades monetárias que alegam terem sido surpreendidas pelos fatos econômicos, prova de sua ignorância das regras de contabilidade primárias (P cita que se devem prever: (i) o que se busca de recursos, para ser devolvido; (ii) as origens de recursos, que devem ser catalogadas, para previsões quantitativas e temporais da devolução; (iii) a busca de novos recursos, para suprir carências, quando faltarem). É perceptível que o produtor demonstra a busca da aceitação por parte do leitor, lançando a

estratégia da preparação do terreno, e, logo após, da prova mediante evidências, fatos indiscutíveis na realidade compartilhada (parágrafo 3, linhas 26 a 37).

A partir desse mesmo parágrafo 3, P lança a afirmação de que, no Brasil, não existe preocupação com retorno de capital para pagamento de dívidas contraídas, o que passa a configurar um problema. A unidade informativa que registra essa afirmação e problemática é o parágrafo 3, onde se enumeram evidências constitutivas do problema. Segue-se uma nova unidade informacional – no parágrafo 4 - dando conta de que é hora de o Congresso Nacional cumprir realmente suas funções e as autoridades monetárias mostrarem mais responsabilidade na sua atuação administrativa. Essa unidade nuclear se constitui de uma solução para o problema apresentado através das evidências. Em suma, às evidências pode-se atribuir o caráter de problema e, com essa unidade informativa satélite assim caracterizada e constituída, relaciona-se N, posto no final, sendo a Solução. Textualmente, as evidências – inclusive registradas no Diário Oficial da União (exemplos de execução inconseqüente de projetos) – fazem uma amostra do problema no 3.º parágrafo (linhas 26 a 37). Essa unidade relacional apresenta o núcleo/ solução (4.º parágrafo), em que P diz: *Está mais do que na hora de o Congresso Nacional cumprir com suas funções e nossas autoridades monetárias mostrarem mais responsabilidade para com o país. Afinal, o que será de nós todos no futuro próximo? Ou será que não precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado? E continuaremos com ar de surpresos, como se a especulação fosse algo totalmente natural e necessário. Afinal de contas, o Brasil somos nós, e até nós ainda temos o direito de nos defendermos.*

Um aspecto importante, na perspectiva do que é característico dessa relação, é que o satélite caracteriza-se por apresentar um problema (no texto em foco, as evidências mostram o

problema); já o núcleo revela ao leitor uma possível metodologia ou ação que pode ser a solução para o posto em S. Aliás, P quer que L reconheça N como uma possível solução (*Está mais do que na hora...*).

Há a presença de perguntas, neste artigo de opinião autoral, no título (*Por que tanta surpresa?*) e na metade do último parágrafo, onde existe o núcleo de uma relação de Solução. Como esta relação tem a característica de, no núcleo (N), expor uma situação/método ou procedimento, apresenta uma satisfação da necessidade, desejo ou problema exposto no satélite (S). Assim, perante um problema exposto em S, N vem sanar parcial ou completamente essa necessidade, levando o leitor ao reconhecimento desse núcleo como forma de solucionar o que se problematiza em S. A um observador atento do texto e de sua elaboração, é crível que só dessa maneira (com responsabilidade no cumprimento de funções políticas e administrativas) que uma solução para o grave problema pode ocorrer. A *amostra* (linha 36) de evidências e a ênfase no *estar mais do que na hora de* (linha 38) sintetizam a relação problema-solução.

O texto em questão, inicialmente, vem como uma resposta global à pergunta apresentada no título. A opinião expressa globalmente, relativa ao macroato de opinar que é inerente ao gênero em foco, visa a responder à questão do título que inquirir o porquê da surpresa geral.

A pergunta do título (*Por que tanta surpresa?*) é uma pergunta *parcial* ou *interrogação de instanciação*, pois apresenta o morfema interrogativo de valor adverbial causal *por que*. O questionamento, numa primeira leitura, demanda a identificação de uma causa. Entretanto, observando atentamente, esse produtor expressa o posicionamento de

alguém que se dá o direito de efetuar uma crítica à surpresa (a pergunta-título evidencia que o caminho natural dos fatos, a se analisarem as ações governamentais administrativas, não seria causa de surpresas). O articulista busca, mediante a resposta, provar a irresponsabilidade das autoridades monetárias do país pela situação econômica terrível em que o Brasil se encontra.

Os trechos *o que mais nos causa admiração é a surpresa que as autoridades monetárias alegam* (linhas 2 e 3); *o desconhecimento de noções de contabilidade...* (linha 4); e a listagem de regras de contabilidade, entre as linhas 5 e 11, seguidas de um exemplo, são argumentos-resposta para a crítica à irresponsabilidade das autoridades monetárias. O fim ilocutório do texto é introduzido neste satélite da relação de Preparação, já uma resposta inicial à pergunta-título. Ao preparar o leitor para a resposta que o texto todo é, P apresenta fatos que denunciam a identificação da hipocrisia, contrária à verdade dos fatos. Pode-se considerar, inclusive, o título como começo e uma parte importante do satélite da relação de Preparação.

À luz do que diz Neves (2000), pode-se perceber que o articulista indica, numa primeira paráfrase da pergunta do título, *Não sei por que tanta surpresa*, o que leva a modalizadores epistêmicos. Essa questão porta uma avaliação que revela o (não) conhecimento das causas da surpresa, aparentemente, pelo produtor. Na realidade, é plausível dizer-se que ele se posiciona diante do que está acontecendo, asseverando contrariamente, isto é, o *Não sei por que tanta surpresa*, equivalendo a *Sei que não há motivo para tanta surpresa*. Conforme Neves (2000), o uso de expressões adverbiais (advérbios ou locuções adverbiais como *É certo que, certamente, sei que*, dentre outros) indica modalização epistêmica. Isso é comprovado porque, além da marca na expressão, sinaliza que o locutor

assevera o fato de não haver nenhuma razão para surpresas. A pergunta, dessa maneira, *esconde* essa afirmação.

Quando se analisa a resposta que se especifica na organização do texto em elaboração, remete-se a informações suplementares, ocorrendo – nessa perspectiva – uma catáfora, isto é, uma remissão da pergunta inicial a uma grande resposta que é o texto como um todo. A caracterização da pergunta assertivo-catafórica (WEINRICH, 1989) dá conta, inicialmente, do fato de que se faz um questionamento que demanda uma informação suplementar ou uma tomada de posição. A resposta detalhada no todo textual em segmentos elaborados com vistas a fundar as bases do posicionamento do produtor é evidente. A localização da pergunta no início do texto é outro indício de que se propõe uma resposta posterior – o texto inteiro – com nuances variadas. As exemplificações do satélite da relação de Preparação e as evidências postas no satélite da relação de Evidência podem significar essas nuances, todas orientadas ao fim de trazer o leitor à crença naquilo que *sabe* e em que *crê* o produtor. Sob um outro ângulo, a pergunta também atua retrospectivamente, se considerarmos que repousa no saber de P (*Eu sei que não há motivo para tanta surpresa*) em relação à asserção que lhe dá base.

No âmbito e na perspectiva da interpretação das relações construídas na organização desse artigo por P, com vistas ao fim que mostra ter como meta (crítica à irresponsabilidade das autoridades monetárias brasileiras), a interrogação inicial pode ser considerada, portanto, como uma assertiva-catafórica e assertiva-anafórica (WEINRICH, 1989). No primeiro caso, há a catáfora, pela resposta que os segmentos informativos textuais oferecem à questão inicial; no segundo, a anáfora, por subjazer à pergunta a asserção epistêmica *Sei que não há motivo para tanta surpresa*, da parte de P. A atuação retro e prospectiva é observada e ratificada.

É, então, aberto o texto, lançada ao leitor a pergunta direta e construída como interrogação parcial, exigindo como resposta muito mais do que um sim ou não (*Por que tanta surpresa?*). O viés epistêmico é indiciado linguisticamente, como se observou, e põe em jogo o grau de conhecimento do autor do artigo de opinião autoral (quando se torna possível parafrasear a pergunta com a asserção: *Sei que não há motivo para tanta surpresa.*). O advérbio *tanta* gradua o nome surpresa. Neves (2000) diz que o uso desse tipo de adverbialização epistemicamente dirigido é estratégico, porque o produtor marca seu dizer com emprego de um ou mais graus do ato de avaliar. Um reforço dessa idéia vem com a observação do uso de *tanta* (ainda na pergunta-título), com caráter de advérbio modalizador delimitador (NEVES, 2000). Com esse advérbio, que carrega uma idéia de limite da intensidade de surpresa no contexto, baseado na perspectiva do produtor, portanto, verifica-se uma gradação no próprio ato de avaliar. Se for verificada a categoria gramatical, *tanto* pode ser advérbio, se indicar *em tão alto grau* ou *de tal maneira*, ao ser empregado em uma dada situação, conforme Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999).

Por outro lado, tendo-se em vista o deôntico como um conjunto de valores norteadores de comportamentos, a pergunta-título também conduz à modalização deôntica em nível discursivo. Nessa instância discursiva, refere a surpresa num mundo criado pelas autoridades para justificar erros cometidos. É nesse sentido que se acentua a não-surpresa que o produtor indica, já que a verdade dos fatos é contrária às falsas expectativas criadas no mundo das autoridades.

A resposta à pergunta, iniciada no satélite da relação de Preparação, segue com um satélite da relação de Evidência, cujo núcleo (N, nas linhas 25 e 26) reafirma a

irresponsabilidade dos administradores e repete o posicionamento do produtor na defesa da *verdade dos fatos*.

O padrão comportamental na perspectiva do comportamento eticamente esperado diante do estado de coisas vigente (deontologia) não admite surpresas como a que ele questiona inicialmente. Dando-se o direito de questionar e inquirir o próprio conhecimento contábil dos administradores, P evidencia sua afirmação com exemplos incontestáveis, conduzindo o leitor a, pela lembrança e compreensão dessas evidências, reconhecer o descontrole administrativo.

Buscando as motivações para ilustrar a discordância do produtor mediante a surpresa que não poderia ocorrer, o articulista revela mais uma incursão epistêmica. Quando fala sobre a ignorância contábil administrativa, exemplificada em abundância na realidade brasileira (linhas 25 a 37), leva a cabo sua crítica. Pode-se dizer que, devido ao caráter direto e parcial ou focalizado de sua pergunta, o autor dá-se estatuto de saber o que há por trás dessa surpresa. Na realidade, do alto de seu saber como tem funcionado a administração pública brasileira, que gasta mal e mais do que tem, tacha governantes e administradores de, no mínimo, ignorantes em matéria contábil.

Essa crítica aparece textualmente no núcleo da relação de Solução, que retoma e preconiza valores atitudinais urgentes de serem seguidos. Por isso, as perguntas das linhas 40 e 41: *Afinal, o que será de todos nós no futuro próximo? Ou será que não precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado?*, vêm, lingüisticamente, em direção à corroboração desta postura ético-moral.

A primeira pergunta apresenta o articulador *Afinal* de feição anafórica, porque retoma a resposta à pergunta-título de forma traduzível assim: *De posse de todas essas evidências, diante de todas essas evidências* ou *em vista de tudo isso*. Logo depois, a pergunta textualmente mostra o sintagma nominal SN [*o que*] *será de todos nós...* (KOCH e VILELA, 2001). Uma configuração de interrogação parcial ou de instanciação conduz o leitor – através de uma possível resposta com uma nominalização (*será o caos, a desgraça, a falência*, por exemplo) – à reflexão ética e moral, que será decisiva ao se julgar a verdade dos fatos, o que remete à modalização no viés *strictu sensu*, ou seja, no mundo dos julgamentos. Argumentativamente, esse ato de levar a *julgar para crer* pode ser realizado com a ação dessa pergunta. Sua força reside na configuração da modalidade frasal interrogativa que começa com um *afinal* e na tipologia de pergunta (parcial) adotada, com a precisão de sentido indicada por *o que*.

A pergunta que segue a primeira questão posta no núcleo da relação de Solução tem característica alternativa em relação à primeira. Diz ***Ou*** *será que não precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado?* É importante marcar o uso do verbo modal *precisamos* do âmbito do dever-fazer. O caráter de convocação vem através dessas perguntas articuladas taticamente no satélite da relação de Solução. Em outras palavras, as alternativas propostas por questionamento expresso nessas duas perguntas, em conexão com o título, expressam a atitude do articulista, seu posicionamento deduzível de tudo que escreveu até então nos segmentos do texto.

O uso do conector ***ou***, segundo Moura Neves (2000, p. 777), marca essa eventualidade ou possibilidade já referida no registro do verbo precisar. Aparece, depois da vírgula, entre palavras, sintagmas, orações ou enunciados, uma alternativa potencial – denominada por

Neves (2000) de alternativa *eventual* – e que, portanto, eventualmente, poderia substituir o segmento anterior. Explicando, o articulador *ou* em ***Afinal, o que será de nós todos no futuro próximo? Ou será que não precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado?*** mostra que, diante das evidências, o futuro terrível que se avizinha pode eventualmente desaparecer por um perdão possível, num contexto da permanência da mentira ou ignorância das autoridades. A pergunta de caráter disjuntivo, segundo Koch (2000, p. 128), indica que a eventualidade faz ambas as alternativas válidas, como possíveis escolhas. No entanto, é necessário lembrar que essa validade, no mundo desse texto, já referenciado, desde o primeiro parágrafo, com a preparação iniciada na pergunta do título, tem um endereço. No caso de ser verdade que *não precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado* (l. 40 e 41), a surpresa mentirosa construída no mundo daqueles que ignoram noções básicas de contabilidade, e até de moral, permanecerá. No caso de seguirem-se, *mais do que na hora* (l. 38) as ações corretas e, nos parâmetros da responsabilidade (a Solução), estaremos exercendo o direito de defesa (l. 43 e 44) da verdade, sem mais surpresas.

Por essa razão, a pergunta alternativa dirige-se argumentativamente a uma resposta negativa, uma vez que – a continuar como está – compactuar-se-á com algo que não é, de fato, moralmente ou deonticamente aceitável. A solução, portanto, mostra, pelo questionamento que aparece, a força persuasiva da pergunta como guia de uma resposta que busca o restabelecimento de um consenso ético (deontico), único capaz de solucionar o caos econômico instaurado. A conclamação à ação salvadora deontica, ocorre, lingüisticamente, em primeiro lugar, na expressão *Está mais do que na hora de ...* (leia-se: *É urgente que ...; É obrigatório que ...; Deve-se urgentemente...*). Essa expressão quer que se compreenda um dever-fazer já na abertura desse último parágrafo. Por essa razão, esse quarto parágrafo, o último do texto, com a colocação das perguntas: ***Afinal, o que será de todos nós no futuro***

próximo? Ou será que não precisamos nos preocupar, pois tudo será perdoado? indica um futuro terrível, se persistir o estado de coisas que os administradores criaram, de acordo com o que se deduz da primeira pergunta. Já a segunda pergunta mostra que P, ao lado do leitor-interlocutor, denuncia a cumplicidade, pela acomodação reinante, com a hipocrisia da surpresa. O fragmento da pergunta *Ou será que não precisamos nos preocupar ...* (linhas 40 e 41) adverte para a anti-ética, em nome da qual a falsa surpresa esconde a aceitação e cumplicidade com a especulação, tão irresponsável quanto a ação dos administradores. A expressão final *... ainda temos o direito de nos defendermos* (linhas 43 e 44) leva a crer que o autor retoma o dever-fazer algo para a salvação tanto da situação econômica quanto da ética e, por vir depois das perguntas, responde-as. O fato de utilizar a expressão *...ainda temos o direito...* (l. 43) atenua esta busca de adesão que o locutor empreende, mas vem justamente com efeito de *dever* (obrigação). O parágrafo final abriga a unidade nuclear da Solução, pois a ação descrita como *mais do que na hora* necessária, resolve o impasse posto no parágrafo anterior que revela o problema grave do descontrole e da irresponsabilidade da administração do País. Pelos indícios textuais, é crível que se afirme que o produtor articula essa solução deonticamente, conforme se comprovou pela análise das questões inseridas na composição dos segmentos textuais apontados.

Outra observação importante é que o produtor modaliza seu discurso *alocutivamente* (CHARAUDEAU, 1992), chamando o leitor e unindo-se a ele, ao registrar: *o Brasil somos nós, e até nós ainda temos o direito de nos defendermos* (linhas 43 e 44). A alocução, essa aproximação que se faz entre produtor e leitor, vem confirmar a solução posta para a questão, ou melhor, a resposta dada à questão do título. O que Neves (2000) aponta como modalidade *habilitativa* é expresso com clareza nesse período, ou seja, *ainda temos o direito de...* revela a capacidade que P reaviva em L para que a solução seja realizada.

Nota-se, integrando todas essas constatações, a união de enfoques que perpassam discursivamente o texto, ensejando a construção do artigo de opinião autoral na perspectiva de seu fim ilocutório da crítica à irresponsabilidade de governantes. Essa construção do gênero orienta-se a uma deontologia, ou melhor, defende um código de valores que é consenso tanto para o produtor como para o leitor. O locutor, utilizando-se de perguntas, cria um universo discursivo aproximado linguisticamente de uma conversa e – de início – envolve o leitor. Este, em busca da causa de uma surpresa (título), vai se envolvendo na rede do texto, desde a preparação, passando pelas evidências e situando-se em meio a um problema que exige solução.

O questionamento é crucial na construção da argumentatividade textual. Se Perelman e Tyteka (2002) afirmam que a idéia de auditório está presente para um produtor textual e que esse produtor procede verbalmente concretizando uma ação argumentativa, a pergunta evidencia seu papel nessa ação. Ao associar perguntas com a relação de Solução, por exemplo, essa ação se apresenta efetivamente argumentativa, visto que, dado um problema numa unidade satélite, as perguntas, em N (no último parágrafo), buscam a participação do leitor, no sentido de conduzir a um julgamento que considere que o que P diz é verdade. O chamado ao leitor, enfatizado claramente na alocação no final do artigo de opinião autoral, evidencia uma macroação de alertar o interlocutor para o cumprimento desse código deôntico. É evidente, e por isso passível de crença, que deveres e direitos conjugados (releia-se o parágrafo final (N), no qual se colocam as interrogações) constituirão a solução para a situação do país. Do ponto de vista da análise desta dissertação, as microações de apresentar, exemplificar, preparar, evidenciar, problematizar e propor solução compõem a macroação de

alertar e arregimentar o leitor para o cumprimento do que deve ser feito, a fim de sanar essa surpresa que é só aparência, máscara da omissão e da acomodação.

É essa, enfim, a marca caracterizante do gênero artigo de opinião autoral. O texto como unidade lingüística e comunicativa, que opera no mundo da opinião, em que o caráter é o do plausível, do discutível, carrega a estratégia para que a crítica seja aceita. Essa estratégia, no gênero que se focaliza, envolve a organização de um plano de texto que comprove, mediante mobilização epistêmico-deôntica, a opinião (crítica) lançada. Preparação e evidências recheadas por um uso de perguntas pontualmente localizadas – no título e na unidade informativa de solução – marcam este artigo de opinião autoral como produto de escolhas atuantes no agir argumentativo e definidoras do gênero. Esse gênero se constrói, reconhecidas as escolhas retóricas indicadas sob o foco desta análise, na direção do fazer-criar.

Neste artigo de Salézio Dagostin, um dever-fazer se constrói e se institui para validar a opinião do produtor. Ao finalizar o artigo, produtor e leitor aparecem como co-participantes: ... *o que será de todos nós* (l. 40); *será que não precisamos* (linhas 40 e 41) e a crítica à atitude de administradores e governantes, fim ilocutório deste artigo, tem maior probabilidade de ser julgada e aceita pelo leitor. As respostas a que este é levado, com o uso da pergunta título, que prepara o caminho das evidências, conduz a alternativas de solução para um problema posto por intermédio da exposição dessas evidências. As respostas que se apontam (em sentido textual e discursivo) levam ao sucesso da estratégia de P.

7.2 Texto 2 – Conversão Mal Resolvida

1 Princípios e produtos, foi uma interessante alternativa colocada pelo
2 ministro Celso Amorim, neste périplo do presidente Lula por alguns países
3 árabes. A julgar pela coerência da diplomacia brasileira, poderíamos traduzir
4 essa colocação dizendo que se trata de mais um lance da atual demagogia
5 governamental. A “cidadania” deveria ser tratada com mais respeito!

6 A atual viagem foi apresentada como sendo de abertura de novos
7 mercados, voltada, portanto, para a venda de “produtos”. Os princípios
8 pareciam ter sido abandonados, pois, dentre os países escolhidos, destacam-se
9 dois, que têm um longo prontuário de violação sistemática de direitos humanos,
10 eliminação da oposição, atentados terroristas e governos ditatoriais: Síria e
11 Líbia. Nesses países, nenhuma palavra foi publicamente dita sobre esses
12 “princípios”. Outros “princípios” foram, no entanto, proclamados, por
13 coincidência voltados contra os EUA e Israel.

14 A diplomacia, como a política, se caracteriza pelo uso de símbolos.
15 Durante a etapa Síria, o presidente Lula fez uma declaração de “princípios”,
16 acoplada com a venda de “produtos”. No que diz respeito aos princípios,
17 defendeu a retirada das tropas americanas do Iraque, postulando a pretensão
18 brasileira de participar da reconstrução desse país por nossas empresas de
19 engenharia e construção. Advogou ainda pela desocupação israelense dos
20 territórios palestinos, sem tocar nos ataques terroristas de grupos que visam
21 pura e simplesmente à destruição do Estado hebreu.

22 O dado interessante é que o presidente tenha utilizado a Síria como base
23 desse tipo de declaração, pois esse país é governado por uma ditadura
24 hereditária, que se tem caracterizado pela eliminação sistemática de seus
25 opositores. As liberdades de expressão, de imprensa, de organização sindical e
26 partidária não fazem parte do vocabulário desses dirigentes. Além do mais, a
27 Síria ocupa militarmente o Líbano, tendo-o tornado um protetorado seu. Ora,
28 quando o governo americano anunciou que o Brasil estava excluído da lista dos
29 países habilitados para a reconstrução do Iraque, a nossa diplomacia teve um
30 súbito acesso de “princípios”. Ela não abdicaria de seus princípios! Quais
31 afinal?

32 Não apenas contente com ter tornado ainda mais difícil a participação
33 brasileira na reconstrução do Iraque, nosso presidente e sua comitiva se
34 dirigiram para um Estado pária da comunidade internacional: a Líbia. O seu
35 ditador, Muhamad Kadafí, é um dos mais sanguinários tiranos existentes no
36 planeta. Ele eliminou sistematicamente a oposição, tanto no seu país, como a
37 perseguiu implacavelmente nos países europeus. Nenhuma forma de liberdade
38 existe naquele país. Imbuído de sua “liderança”, pensou, num determinado
39 momento, que não haveria limites para a sua “revolução islâmica”. Passou a
40 explodir aviões pelos céus da Escócia e da África. Seus ataques terroristas
41 destruíram um avião da Pan Am, com 271 civis, em 1988 e um outro de uma
42 companhia francesa. As autoridades desses atos terroristas foram cabalmente
43 provadas, dando lugar inclusive à indenização recente das vítimas, depois de
44 longas negociações conduzidas pela ONU, pelos EUA, pela Inglaterra e pela
45 França.

46 Foi então, nesse país, que a diplomacia brasileira decidiu reafirmar os
47 seus “princípios”. Os meios de comunicação reportaram os abraços calorosos
48 entre nosso presidente e o ditador. A pauta básica, segundo relatos da imprensa,
49 foi política, bem ao gosto daqueles que se comprazem em ter um inimigo
50 comum, na ausência de políticas concretas para os seus próprios povos, que
51 poderiam se traduzir por um maior incremento das trocas comerciais. Por
52 exemplo, o presidente tem tempo para ir à Síria e à Líbia, porém não teve
53 agenda para ir à Arábia Saudita. Outro exemplo mais esclarecedor. Nosso
54 presidente não encontrou ainda tempo para ir ao Japão, uma das maiores
55 economias do planeta e nosso tradicional parceiro comercial. Ou será que o
56 Japão não é importante? Ou esse país não entra na pauta dos nossos “princípios
57 e produtos”?

58 Nada ocorre ao acaso numa viagem diplomática, rigorosamente
59 organizada. Símbolos falam por si mesmos. Uma mesa de jantar reuniu nosso

60 presidente, o ditador Kadafi, Daniel Ortega, líder sandinista, e Ben Bella, líder
 61 argelino que terminou preso por seus companheiros de armas e luta, agora,
 62 paradoxalmente, contra o “neoliberalismo”. Instado a esclarecer o porquê dessa
 63 participação, Lula teria respondido que ele não abandona os “amigos”. Castro e
 64 Chaves são também amigos. Cabe a pergunta: por que um número tão
 65 expressivo de ditadores e revolucionários está entre os seus amigos? Não
 66 haverá algo estranho aqui?

67 Esse último périplo bem mostrou o emaranhado em que está metida a
 68 atual política externa brasileira. Poderíamos suscitar a seguinte questão: estará
 69 ela mais voltada para o público externo ou para o interno? Os alegados
 70 princípios são contraditórios quando confrontados com outros princípios e
 71 incoerentes com a prática adotada. Os produtos são mal vendidos. A retórica de
 72 cunho ideológico ganha a cena, tudo relegando a uma posição secundária. Ora,
 73 a razão dessa postura parece residir numa causa interna, a saber, as contradições
 74 internas do PT. Como a política macroeconômica se caracteriza por uma súbita
 75 conversão ao neoliberalismo, tornou-se necessário criar uma válvula de escape
 76 que dê vazão às insatisfações internas do partido. O Brasil padece dos
 77 problemas de uma conversão mal resolvida. Onde está a confissão?
 (ROSENFELD, Denis Lerrer. O Globo, 15/12/2003)

7.2.1 Análise do Texto 2

O texto *Conversão Mal Resolvida* apresenta, na tabela feita pelo O.R.T.O. (Anexo E), os segmentos textuais analisados e considerados, pelos parâmetros já indicados, como: unidade nuclear constituída pelo parágrafo 1, unidade satélite da relação de Justificativa (parágrafos 2 a 7) e unidade satélite da relação de Avaliação (parágrafo 8), cuja unidade nuclear se encontra nos parágrafos 1 a 7. É um texto longo, conforme se verifica, composto por 8 parágrafos, com uma unidade nuclear da relação de Justificativa na abertura (primeiro parágrafo) e outra unidade nuclear da relação da Avaliação constituída pelos parágrafos 1 a 7. Transcreve-se a unidade nuclear 1, para facilitar entendimentos: *Princípios e produtos, foi uma interessante alternativa colocada pelo ministro Celso Amorim, neste périplo do presidente Lula por alguns países árabes. A julgar pela coerência da diplomacia brasileira, poderíamos traduzir essa colocação dizendo que se trata de mais um lance da atual demagogia governamental. A ‘cidadania’ deveria ser tratada com mais respeito* (linhas 1 a 5).

Esse segmento nuclear já apresenta o fim discursivo indicado pela leitura do texto: crítica à condução da diplomacia brasileira no atual governo. Um satélite da relação de Justificativa inicia no segundo parágrafo, logo após o núcleo, e leva a crer que o autor busca uma inclinação maior do leitor para aceitação do que diz. O produtor revela, com isso, que percebe a possível discordância com relação ao que afirma no primeiro parágrafo (N = afirmação da existência de demagogia governamental por parte do ministro Celso Amorim, quando disse que o périplo do presidente Lula por alguns países árabes se devia às razões de *princípios e produtos*). A utilização dessa ação de justificação nos parágrafos 2 a 7 demonstra, em princípio, o fato de que o articulista sabe dessa possível discordância e tem a preocupação de apresentar uma base justificatória criteriosa, capaz de conduzir o leitor à aceitação da idéia (N) lançada na abertura do texto. Por conseguinte, o efeito da justificativa recai no segmento nuclear, consolidando a relação justificativa/núcleo.

Conforme o que se estudou em Perelman e Tyteka (2002), a noção de *fato* é caracterizada pela idéia que se faz sobre certos acordos, sobre certos dados. Em outras palavras, perante a possível controvérsia, o produtor textual trabalha uma estratégia como essa que faz um caminho de justificativas orientando o leitor à avaliação final, de forma que, no fechamento do texto, esteja totalmente envolvido. Listam-se em itens, para facilitar a compreensão da análise, as justificativas apresentadas em cada parágrafo posterior à unidade nuclear já transcrita: (i) no parágrafo 2, a justificativa revela atual viagem como de abertura de novos mercados, para venda de *produtos*, mas *princípios* parecem abandonados em virtude de dois países visitados serem exemplos claros de violação de princípios propalados; (ii) no parágrafo 3, a justificativa retoma os dois países citados no segmento anterior, a Síria e a Líbia, onde o presidente declarou *princípios e produtos*, referindo-se à retirada de tropas americanas do Iraque e postulando a pretensão brasileira de participar da reconstrução

daquele país, além de advogar pela desocupação israelense dos territórios palestinos (omitiu terrorismo e destruição do Estado hebreu); (iii) no parágrafo 4, a justificativa registra que o presidente brasileiro declarou tudo o que aparece no parágrafo anterior em território da Síria, exemplo de país conhecido por sua ditadura hereditária, acostumada a eliminar opositores, por ocupar militarmente o Líbano e por ignorar, no seu glossário, liberdades de imprensa e de expressão e de organização sindical e partidária; (iv) no parágrafo 5, a justificativa contém relato de ações sanguinárias na Líbia de Muhamad Kadafi, que eliminou sistematicamente opositores, liderou revolução islâmica, explodiu aviões na Escócia e África, entre outras comprovadas ações similares; (v) no parágrafo 6, a justificativa que o produtor registra dá conta de que, na Líbia de Kadafi, nossa diplomacia reafirmou princípios, com o presidente visto em abraços calorosos com o líder líbio, mas não tendo agenda para ir à Arábia Saudita nem ao Japão; (vi) no parágrafo 7, a justificativa de P indica que símbolos falam por si mesmos, ao descrever uma mesa de jantar com nosso presidente, o ditador Kadafi, Daniel Ortega (líder sandinista), Ben Bella (líder argelino que terminou preso por companheiros, atual lutador contra o *neoliberalismo*). Nesse segmento, P relata que o presidente dissera, referindo-se aos componentes da mesa, não abandonar os *amigos...* (como também o são, cita o articulista, Castro e Hugo Chaves). Pois bem, dados os tópicos principais dos parágrafos do satélite da relação de Justificativa, pode-se dizer que o produtor os utiliza como elementos justificatórios do que afirmou sobre o desrespeito à cidadania e do que rotulou de lance demagógico, expresso no parágrafo nuclear 1.

A demonstração de que essa ação justificatória tem endereço preciso é a avaliação apresentada no fechamento deste artigo de opinião autoral. Faz sentido reconhecer e ratificar que o satélite da relação de Avaliação (parágrafo final, o de número 8) diz que a política externa brasileira sofre o mal de princípios contraditórios em relação a outros princípios e

mostra incoerência na prática adotada. As contradições do PT, seguindo essa avaliação posta no artigo, transparecem na retórica ideológica, detectando uma conversão mal feita ao neoliberalismo. É perceptível, portanto, que a farta justificação anterior à avaliação (do parágrafo 1 ao 7), além de se dirigir a N, no parágrafo 1, em relação ao qual apresenta evidências que apóiam do direito de P dizer N, desempenha também um outro papel relacional, que é o de apresentar uma situação sobre a qual é realizada uma avaliação. A situação descrita, neste artigo de opinião autoral, nos parágrafos de 1 a 7, dá base firme para que P expresse, afinal, a sua avaliação, compondo a sua opinião. Afinal, nessa relação N-S, o satélite apresenta um comentário avaliativo em determinado grau, em relação a N. Nesse artigo, o satélite da relação de Avaliação assim aparece textualmente: *Esse último périplo bem mostrou o emaranhado em que está metida a atual política externa brasileira. Poderíamos suscitar a seguinte questão: estará ela mais voltada para o público externo ou para o interno? Os alegados princípios são contraditórios quando confrontados com outros princípios e incoerents com a prática adotada. Os produtos são mal vendidos. A retórica de cunho ideológico ganha a cena, tudo relegando a uma posição secundária. Ora, a razão dessa postura parece residir numa causa interna, a saber, as contradições internas do PT. Como a política macroeconômica se caracteriza por uma súbita conversão ao neoliberalismo, tornou-se necessário criar uma válvula de escape que dê vazão às insatisfações internas do partido. O Brasil padece dos problemas de uma conversão mal resolvida. Onde está a confissão?* (linhas 67 a 77)

No texto *Conversão Mal Resolvida*, as perguntas aparecem no satélite da relação de Justificativa, nos parágrafos 4, 6 e 7, sempre no final, isto é, como encerramento desses parágrafos. Também aparecem perguntas no satélite da relação de Avaliação, no parágrafo final, nas linhas 64,65 e 66, e no último período desse parágrafo e do texto, na linha 77.

Resumindo e acentuando, o articulista inicia seu texto informando que houve um lance demagógico por parte do ministro Amorim e demonstra perceber a possível controvérsia, legitimando seu direito de assim escrever, com as justificativas numa unidade informativa justificatória. Isso posto, retoma-se a figura do leitor-analista, que realiza combinações interpretativas de acordo com o fim a que se dirige o texto analisado. Na esteira dessa visão, é verossímil afirmar que o locutor opta por empregar essa estratégia da justificação, a partir da idéia de que dessa forma fundamenta o direito de dizer N. Ressalta-se o bloco de parágrafos de 2 a 7 elaborado com esse fim, ou seja, essa unidade adquire um sentido específico (é o ato de justificar) no todo textual, em vista do fim discursivo a que se propõe P (crítica à condução da diplomacia brasileira).

No corpo deste satélite da relação de Justificativa, ainda interessantes achados surgem. No 2.º parágrafo, há o relato da visita a dois países violadores de direitos humanos, a Síria e a Líbia, denotando, segundo o autor do artigo, o abandono dos princípios propalados por Amorim como motivação para relações do Brasil com esses países. O articulista apresenta fatos, contrapondo-se à razão da viagem por *princípios*. Um dos fatos citados é a ação do presidente proclamando *princípios* para vender produtos em países como a Síria e a Líbia (países conhecidos por sua prática de eliminar opositores ao seu governo). Esse acontecimento é relatado no 3.º parágrafo, no qual as ações e as falas governamentais contrariam princípios internacionalmente aceitos e consensuais de comportamento. O agravante, cita ainda o articulista, ocorre por ter havido, também, defesa – em terra síria – da desocupação israelense dos territórios palestinos, ignorando terrorismo praticado pelos sírios contra hebreus. (*O dado interessante é que o presidente tenha utilizado a Síria como base desse tipo de declaração, pois esse país é governado por uma ditadura hereditária, que se*

tem caracterizado pela eliminação sistemática de seus opositores, nas linhas 22 a 25). Tudo isso se contrapõe, mais uma vez, ao tema *princípios*, que é acoplado – como razões da viagem presidencial – ao foco *produtos*. Dessa forma, a informação dada inicialmente (N) encontra amparo nessa justificativa e já constitui a estratégia do produtor para o fazer-creer no que diz.

No final 4.º parágrafo, após esta longa e descritiva justificativa – com base nas palavras *princípios/produtos* – ocorre, então, a pergunta. Ela aparece antecedida por uma exclamação que marca ironia, em oposição ao argumento em favor da viagem presidencial. Eis a pergunta, em negrito, contextualizada em um fragmento deste parágrafo: *Ora, quando o governo americano anunciou que o Brasil estava excluído da lista dos países habilitados para a reconstrução do Iraque, a nossa diplomacia teve um súbito acesso de “princípios”. Ela não abdicaria de seus princípios! **Quais afinal?*** (l. 27 a 30)

A questão fecha o parágrafo 4, revelando que – segundo a declaração do presidente brasileiro – a diplomacia não *abdicaria de seus princípios!*, quando fora negada ao Brasil, pelos Estados Unidos, a habilitação para participar da reconstrução do Iraque. O produtor do artigo, numa explícita posição de crítico, em vista do paradoxo que se faz entre a atitude e a declaração do governante brasileiro, encerra o parágrafo com uma pergunta de instanciação: ***Quais afinal?***

A pergunta de instanciação ou parcial é aberta pelo especificador nominal *Quais*. Este especificador é seguido por um *afinal* (linha 30), que confirma a atitude de indignação e de busca de uma resposta clara e coerente com o verdadeiro significado da palavra *princípios*. O pronome interrogativo nessa pergunta de instanciação é direto, já que persegue uma lista explícita dos princípios alegados. A demanda exigida por esse tipo de pergunta iniciado pelo

interrogativo *Quais* incita uma resposta clara e que especifique e enumere os princípios, para que se possa, finalmente, verificar se houve ou não um lance demagógico na declaração. Pela localização da pergunta, após uma longa exemplificação justificatória de incoerências nos atos do governo, a parcialidade da questão enfatiza de forma incisiva a crítica a um tratamento desrespeitoso da cidadania. O *afinal* indica *finalmente*, indiciando a urgência do esclarecimento que a pergunta convocatória exige. O valor argumentativo da questão se faz, à medida que a justificativa dela se serve para validar o informado em N.

Em outras palavras, ao perguntar *Quais afinal*, o produtor convoca o leitor para esclarecer – *afinal* – que tipo de princípios são esses. Explicando o que subjaz a essa pergunta, mobilizam-se os saberes que dão base a questões. Já na metade do artigo, o articulista Denis Lerrer Rosenfield demonstra sua intenção que é, realmente, provar, a quem discordar possa, a verdade de sua informação (neste momento do texto) e fundar (com os demais elementos da justificação que seguirão) a solidez de sua avaliação. A pergunta cumpre seu papel arregimentador e imperativo na direção de uma resposta direta. A resposta direta exigida pelo produtor sobre *quais afinal* são os princípios visa a consolidar a eficiência da justificativa elaborada neste 4.º parágrafo. Ao trazer a pergunta, o autor mobiliza saberes comuns entre os interlocutores, apela ao epistêmico, que pode ser associado à modalidade interrogativa, à medida que, enfim, esclarece esses saberes.

O próprio universo de referência deste artigo implícita que cada leitor sabe de antemão (e este é um cálculo que se pode dizer que o autor do artigo faz) o que significa o valor ético e moral da palavra *princípios*.

Também o *afinal*, antes já chamado de morfema fático na perspectiva de Weinrich (1989), é estudado por Ingedore Koch (2000). Ele acaba por se transformar em importante pista de observação nessa pergunta. Koch (2000, p. 192) exemplifica esse advérbio em uma análise de texto, considerando-o advérbio atitudinal. No (con)texto de *Conversão Mal Resolvida*, pode-se crer que a presença desse advérbio em uma pergunta num segmento de justificação também leva a isso. Em resumo, o *afinal* encaminha a uma resposta definitiva e conclusiva absolutamente urgente, para que se possa – finalmente – fazer valer a verdade dos fatos. A operação cognitiva que deriva dessa simples pergunta ratifica sua importante função argumentativa, pois o leitor é praticamente alçado por essas duas palavras de uma pergunta de instanciação para definir algo de que depende todo o procedimento de justificação e, globalmente, de opinião do produtor. Se forem listados os princípios adequadamente, a justificativa estará cumprindo seu papel. O produtor sabe disso, o que lembra o caráter do questionamento (CHARAUDEAU, 1992) como um recurso argumentativo e não apenas considera o emprego de uma frase interrogativa como algo que o produtor lança na busca pura e simples de uma resposta desconhecida. Comprova-se, nessa questão, que ele sabe muito bem a resposta, e mais, sabe que o leitor também a conhece e que, nesse conhecimento, alcançará a adesão que objetiva.

Seguindo adiante no artigo, o articulista ainda constrói sua opinião, nas linhas 32 a 45, com novo exemplo a respeito da Líbia do ditador sanguinário Muhamad Kadafí. Nessas linhas, o produtor expõe um exemplo de contraliderança. O 5.º parágrafo detalha atos terroristas desse ditador e reafirma o erro da viagem do presidente Lula a mais um país *pária da comunidade internacional* (linha 33). Aliás, inicia o parágrafo 5 com: *Não apenas contente com ter tornado ainda mais difícil a participação brasileira na reconstrução do Iraque, nosso presidente e sua comitiva se dirigiram para um Estado pária da comunidade internacional: a*

Líbia. Após, descreve os atos sanguinários do ditador e governante desse país, Muhamad Kadafi.

O 6.º parágrafo relata que – na Líbia – a diplomacia brasileira reafirma... seus princípios. Literalmente, e com aspas intrigantes na palavra *princípios*, diz o autor: *Foi, então, nesse país que a diplomacia brasileira decidiu reafirmar seus “princípios”*. *Os meios de comunicação reportaram os abraços calorosos entre nosso presidente e o ditador* (linhas 44 a 46). Esse parágrafo também funciona como satélite da relação de Justificativa que segue até o parágrafo seguinte, o 7.º. A pergunta do final do segmento do parágrafo 4 (*Quais afinal?*), note-se, permanece na mente do leitor com sua urgência de resposta, agora diante do exemplo da relação diplomática com a Líbia de Kadafi.

O autor fala do incremento das trocas comerciais que se restringiu a esses dois países (Síria e Líbia), aparecendo, no final do parágrafo 6, um grupo de perguntas: *... o presidente tem tempo para ir à Síria e à Líbia, porém não teve agenda para ir à Arábia Saudita. Outro exemplo mais esclarecedor. Nosso presidente não encontrou ainda tempo para ir ao Japão, uma das maiores economias do planeta e nosso tradicional parceiro comercial. **Ou será que o Japão não é importante? Ou esse país não entra na pauta dos nossos “princípios e produtos”?*** (linhas 49 a 54) Essas perguntas apontam outros parceiros comerciais para o Brasil. Os parceiros citados seguem os princípios cujo teor, na conversão adequada das palavras *princípios/produtos*, seria lógico, correto e coerente com o universo deontologicamente construído na sociedade em que estão produtor e leitor desse artigo de opinião autoral.

No corpo do parágrafo 6, o autor do artigo cita que a Arábia Saudita foi deixada fora desta viagem, bem como o Japão, tradicional parceiro comercial do Brasil. A pergunta alternativamente posta é: ***Ou será que o Japão não é importante? Ou esse país não entra na pauta dos nossos “princípios e produtos”?*** (linhas 53 e 54).

Nos estudos sobre o valor argumentativo da relação de disjunção, representada nessas perguntas com o uso do **ou**, Koch (2004, p. 70) registra que essa relação pode ser tanto de tipo lógico quanto de tipo discursivo. Observa-se que esse **ou** entre as duas perguntas não apresenta exclusão de uma delas. É preciso acrescentar que as duas alternativas, e negativamente construídas, são somadas para dar valor argumentativo à idéia afirmativa de que o Japão é importante para nossas relações comerciais e entra na pauta de *princípios e produtos*.

Os encadeadores de tipo discursivo, conforme Koch (2004, p. 71), estruturam enunciados textuais sucessivos, correspondendo a atos de fala distintos. A autora exemplifica que são enunciados diferentes por poderem ser apresentados sob forma de dois períodos e por poderem ser proferidos por diferentes locutores. O nome de encadeadores de discurso vem dessa possibilidade de encadeamento orientado argumentativamente. Isso se pode perceber no questionamento do final do parágrafo 6, porque ambas as perguntas começam por **ou**, incluem negação, mas não negam e nem são apenas alternativas. Pode-se dizer, sim, que são perguntas retóricas, ou seja, com respostas já dadas pela situação textual em que surgem. A primeira afirma que o Japão é um parceiro realmente importante ao comércio do Brasil (*Ou será que o Japão não é importante?*, linha 53); e a segunda pergunta (*Ou esse país não entra na pauta dos nossos “princípios e produtos”?*, linha 54) motiva essa asserção, indicando a adequação desse país à pauta brasileira de comércio por *princípios e produtos*.

Ingedore V. Koch (2004, p. 72) apresenta a disjunção argumentativa como uma disjunção de enunciados resultantes de atos de fala distintos, sendo o segundo uma provocação ao leitor com o fim de levá-lo a mudar de opinião ou a aceitar a opinião que é dada. Assim, nem negação nem pergunta são o que parecem ser. Há, na realidade, uma segunda pergunta que é causa do que se afirma na primeira. Essa primeira busca o porquê de não se incrementar comércio com o Japão, o que é respondido com a segunda alternativa, visto que, *se* ele entra na pauta de princípios, *então* é um parceiro excelente. Moura Neves (2000) anota que o emprego de verbos no presente e expressões como *será que ...*, conjugadas em frases com alternativas *ou*, são exemplos de apelo epistêmico. Nesse caso (*Ou será que o Japão não é importante? Ou esse país não entra na pauta dos nossos “princípios e produtos”?*), o locutor, em plena construção justificatória, questiona se o interlocutor não sabe disso.

O ponto alto nesse satélite da relação de Justificativa constrói-se nessas perguntas, uma vez que há uma gradação desde a primeira pergunta que aparece no parágrafo de fechamento do primeiro exemplo (Líbia), buscando, na cooperação com o leitor, esclarecer *Quais afinal são os verdadeiros princípios?* Progredindo no raciocínio por intermédio do qual conduz o leitor, o articulista agora – novamente – utiliza as perguntas de forma a provar a adequação dos países *esquecidos* às razões que o ministro Celso Amorim indicou para a viagem presidencial. Questiona de forma incisiva, e as perguntas imprimem um ritmo ao texto, fazendo o leitor parar para responder à questão/ aceitar o que é dito, e seguir se envolvendo na rede argumentativa. O fato de questionar os valores implícitos e declarados por um membro do governo toca valores relativos ao saber, instaurando uma dúvida quanto ao saber fazer diplomacia. E mais: as perguntas alternativas corroboram essa idéia e abrem

caminhos para uma espécie de captura do leitor. O leitor é conduzido, por meio das questões propostas, à compreensão e consolidação das justificativas e à tomada de uma atitude perante o que é proposto como núcleo (N) textual.

É importante lembrar também que o processo de decisões do locutor funda parâmetros deônticos do texto em estudo. Isso se apresenta já quando o articulista emprega a palavra princípios entre aspas e denuncia a falsidade e o desrespeito para com a cidadania. No primeiro parágrafo, é identificada a idéia nuclear e apontado o fim ilocutório do artigo: a crítica à condução da diplomacia brasileira. Percebe-se que a ação justificatória dirige sua atuação argumentativa, portanto, a esse fim e que a crítica faz emergir não só uma reflexão sobre o *saber quais princípios*, mas também sobre o dever fazer valer os princípios verdadeiros.

Seguindo o artigo, no parágrafo 7, novamente, perguntas fecham o relato feito sobre amigos do presidente brasileiro, todos (re)conhecidos ditadores de armas e lutas. E a pergunta empregada é caracteristicamente chamada *pergunta de instanciação* ou *interrogação parcial*, agora com um *por que* inicial. O morfema interrogativo de valor adverbial questiona uma circunstância de causa: *Nada ocorre ao acaso numa viagem diplomática, rigorosamente organizada. Símbolos falam por si mesmos. Uma mesa de jantar reuniu nosso presidente, o ditador Kaafi, Daniela Ortega, líder sandinista, e Ben Bella, líder argelino que terminou preso por seus companheiros de armas e luta, agora paradoxalmente, contra o “neoliberalismo”. Instado a esclarecer o porquê dessa participação, Lula teria respondido que ele não abandona os “amigos”. Castro e Chaves são também amigos. Cabe a pergunta: **Por que um número tão expressivo de ditadores e revolucionários está entre seus amigos? Não haverá algo de estranho aqui?** (linhas 58 a 66).*

Mediante todos os fatos e relatos, o autor – inclusive – antes destas duas perguntas do final do 7.º parágrafo, afirma, evidenciando o uso de um rótulo prospectivo metadiscursivo: *Cabe a pergunta* (linha 64). Essa ação comprova que a primeira é – de fato – pergunta na acepção tradicional de modalidade de frase que pede resposta desconhecida. A segunda é caracteristicamente uma pergunta retórica.

A pergunta iniciada pelo *por que* coloca em questão o propósito do produtor que é solicitar as causas da presença desse tipo de amigos em jantares diplomáticos que ocorreriam segundo a pauta *princípios e produtos*. É uma questão do tipo parcial ou de instanciação em vista das causas que demanda. É perceptível a inserção da pergunta ao final de mais um exemplo justificatório da má condução diplomática brasileira, intensificando – no interior do satélite da relação de Justificativa – a crítica. O efeito da relação entre os segmentos N-S é enfatizado quando se posiciona uma demanda de causas, especificamente, dessas relações diplomáticas efetivas tão distantes das falas governamentais que as explicam.

A pergunta que segue (*Não haverá algo de estranho aqui?*, (linhas 62 e 63) revela uma atitude que é modalizada no sentido de: *Penso/Creio que há algo de estranho aqui*. Este posicionamento epistêmico, ou seja, relativo a um *saber que* pertence ao questionador. Esse saber faz parte de seu mundo de crenças e é tanto fundamental como característico no texto do gênero, tendo-se, nesta análise, uma primeira constatação. É uma pergunta retórica, visto que sua função básica é a de não necessitar de fato uma resposta do interlocutor, mas de reafirmar uma certeza do articulista, em relação ao fim discursivo que veicula através de seu texto. Em outras palavras, o autor assevera a estranheza da presença dos amigos ditadores em relações

diplomáticas estreitamente ligadas às palavras *princípios e produtos*, ressaltando, com essa pergunta numa justificativa, a validade de sua crítica a uma incoerente diplomacia brasileira.

A pergunta retórica, definida por Weinrich (1989) como uma “categoria particular de questões”, tem uma resposta em si mesma. A direção da atenção e da expectativa faz com que o interlocutor perceba que o autor da questão lhe pede uma resposta justamente em nível atitudinal, ou seja, de aprovação, como ocorre neste caso. Visto que, numa questão retórica, continua Weinrich, o questionador refere-se expressamente a fatos supostamente comuns e conhecidos pelo interlocutor, quer também indicar a este uma insuficiência de saber, visando a um sinal de aceitação. Poder-se-ia dizer que, ao remeter, com a pergunta, a uma asserção, o questionador objetiva a instauração de seu saber. Além desse fato, a negação posta na construção da frase interrogativa conduz arditamente a uma resposta positiva. Promove uma abertura à avaliação que virá depois na seqüência textual, em vista dos valores mobilizados no decorrer da justificativa. Quanto ao fato de Harald Weinrich (1989) registrar que, numa pergunta retórica, o questionador pode até mesmo referir-se à insuficiência de seu saber, também isso é verdade. Veja-se que a questão aparece num final de justificativa em que produtor quer legitimar, pela justificativa, seu direito de enunciar o texto. Por que não quereria legitimar definitivamente seu direito de expressar a avaliação mediante uma questão retórica na qual, como articulista mesmo, se faz a pergunta para assegurar-se de subseqüentes posicionamentos?

No interior de uma mídia que autoriza o produtor textual a se posicionar perante fatos do noticiário diário, Rosenfield coloca-se na direção de seu fim ilocutório. Seu *saber*, inicialmente posto com o fim de criticar a condução da diplomacia brasileira, se elabora a

partir da atenta observação da fala do ministro Amorim e dos eventos diplomáticos brasileiros reportados.

A pergunta retórica *Não haverá algo de estranho aqui?*, no viés das pistas que se consideram como os parâmetros desta análise, serve de ponte para a abertura, no texto – em seus encaminhamentos finais - de um satélite da relação de Avaliação. A negação, em realidade, é uma afirmação da estranheza dos fatos, que tanto fecha um segmento de justificação quanto abre uma posição avaliativa conclusiva do artigo de opinião autoral. Em relação ao núcleo (N, do 1.º ao 7.º parágrafo), com a apresentação da situação, constrói-se o comentário (palavra explicativa da RST para a ação que P realiza no satélite da relação de Avaliação). A observação avaliativa é encaixada num último parágrafo. Sendo explicitamente avaliativa, abre-se o parágrafo com: *Esse último périplo **bem** mostrou o emaranhado em que está metida a atual política externa brasileira.* (l. 67 e 68) E segue, novamente, uma pergunta: ***Poderíamos suscitar a seguinte questão: estará ela mais voltada para o público externo ou para o interno? Os alegados princípios são contraditórios quando confrontados com outros princípios e incoerentes com a prática adotada. Os produtos são mal vendidos. A retórica de cunho ideológico ganha a cena, tudo relegando a uma posição secundária. Ora, a razão dessa postura parece residir numa causa interna, a saber, as contradições internas do PT. Como a política macroeconômica se caracteriza por uma súbita conversão ao neoliberalismo, tornou-se necessário criar uma válvula de escape que dê vazão às insatisfações internas do partido. O Brasil padece dos problemas de uma conversão mal resolvida. Onde está a confissão?*** (linhas 68 a 77).

O advérbio *bem* (*Este último périplo **bem** mostrou o emaranhado em que está metida a política brasileira*), listado em gramáticas como advérbio de modo, igualmente apresenta

efeito de intensidade (NEVES, 2000, p. 237). A asserção anterior à colocação da pergunta *Poderíamos suscitar a seguinte questão: estará ela mais voltada para o público interno ou externo?*, com o efeito de intensificação anteriormente dado pelo advérbio *bem*, funda bases para essa questão. É mais um rótulo prospectivo metadiscursivo, pois remete à questão que vem após sua inscrição no texto. Também o que Weinrich (1989) identifica como uma questão assertivo-anafórica é ilustrado nessa pergunta com muita precisão. A relação entre aquilo que é asseverado e intensificado pelo advérbio *bem* e a pergunta, que suscita intenção de definir a tendência da política externa brasileira, amarra-se nessas construções e encontra força argumentativa mediante o questionamento feito. O locutor até utiliza o verbo no tempo futuro do pretérito (*poderíamos*), uma aspectualização que denota uma possibilidade que se abre perante a clareza da situação de emaranhado em que se encontra, segundo o texto, a atual política externa brasileira. O verbo a seguir (*estará*), já no futuro do presente, pode ser lido em paralelo como *Será que...*, evidenciando apelo epistêmico. Busca o *saber* a verdadeira posição da política externa brasileira que afirma algo e concretiza uma contradição a essa afirmação.

É posta, portanto, uma interrogação sobre a característica essencial da política externa brasileira. Parafraseando-a, também se poderia escrever: Qual é – na realidade – a feição da política externa, da diplomacia brasileira? E as alternativas também aparecem nesta avaliação: *o externo ou o interno a preocupam?* Elas se apresentam como retrato da situação contraditória do Brasil diplomático. O emaranhado é tal, que o produtor revela, pelas disjunções inscritas na pergunta, as faces confusas e até incoerentes da diplomacia. Conforme Koch (2000, p.128) a admissão da verdade de ambas as alternativas nessa pergunta, disjunção inclusiva, levaria a crer que há problemas de definição graves e contradições perigosas na política externa brasileira, segundo o posicionamento do articulista. A asserção seguinte à

pergunta corrobora a idéia de que princípios propalados são paradoxais e de que há ações do governo que denotam profunda contradição entre o dito e o feito.

O satélite da relação de Avaliação aponta os aspectos contraditórios já justificados, quando questionadas explicações diplomáticas para a viagem presidencial, em vista de uma falsa epistemologia de *princípios*. Também avalia um código de valores, de comportamentos, uma deontologia, ao questionar práticas diplomáticas que vêm sendo efetivadas. A frase *A retórica de cunho ideológico ganha a cena, tudo relegando a uma posição secundária*. (linhas 71 e 72) é uma asserção do produtor do artigo que dá sustento à construção textual onde as perguntas convidam o leitor para uma espécie de esclarecimento e sedimentação da argumentação. As respostas às questões levam a uma crescente implicação do leitor, mobilizando seus conhecimentos, seu grau de observação e interpretação de fatos, sua situação num estado de coisas e seu código de valores.

Ao utilizar a pergunta de *instanciação* ou *interrogação parcial*: *Onde está a confissão?*, o autor demanda, com o morfema adverbial *onde*, uma identificação de um *lugar* no seguinte sentido. *Já que* as contradições internas do PT levam a uma postura de *retórica de cunho ideológico* (l. 72) e como *a política macroeconômica se caracteriza por uma súbita conversão ao neoliberalismo* (l. 74 e 75), *então* só falta a confissão que o articulista procura. (**Onde** está ..., linha 77). O advérbio, ou morfema adverbial, inicia uma interrogação direta e explicita a busca de saber onde achar a confissão de que existe a contradição e de que não há condições de se continuar na situação vigente. A crítica pontua a oposição frontal do articulista ao estado de coisas da política diplomática brasileira. Sua avaliação direta, nesse final de parágrafo, encontra textualmente o apoio das justificativas que lhe dão o direito de enunciar e avaliar, no artigo, a verdadeira face da política brasileira. A unidade nuclear

constituída pelos parágrafos 1 a 7 é o alicerce dessa avaliação que corrobora a crítica feita a uma diplomacia incoerente em meio a um emaranhado em que se meteu a política externa brasileira.

Do ponto de vista do efeito das perguntas na seqüência deste artigo como um todo, é essencial apontar seu valor argumentativo. O questionamento no satélite da relação de Justificativa parte do fato de um Brasil que se indignou por não ser parte do grupo de países reconstrutores do Iraque. Paradoxalmente, lembrou seus princípios agora contraditórios, se vistos os rapapés à ditadura síria, o que é conveniente repentinamente. O articulista busca esclarecer *quais princípios, afinal, são esses?* Uma pergunta focalizada, como a que inicia com o pronome interrogativo, tem um efeito direto e arregimenta o leitor para a leitura do texto. Após, ao relatar os fatos sobre a Líbia, (parágrafos 5, 6 e 7), o articulista fecha este trio com perguntas que remetem ao Japão, parceiro adequado conforme razões alegadas para parcerias diplomáticas, registrando-as alternativamente e dando tempo para que leitor assimile mais esta etapa de justificativa.

No 8.º parágrafo, a pergunta demandando uma causa reforça o teor justificativo novamente. Na pergunta retórica (*Não haverá algo estranho aqui?*, linhas 65 e 66), o grau de incerteza é bem menor, pelo fato de se constituir essencialmente num recurso argumentativo. A assertividade dessa questão aguarda o assentimento do leitor, não simplesmente uma resposta. Não necessita de resposta, portanto, mas sim de concordância. Cabe lembrar seu caráter de transição para as perguntas finais que compõem o satélite da relação de Avaliação, colocada no final do texto, logo a seguir.

Feita esta base, a avaliação se explicita no 8.º parágrafo, com duas questões mais, sendo elaborado um comentário. Esse incide na situação posta no início do texto. As questões enfatizam o envolvimento de um alocutário que passa a reconhecer o valor atribuído pelo produtor a N. A busca de respostas no satélite da relação de Avaliação, neste artigo de opinião autoral, também constrói esse reconhecimento. O leitor passa a compartilhar a busca que ensejam estas perguntas e passa-se a estabelecer não só a crença de P (produtor), mas a de L (leitor), que pode reconhecer e a compartilhar a observação avaliativa sobre a situação, neste caso, a respeito da diplomacia brasileira. Certamente, após ler o artigo, é mais um a querer saber (*caçador de sentidos*) o verdadeiro significado de *princípios e cidadania e onde está a confissão de que, com a conversão súbita e inadequada ao neoliberalismo, o PT padece de insatisfações internas graves?*

Com vistas ao fazer-creer, a incidência do questionamento neste texto caracteriza especificamente o gênero textual artigo de opinião autoral. A riqueza de posicionamentos interrogativos nos segmentos de justificação, em vista da possível discordância de um leitor em relação à opinião veiculada por um produtor, só vem enfatizar o valor do recurso lingüístico de que se dispõe com a modalidade interrogativa. A associação dessa modalidade com a negação também é evidente na elaboração de perguntas retóricas e vem comprovar que a frase em si mesma pode ter atributos que a referenciam como pergunta ou negação, mas que, no processo argumentativo, como é o caso do artigo opinativo, essas são faces externas e superficiais que demandam uma análise bem mais criteriosa. É, de fato, da análise de macroestruturas como as indicadas pelas unidades satélites e nucleares, que se pode inferir, ou seja, que é verossímil que se possa inferir a significação global de um texto como esse. É no uso desses recursos parciais, como nas microações de perguntar ou negar, em segmentos maiores de ações de justificar ou avaliar, como os que aqui se explicitam, que se pode

construir e depreender o sentido do texto. Em outras palavras, este artigo visa a *criticar* uma atitude governamental; essa crítica se constrói a partir de outras ações que vão desde o *perguntar* até – em um nível mais alto – o *justificar* ou *avaliar*, como ocorre em *Conversação Mal Resolvida*.

7.3 Texto 3 – A angústia dos liberais

1 Poucas coisas são mais frustrantes do que ser um liberal de verdade em
2 uma terra em que ser “de esquerda”, ostentar “preocupações sociais” e declarar-
3 se “desenvolvimentista” angaria muitos votos e devotos. Ai de quem, em
4 coerência com seus princípios liberais, ousa defendê-los explicitamente na
5 mídia, nas universidades públicas e, mesmo, no que deveria ser o espaço livre da
6 internet.

7 Primeiro, é xingado de conservador, quando na verdade, conservadores
8 são os que querem manter o Leviatã; segundo, de direitista, quando não é de
9 direita nem de esquerda, já que ambas pressupõem um Estado obeso e
10 centralizador; terceiro, de neoliberal, algo simplesmente inexistente (assim como
11 não há neo-economistas), mas que se transformou em impropério; por fim, é
12 acusado de receber polpudas quantias para defender, em artigos, palestras e
13 entrevistas, o “modelo hegemônico do capitalismo globalizado”.

14 Se a economia vai mal, a culpa é dos neoliberais; se o desemprego
15 aumenta, lança-se o débito nas políticas monetárias ortodoxas; se algum ministro
16 ou governador revela a mais tênue preocupação com o equilíbrio orçamentário, é
17 porque não é socialmente comprometido; e, se João é pobre, é porque Pedro é
18 rico e, se ao invés de João, for Maria e se Maria for negra, índia ou
19 homossexual, a culpa é, conjuntamente, de Pedro, da própria História e do
20 preconceito. Embora seja mais caro sustentar um elefante do que um cachorro, a
21 cegueira ideológica, em vez de render-se à evidência, prefere criar novos
22 impostos para manter o primeiro. E quem se atreve a denunciar o Estado-
23 paquiderme, está a soldo de banqueiros e do Consenso de Washington, estranho
24 conluio em que, sem ter nada útil para fazer, todos os ricos do mundo teriam se
25 reunido para combinar como mais explorar os pobres.

26 A angústia de ser liberal no Brasil torna-se insuportável na proximidade
27 de qualquer eleição, quando somos colocados diante de escolhas incapazes de
28 nos dar uma simples esperança de vermos bem representadas as idéias que
29 defendemos. Em 2002, eram de esquerda todos os seis candidatos à Presidência.
30 Nas eleições deste ano, ao olharmos os nomes que concorrem às prefeituras das
31 duas maiores e mais importantes cidades do país, verificamos o mesmo
32 fenômeno. É o eterno dilema: em que votar, já que, escolhendo Fulano para
33 impedir a eleição de Beltrano ou de Cicrano, os verdadeiros liberais têm entrado
34 sempre pelo cano?

35 A confusão semântica é tal que o governo petista vem sendo acusado de
36 direitista pela esquerda e de esquerdista pela direita, quando a verdade é que,
37 excetuando-se duas ou três de suas figuras, não é de esquerda nem de direita,
38 não é liberal nem socialdemocrata: é, simplesmente, despreparado,
39 desorganizado e incompetente. Uma vidraça perfeita, bem mais frágil do que as
40 que seus barbudos integrantes passaram duas décadas apedrejando.

41 Que “modelo neoliberal” é esse, com 70 impostos, 40,01% do PIB de
42 carga tributária, controle do Judiciário, partidarização do Estado, burocracia
43 sufocante, ministros avessos ao capitalismo, chuvas de medidas provisórias,
44 partidos sem face, Legislativo fisiológico, denúncias de corrupção empurradas
45 para baixo do tapete e desigualdade de oportunidades? O Brasil real ainda não

46 sabe o que é liberalismo. (IORIO, Ubiratan. Jornal do Brasil, 19/07/2004)

3.1 Análise do Texto 3

O texto *A Angústia dos Liberais*, de Ubiratan Iorio, na análise quantitativa do O.R.T.O. (Anexo F), apresenta a seguinte disposição de unidades informativas.

A unidade nuclear (N) de um satélite de uma relação de Evidência, constituída pelo parágrafo 1, diz que bem poucas coisas são mais frustrantes do que ser liberal em uma terra onde só se obtêm votos (e devotos) quando se é da esquerda, quando se mostram *preocupações sociais*, e quando se revela ser *desenvolvimentista*. Assim, o articulista continua no primeiro parágrafo da unidade nuclear: *Ai de quem, em coerência com seus princípios liberais, ousa defendê-los explicitamente na mídia, nas universidades públicas e, mesmo, no que deveria ser o espaço livre da internet* (linhas 3 a 6).

O satélite da relação de Evidência apresenta-se nos parágrafos 2, 3 e 4. No parágrafo 2, o autor indica que, primeiramente, aquele que explicita ser liberal é xingado de conservador; em segundo lugar, é acusado de direitista (sem ser de direita nem de esquerda); em terceiro lugar, é tachado de neoliberal (o que não existe, conforme o articulista, mas vale como impropério); em quarto lugar, é acusado de receber dinheiro para defender o *modelo hegemônico econômico do capitalismo globalizado*. (linha 13). Seguem-se evidências no parágrafo 3, pois são citadas as situações da economia que vai mal por *culpa dos neoliberais*, pela execução de políticas monetárias ortodoxas. O produtor evidencia todo esse quadro com fatos conhecidos de todos, conforme se vê em: *... se algum ministro ou governador revela a mais tênue preocupação com o equilíbrio orçamentário, é porque não é socialmente comprometido; e se João é pobre, é porque Pedro é rico e, se ao invés de João, for Maria e*

se Maria for negra, índia ou homossexual, a culpa é, conjuntamente, de Pedro, da própria História e do preconceito (linhas 15 a 19). O artigo, no 3.º parágrafo, continua, assim, dando conta de evidências da frustrante situação de ser liberal numa terra em que ser da esquerda angaria votos e devotos (N, no parágrafo 1): *Embora seja mais caro sustentar um elefante do que um cachorro, a cegueira ideológica, em vez de render-se à evidência, prefere criar novos impostos para manter o primeiro. E quem se atreve a denunciar o Estado-paquiderme, está a soldo de banqueiros e do Consenso de Washington, estranho conluio em que, sem ter nada mais útil para fazer, todos os ricos do mundo teriam se reunido para combinar como mais explorar os pobres* (linhas 20 a 25).

Para corroborar esse processo de mostra das evidências, o quarto parágrafo acresce a idéia tópica de que *A angústia de ser liberal no Brasil torna-se insuportável na proximidade de qualquer eleição, quando somos colocados diante de escolhas incapazes de nos dar uma simples esperança de vermos bem representadas as idéias que defendemos* (linhas 26 a 29). Esse parágrafo de evidências ainda conta que, em 2002, havia seis candidatos de esquerda à presidência do Brasil e que esse fenômeno persiste nas eleições para prefeitura em 2004. É nessa etapa do processo de colocação em texto das evidências que a pergunta, com direito à rima, é feita: *É o eterno dilema: em quem votar, já que, escolhendo Fulano para impedir a eleição de Beltrano ou de Cicrano, os verdadeiros liberais têm entrado sempre pelo cano?* (linhas 32 a 34).

Enfim, ao se considerar o núcleo em que P afirma que é uma frustração assumir-se liberal no Brasil, é possível apontar que as evidências postas nos parágrafos 2, 3 e 4 cumprem o papel de levar o leitor à crença no afirmado. O produtor usa essas evidências como informações demonstrativas de que a afirmação nuclear é digna de crença. Em outras

palavras, a busca de acordo de L com o que diz a afirmação nuclear se faz por meio da utilização de evidências.

Esse pilar de evidências, representado no universo de análise do O.R.T.O. por um satélite da relação de Evidência, juntamente com a unidade nuclear do parágrafo 1, apresentam as bases para que o produtor elabore – enfim – sua avaliação. Assim, o satélite da relação de Avaliação se constitui nos parágrafos 5 e 6, que apresentam o posicionamento avaliativo de Ubiratan Iorio. Esse satélite da relação de Avaliação tem como núcleo os parágrafos 1, 2, 3 e 4. Especificando como funcionam os segmentos, neste caso, o satélite da relação de Avaliação se constrói sobre a unidade nuclear (N), constituída pelos parágrafos 1, 2, 3, e 4, nos quais, anteriormente, se compuseram as evidências com vistas ao acordo de L sobre o fato de que é frustrante ser explicitamente liberal no Brasil. Por conseguinte, os parágrafos 5 e 6 são o comentário de P sobre a situação posta em N.

No parágrafo 5 (no satélite da relação de Avaliação), o autor comenta, no tópico frasal, que a confusão semântica (relativa ao significado das palavras ou expressões, aqui focalizadas em *de esquerda, ser liberal, preocupações sociais*) é tão grande que, na realidade, com duas ou três exceções, o governo petista é, na óptica do autor: *despreparado, desorganizado e incompetente*. (linhas 37 e 38). Compara o governo a uma vidraça a ser apedrejada por todos, mais frágil do que aquela que os petistas apedrejaram.

E é no último parágrafo (o sexto) que a inserção da pergunta, no satélite da Avaliação, aparece novamente no artigo. Esse parágrafo, da linha 41 a 46, se constitui de uma longa pergunta (linhas 41 a 45) e de um período curto assertivo/avaliativo. Transcrevem-se aqui esses dois períodos, para localizar o leitor: ***Que “modelo neoliberal” é esse, com 70***

impostos, 40,01% do PIB de carga tributária, controle do Judiciário, partidarização do Estado, burocracia sufocante, ministros avessos ao capitalismo, chuvas de medidas provisórias, partidos sem face, Legislativo fisiológico, denúncias de corrupção empurradas para baixo do tapete e desigualdade de oportunidades? O Brasil real ainda não sabe o que é liberalismo. (linhas 41 a 45).

Feita a descrição das unidades informativas, de sua caracterização e da situação das perguntas nos segmentos textuais, passa-se ao estudo dos tipos de questões.

A questão posta no segmento da Evidência parte da asserção: *É o eterno dilema...* (linha 32). A pergunta que sucede é *É o eterno dilema: em quem votar, já que, escolhendo Fulano para impedir a eleição de Beltrano ou de Cicrano, os verdadeiros liberais têm entrado sempre pelo cano?* (linhas 32 e 33). Chamada de interrogação parcial, por apresentar o interrogativo *quem*, essa pergunta demanda uma informação sobre o paciente da ação (Em quem votar? Votar *em quem*?) (CHARAUDEAU, 1992, p. 927). Outro dado dessa questão é que se reconhece nela um processo catafórico, conforme se identifica na asserção na linha 32 (*é o eterno dilema*) seguida da interrogação, explicitando esse fato. Por conseguinte, há uma relação catafórica, visto que o dilema é expresso por uma modalidade interrogativa de frase, logo após ser qualificado pelo adjetivo *eterno* (linha 32). No entanto, se considerarmos a pergunta como fecho de uma unidade informativa construída antes da apresentação do dilema, é crível que se possa denominar a pergunta de assertivo-anafórica (WEINRICH, 1989), pela referenciação que pontua mediante essa ação retrospectiva.

Assim, o dado a observar é que a pergunta se relaciona discursivamente a todas as evidências (expostas nos parágrafos 2, 3 e 4), de forma que o sentido que se estabelece supõe-

nas como provas da grande interrogação que se faz na situação proposta pelo articulista. Nessa perspectiva, a pergunta tem seu caráter de rótulo retrospectivo comprovado, pois as evidências apontadas pré-definem o dilema e direcionam-se à pergunta. Ressalte-se que essas comprovações já restringem a falta de candidatos em quem votar (= existência de *dilema*). Pois bem, trata-se de um artigo de opinião autoral, na perspectiva de que as provas por evidência são argumentos fundadores da avaliação que o locutor faz. Então, é verossímil dizer que a presença da pergunta no segmento de evidências aponta para o endosso de que aquelas são fortes razões para fundar a convicção de que não se tem, de fato, em quem votar.

Afora a ligação asserção-pergunta, há uma relação de causalidade incluída nas entranhas da frase interrogativa, marcada pelo emprego do nexos *já que*. Ao questionar em quem votar, o articulista aponta para – dentro da própria pergunta – asseverar que se vota em esquerdas para impedir a eleição de liberais. No final das contas, tira-se destes a possibilidade de se elegerem. Nesse caso, a própria pergunta é uma evidência do afirmado como nuclear até então na elaboração textual (remete-se ao parágrafo 1, em que é afirmada a frustração de ser liberal num país em que só sendo *de esquerda*, revelando ser *desenvolvimentista* e ostentando *preocupações sociais* se angariam votos e devotos; do contrário, sofrem-se graves conseqüências). É possível reafirmar, ainda, que a questão formulada ao esclarecer o dilema eterno é a culminância do satélite da relação de evidência e conduz, finalmente, à avaliação – uma atitude de julgamento, que se constitui na ação mais freqüente e, fundamentalmente, caracterizadora do gênero artigo de opinião autoral. Em outras palavras, as evidências abrem caminho firme e, através da modalidade interrogativa, levam ao aumento da crença do leitor em N, para que o produtor possa definir sua atitude avaliativa perante a situação informada. O jogo da referenciação é construído nessa retrospectão e prospecção já descritas.

Repetindo, para esclarecer e continuar, ao compor os dois últimos parágrafos, o satélite da relação de Avaliação tem como unidade nuclear os parágrafos 1 a 4. No parágrafo 5, o autor do artigo dá conta da confusão semântica das críticas ao governo petista e arremessa a afirmação do *despreparo, desorganização e incompetência* governamental. Diz: *A confusão semântica é tal que o governo petista vem sendo acusado de direitista pela esquerda e de esquerdista pela direita, quando a verdade é que, excetuando-se duas ou três de suas figuras, não é de esquerda nem de direita, não é liberal nem socialdemocrata: é, simplesmente, despreparado, desorganizado e incompetente. Uma vidraça perfeita, bem mais frágil do que as que seus barbudos integrantes passaram duas décadas apedrejando* (linhas 35 a 40).

Já o parágrafo 6 inclui uma questão parcial, por iniciar com o interrogativo *que*. A pergunta de instanciação, portanto, demanda uma resposta esclarecedora e funciona retoricamente, pois é constituída por uma afirmação definidora e caracterizante do modelo neoliberal (observe-se o negrito), a saber: *Que “modelo neoliberal” é esse, com 70 impostos, 40,01% do PIB de carga tributária, controle do Judiciário, partidarização do Estado, burocracia sufocante, ministros avessos ao capitalismo, chuvas de medidas provisórias, partidos sem face, Legislativo fisiológico, denúncias de corrupção empurradas para baixo do tapete e desigualdade de oportunidades?* (linhas 41 a 45).

Na verdade, a crítica vem carregada, na modalidade frasal interrogativa desse 6.º parágrafo, com as características – todas negativas – que descrevem o modelo seguido pelo Estado. *Que modelo neoliberal é esse...?* é uma questão retórica, porque busca do interlocutor um assentimento. Essa solicitação de assentimento, através da interrogação, mobiliza um ponto de vista relativo à crença ou à apreciação do interlocutor. A própria pergunta, observe-se também, no satélite da relação de Avaliação, revela a mobilização do epistêmico, ou seja,

dos saberes, das (cons)ciências dos parceiros do ato de comunicação. A questão é retoricamente posta, pois não precisa de resposta verbal pelo fato de já ter sido descrito/(des)qualificado o modelo neoliberal focalizado na interrogação. Portanto, quer, na realidade, o assentimento e a concordância, conforme estudam Charaudeau (1992) e Weinrich (1989). Mesmo acentuadamente retórica, a pergunta elabora-se como uma interrogação parcial, com um morfema interrogativo *que*, o qual demanda uma resposta com descrição do modelo. A descrição já segue a pergunta, pois o produtor utiliza-a como caminho para seu comentário, sua avaliação, ao citar como características do chamado modelo os impostos injustos, a partidarização política, os partidos descaracterizados, a corrupção escondida etc. (linhas 40 a 44)

Assim, o articulista sabe e arremete a resposta, mediante as evidências (que são nucleares em relação a esse satélite de avaliação, parágrafos 1 a 4), referenciando sua atitude crítica, visando ao reconhecimento/aceitação da avaliação que atribui à situação informada. Traduzindo, no texto em foco, a pergunta constante da avaliação, da forma focalizada (interrogação parcial) como se elabora, contribui para que o leitor reconheça as evidências (xingamentos aos que se declaram liberais, culpas atribuídas aos liberais, quando economia vai mal; insucesso dos liberais nas eleições etc) e aceite a avaliação feita, dando conta de que há ignorância, ou melhor, de que ninguém realmente sabe o que é o liberalismo.

O reconhecimento de que é errônea a concepção que se tem no país sobre o que é ser liberal de verdade, fim ilocutório deste artigo, consolida-se à proporção que as evidências são apontadas. A avaliação final que explicita que o Brasil de verdade não sabe ainda o que é liberalismo é, como conseqüência da análise que se faz, fundamentada ao longo dos parágrafos de mostra de evidências. A função da pergunta, portanto, na unidade informativa de evidências (*É o eterno dilema: em quem votar, já que ...*) é a de, questionando,

paradoxalmente expressar e afirmar uma nova evidência: a de que não se tem em quem votar. A função da pergunta na unidade avaliativa (*Que modelo liberal é esse, com 70 impostos...*) vem ratificar o posicionamento do articulista posto no parágrafo 1 e agregar o caráter persuasivo pela opção por evidências. Essas são verdadeiras provas demonstrativas de que a afirmação essencial – nuclear – é válida e de que seu comentário de avaliação é verdadeiro.

A afirmação subsequente à pergunta no satélite da relação de Avaliação: *O Brasil real ainda não sabe o que é liberalismo* (linhas 45 e 46), por tudo isso, revela que, para Iorio, os verdadeiros liberais não são conhecidos e têm sido excluídos de todo o processo político. Neoliberalismo não existe; liberalismo não é o que se pensa. *O Brasil não sabe o que é liberalismo* é a conclusão/avaliação a que leva a pergunta de instanciação nesse parágrafo final. É o veredicto, o julgamento final que o articulista inscreve, não casualmente, mas estrategicamente, no fechamento do artigo de opinião autoral.

As implicações epistêmico-deônticas da elaboração do artigo focalizado já foram reveladas, mas carecem de alguns detalhamentos. É forte o caráter epistêmico que o articulista mobiliza, em vista de seu fim discursivo ser uma crítica à concepção de liberalismo que se tem no Brasil; indica, por conseguinte, um não-saber da maioria. A unidade informativa inicial destaca que nada é mais frustrante do que ser liberal de verdade numa terra em que esse conceito e atitude são erroneamente compreendidos, isto é, não são conhecidos realmente. Essa afirmação indicia que o articulista se considera sabedor da verdade. O texto todo traz à tona as evidências que ele escolhe para convencer o leitor de que há erros de julgamento sobre o liberalismo, erros que ele, autor do artigo, não comete. Essa é a razão pela qual invoca um argumento de autoridade fundado no conhecimento, isto é, no *saber* ou no

mundo epistêmico. Reescrevendo: P dá-se o direito de evidenciar que sabe e pode julgar os fatos como julga.

Essa simples constatação corrobora a afirmação inicial de que o texto do gênero – o artigo de opinião autoral – tem o viés argumentativo construído por unidades informativas predominantemente ligadas ao epistêmico-deôntico. Essa ligação se dá, neste texto, pela presença pontual das perguntas no final de um processo de mostra das evidências (uma comprovação de saber) e de avaliação (um julgamento embasado em saber a verdade, conforme o universo referencial textual).

Na ordem mais especificamente deôntica, pode-se indicar a modalidade interrogativa como um meio de questionar um estado de coisas, o de um falso neoliberalismo, conforme o que se lê no parágrafo 6. O papel da pergunta conduz a uma crítica aberta à ignorância que, por consequência, deixa instaurar-se um estado de coisas como o que caracteriza o modelo neoliberal descrito na pergunta: *Que modelo neoliberal é esse, com 70 impostos, 40,01% do PIB de carga tributária, controle do Judiciário, partidarização do Estado, burocracia sufocante ... e desigualdade de oportunidades?* (linhas 41 a 45) Em outras palavras, o articulista (P), ao mobilizar o epistêmico na crítica ao não-saber o que é realmente o liberalismo, levanta o véu da realidade brasileira e das ações concretizadas que denunciam o estado de coisas com o qual uma grande e massiva maioria concorda, em consenso, dando votos e se tornando ... devotos.

7.4 Texto 4 – Jogos de Azar

- 1 A proibição do jogo no Brasil data do governo de Eurico Gaspar Dutra,
- 2 segunda metade dos anos 40. Na época aconteceu o mesmo que hoje: protestos
- 3 e desemprego. E embora eu tenha uma personalidade avessa ao jogo – nem
- 4 dominó, damas ou víspera costume jogar – até hoje tenho a sensação de que

5 tinham razão os que não gostaram do fechamento dos cassinos.

6 Tudo bem, o jogo leva muitas pessoas e famílias à desgraça. Mas a
7 questão não é essa, a questão é saber se a proibição do jogo vai acabar com o
8 jogo. Uma coisa é lei, outra coisa é fato. O que se vê no Brasil, onde se proíbe
9 terminantemente o carteadado e roleta, é uma jogatina desenfrada, inclusive de
10 carteadado e roleta praticados em cassinos clandestinos. Para não falar do jogo do
11 bicho, cujas apostas são feitas nas ruas ou em bares, à luz do dia. E para não
12 falar na jogatina desenfrada comandada pela Caixa Econômica Federal. E por
13 falar em jogo, como ficam as corridas de cavalos?

14 Está na hora de deixar a hipocrisia de lado. Poucas coisas fazem mais mal
15 à saúde física e mental das pessoas do que as bebidas alcoólicas. E no entanto
16 são livremente vendidas e pagam gordos impostos para os cofres públicos.

17 Por que não fazer o mesmo com o jogo? O jogo faz parte do crime
18 organizado ou pode vir a ser facilmente controlado pelo crime organizado, dirão
19 alguns. Dirão outros que se poderia usar o mesmo argumento – o desemprego –
20 para autorizar o uso de drogas como a maconha e a cocaína? Ninguém pode ter
21 certeza de nada, nessas questões estamos todos tateando no escuro.

22 Jogos de azar, maconha, cocaína, bebidas alcoólicas. Parece que a
23 natureza humana não vive sem eles, portanto o que nos resta é administrar sua
24 existência da melhor forma possível. Chega de tirar o sofá da sala.

25 De resto, qual é a diferença entre um salão de bingo e um salão de cassino
26 onde se jogam as cartas e se aposta na roleta? Quando se joga bingo a dinheiro
27 – e a dinheiro pesado – se perde a inocência adquirida nos serões familiares.

28 Em resumo, penso que o governo cometeu um erro básico: fechar os
29 bingos antes de ter uma definição sobre o que faria com os jogos de azar. O
30 correto seria decidir sobre o assunto com os bingos abertos, dando emprego a
31 milhares de pessoas. Do jeito que a coisa foi feita, em vez da presunção de
32 inocência temos a presunção de culpa: todo bingo é culpado até prova em
33 contrário.

34 Apesar das bobagens já cometidas, o momento é adequado para se
35 fazerem boas leis sobre os jogos de azar. Mas é preciso partir de uma revisão
36 geral e profunda da matéria. Que os deuses iluminem deputados e senadores
37 para que apostem nos melhores projetos. (MARIANI, Júlio. Zero Hora,
38 03/03/2004)

39

40

7.4.1 Análise do Texto 4

Inicialmente, a configuração da tabela de análise que o O.R.T.O. (Anexo G) apresenta aparece desta maneira:

O parágrafo 1 é: *A proibição do jogo no Brasil data do governo de Eurico Gaspar Dutra, segunda metade dos anos 40. Na época aconteceu o mesmo que hoje: protestos e desemprego. E embora eu tenha uma personalidade avessa ao jogo – nem dominó, damas ou*

víspera costume jogar – até hoje tenho a sensação de que tinham razão os que não gostaram do fechamento dos cassinos (linhas 1 a 5). Esse parágrafo constitui uma preparação, em relação ao que se lê no parágrafo 2, porque a idéia lançada neste último segmento é nuclear no sentido de informar a desgraça a que conduz o jogo, mas também de alertar para o fato de que o fulcro da questão é saber se uma simples proibição vai acabar com a possibilidade de ocorrer essa desgraça. O satélite da relação de Preparação enfatiza que protestos e desemprego foram fatos comuns, indicados textualmente, perante a questão sobre proibição de jogos de azar, nos anos 40, e, agora novamente, perante a proibição do jogo nos bingos, em 2004.

O parágrafo 2 (nas linhas 6 a 8) constitui-se do núcleo (N) do satélite da relação de Preparação, e também é idéia nuclear do satélite da relação de Justificativa que vem a seguir. Esse núcleo (N), expresso no parágrafo 2, é: *Tudo bem, o jogo leva muitas pessoas e famílias à desgraça. Mas a questão não é essa, a questão é saber se a proibição do jogo vai acabar com o jogo. Uma coisa é lei, outra coisa é fato.* É verossímil indicar que essa unidade informativa constitui uma unidade nuclear, repetindo e completando, pela afirmação ou informação essencial que encerra. Pode-se dizer que tematiza o texto e dá as bases significativas tanto daquela preparação quanto do processo justificatório que se abre na seqüência do segundo parágrafo.

O satélite da relação de Justificativa inicia na linha 8 (parágrafo 2), depois da informação crucial de que lei é uma coisa e fato é outra, e vai até a linha 13, estendendo-se ao parágrafo 3. Vejam-se, em negrito, a unidade nuclear e a parte inicial do satélite da relação de Justificativa, ainda no segundo parágrafo: ***Tudo bem, o jogo leva muitas pessoas e famílias à desgraça. Mas a questão não é essa, a questão é saber se a proibição do jogo vai acabar com o jogo. Uma coisa é lei, outra coisa é fato.*** O que se vê no Brasil, onde se proíbe

terminantemente o carteadado e a roleta, é uma jogatina desenfreada, inclusive de carteadado e roleta praticados em cassinos clandestinos. Para não falar do jogo do bicho, cujas apostas são feitas nas ruas ou bares, à luz do dia. E para não falar na jogatina desenfreada comandada pela Caixa Econômica Federal. E por falar em jogo, como ficam as corridas de cavalos?

O segmento sem negrito é plausível ser considerado como justificativa, porque evoca exemplos de jogos comuns realizados no Brasil. Pois bem, o processo justificatório se relaciona à idéia essencial (o jogo leva à desgraça, mas a proibição de alguns tipos de jogo não leva em conta que há outros eventos que também são jogos, que podem acabar com as famílias, pelas perdas econômicas que acarretam). O segmento de justificativa evoca e aponta a jogatina desenfreada, comum no Brasil, em cassinos clandestinos, o jogo do bicho (feito à luz do dia), o jogo comandado pela Caixa Federal e as corridas de cavalo (fato apontado no texto com uma pergunta). Seguindo, na justificação – um processo de construção de argumentos que dá a P o direito de escrever o que está posto em N – o articulista sugere que está mais do que na hora de largar essa hipocrisia (entre a lei e o que se faz, apesar dela e contra ela). E se justifica novamente com o exemplo do uso das bebidas alcoólicas que tanto mal fazem, mas que – pagando altos impostos para os cofres públicos – são livremente vendidas. Assim, no 3.º parágrafo, o processo de justificação que dá ao produtor o direito de escrever N, traz novas justificativas/argumentos, para que o articulista possa dizer o que diz a respeito dos jogos de azar no Brasil, entre os quais coloca o jogo nos bingos. O parágrafo 3 diz: *Está na hora de deixar a hipocrisia de lado. Poucas coisas fazem mais mal à saúde física e mental das pessoas do que as bebidas alcoólicas. E no entanto são livremente vendidas e pagam gordos impostos para os cofres públicos* (linhas 14 a 17).

Esse mesmo parágrafo 3 constitui o núcleo (N) de um satélite da relação de Avaliação, que aparece nos parágrafos 4 a 6. O parágrafo 3, dizendo que está na hora de *deixar a hipocrisia de lado* e afirmando que as bebidas alcoólicas são responsáveis por muitos males à saúde física e mental das pessoas, revela a venda livre e irrestrita desse produto. O fato de informar que são livremente vendidas e pagam gordos *impostos para os cofres públicos* consiste ainda numa justificativa perante a afirmação *...Uma coisa é lei, outra coisa é fato*. Já como uma idéia nuclear de avaliação, nesse terceiro parágrafo, reconhece-se o fato de que o produtor, nos segmentos posteriores (parágrafos 4 a 6) demonstra um certo grau de atitude positiva especificamente direcionada à informação que inicia com a indicação de se abandonar a hipocrisia no trato da questão dos jogos de azar. A seguir, os detalhamentos explicativos.

No 4.º parágrafo (iniciado com uma pergunta) o autor avalia o fato/a situação posta no 3.º parágrafo (a respeito da bebida que faz mal, mas é vendida livremente por produzir gordos impostos!). Registra que alguns dizem/avaliam que o jogo é parte do crime organizado e que pode ser facilmente controlado pelo crime. Diz, literalmente, no parágrafo 4: ***Por que não fazer o mesmo com o jogo? O jogo faz parte do crime organizado ou pode vir a ser facilmente controlado pelo crime organizado, dirão alguns. Dirão outros que se poderia usar o mesmo argumento – o desemprego – para autorizar o uso de drogas como a maconha e a cocaína? Ninguém pode ter certeza de nada, nessas questões estamos todos tateando no escuro.*** (linhas 18 a 23) Ao perguntar se outros poderão dizer que o desemprego (fato ocorrente lá em 1940, quando da proibição do jogo no governo Dutra e também hoje, quando o tema vem à tona, com fechamento de bingos) seria uma razão para autorizar o uso de drogas, lança mão de argumentos que são comuns nas conversas e debates entre as pessoas. Mariani circunscreve, dessa maneira, o mundo em que vivem P e L, ou seja, ele, o articulista,

e o leitor. Finaliza o parágrafo 4, afirmando/avaliando que ninguém, nessas questões, pode ter certeza de nada.

O posicionamento avaliativo, cuja idéia nuclear é expressa no segmento: *Está na hora de deixar a hipocrisia de lado. Poucas coisas fazem mais mal à saúde física e mental das pessoas do que as bebidas alcoólicas. E no entanto são livremente vendidas e pagam gordos impostos para os cofres públicos.* (linhas 14 a 17) segue expresso no 5.º parágrafo. Entre as linhas 24 e 26, o parágrafo 5 assim diz: *Jogos de azar, maconha, cocaína, bebidas alcoólicas. Parece que a natureza humana não vive sem eles, portanto o que nos resta é administrar sua existência da melhor forma possível. Chega de tirar o sofá da sala.*

No 6.º parágrafo, o articulista começa com uma pergunta e conclui com a afirmação, como se observa a seguir: ***De resto, qual é a diferença entre um salão de bingo e um salão de cassino onde se jogam as cartas e se aposta na roleta? Quando se joga bingo a dinheiro – e a dinheiro pesado – se perde a inocência adquirida nos serões familiares.*** (linhas 27 a 30)

A atribuição a esse segmento de um sentido avaliativo em relação ao informado no núcleo da relação de Avaliação repousa na constatação de que o produtor tem a intenção de que o leitor reconheça e compartilhe da idéia de se abandonar logo a hipocrisia que ronda a atitude governamental e da sociedade diante dos jogos de azar. Outra pista importante é a formulação do satélite da relação de Avaliação, nos três parágrafos pelos quais se estende, com o emprego de fechamentos ou conclusões de parágrafo com asserções. Essas asserções são, respectivamente: no parágrafo 4, ... *nessas questões estamos todos tateando no escuro*; no 5, *Chega de tirar o sofá da sala* (= costuma-se tirar o sofá da sala quando incomoda = é comum fugir daquilo que preocupa); no parágrafo 6, ... *perde-se a inocência adquirida nos serões familiares*. Esse bloco de fatos revela um posicionamento muito claro do articulista, pois

apresenta um comentário sobre a situação. O comentário ou a observação avaliativa sobre a situação faz uso dessas frases conclusivas dos parágrafos bem como de perguntas que inclinam o leitor, com as respostas a que levam, a reconhecer e valorizar a situação ou informação núcleo, conforme se verá após.

Os parágrafos de 4 a 7, devido às informações a respeito da incerteza de todos a respeito desses temas (parágrafo 4), devido à necessidade de enfrentar e administrar a existência do uso de drogas e dos jogos de azar (parágrafo 5) e devido às perdas pesadas de salões de diversos tipos de jogo com em bingos e cassinos (parágrafo 6, falando de cartas, roleta) dão conta de um problema perante o qual a sociedade se encontra. No parágrafo 7, há um resumo do comentário avaliativo que o autor empreendeu, acentuando a existência do *problema dos jogos de azar no Brasil*, pois diz: *Em resumo, penso que o governo cometeu um erro básico: fechar os bingos antes de ter uma definição sobre o que faria com os jogos de azar. O correto seria decidir sobre o assunto com os bingos abertos, dando emprego a milhares de pessoas. Do jeito que a coisa foi feita, em vez da presunção de inocência temos a presunção de culpa: todo bingo é culpado até prova em contrário* (linhas 31 a 36).

O problema focalizado nesses segmentos nos parágrafos 4 a 7, na avaliação do articulista, acaba por solucionar-se – lingüisticamente – quando, no 8.º parágrafo, é registrada a necessidade de rever profundamente a matéria, o que poderá ser fundamento de *boas leis sobre os jogos de azar* (linha 38). O parágrafo 8 é núcleo (N) do satélite da relação de Solução, pois diz como se pode sair do problema apontado. A solução, na orientação da RST, apresenta método ou ação capaz de levar a uma resolução de um problema apresentado em S. O parágrafo assim se apresenta: *Apesar das bobagens já cometidas, o momento é adequado para se fazerem boas leis sobre os jogos de azar. Mas é preciso partir de uma revisão geral e*

profunda da matéria. Que os deuses iluminem deputados e senadores para que apostem nos melhores projetos (linhas 37 a 39).

Dado o quadro e descritas suas características, analisam-se as perguntas dentro dessa perspectiva que é plausível, em vista das relações textuais encontradas.

A primeira pergunta do texto aparece no 2.º parágrafo: *E por falar em jogo, como ficam as corridas de cavalos?* É uma interrogação parcial, visto que inicia – após a alusão que lhe dá delimitação – com um advérbio interrogativo que demanda resposta sobre o modo como tratar corridas de cavalos, dentro do contexto social/legal (legalização do jogo). A focalização que esse tipo de interrogação permite leva à especificidade que o autor dá a seu processo de justificativa, pois, nessa instância da elaboração textual, ele está fundamentando o direito de afirmar que as leis existentes são hipócritas e não acabam com o jogo, nem acabarão, pois *uma coisa é lei, outra coisa é fato* (linha 8). Outra característica dessa pergunta focalizada é que ela compõe a listagem de outros jogos (carteado, roleta, jogo do bicho e os jogos “lícitos” que a Caixa Econômica Federal promove) e – sendo um questionamento – incide sobre um jogo que é altamente cotado, a ponto de ter programa de televisão. A expressão alusiva: *E por falar em jogo* (linhas 12 e 13) traz à tona a afirmação de que – mesmo com a tentativa (hipócrita?) de mascarar – as corridas de cavalo são jogo, e jogo de azar. Quantos perdem altas somas, ou tudo que possuem, nessa prática? E quantos empregos esse jogo cria?! O paradoxo que se estabelece ao se evocar o tema *jogo* aparece na corporificação lingüística dessa pergunta, com uma alusão que lhe dá caráter anafórico. A alusão remete ao tema e aos exemplos anteriores de jogos, bem como à idéia nuclear inicial dos protestos e desemprego que aconteceram nos anos 40 e hoje, quando se quis e quer, legalmente, proibir o jogo no Brasil. A questão parcial, por todas essas particularidades,

realiza uma costura importante de significado no segmento de justificação no texto. O emprego da expressão *E por falar em* aparece em muitas perguntas que se fazem, oralmente – em especial – recurso de que se vale o produtor para trazer ao texto o que realmente pretende discutir. Nesse caso, o uso da expressão serve como elo que liga diversas situações mascaradas pela sociedade e que são, ao final das contas, jogos. Envolvendo aposta, perdas ou ganhos materiais, são jogo. Essa pergunta funciona dessa forma articuladora dentro de um segmento de justificação. O processo de justificativa é uma forma de argumentação que se faz diante de um fato ou situação discutível e discutida. Segundo Perelman (2004):

A justificação pode concernir à legalidade, à moralidade, à regularidade (no sentido mais lato), à utilidade ou à oportunidade. Não há por que justificar o que não se deve adequar a normas ou a critérios, ou o que não deve realizar certa finalidade; tampouco há por que justificar o que, incontestavelmente, se ajusta às normas, aos critérios ou às finalidades considerados. (PERELMAN, 2004, p. 169)

Por essa razão, ao elaborar, no segmento de justificativa, uma pergunta por alusão, contendo até uma certa dose de ironia (já que o fato é sempre visto com superficialidade, hipocrisia e é o *sofá que se tira da sala* conforme o que escreve Mariani adiante no texto), convida (ou convoca?) o leitor a enfrentar, perante a oportunidade em que ocorre a proibição dos jogos nos bingos, a legalidade discutível da situação. O restante da elaboração da pergunta, em que aparece um interrogativo *como* (*E por falar em jogo, como ficam as corridas de cavalos?*) remete à busca de uma maneira, ou de um modo de ver, para agir diante do fato *corrida de cavalos*. A exemplo dos demais jogos de azar citados no segundo parágrafo, as corridas são causa de muitas desgraças em famílias. Nelas, muitos também apostam grandes somas e perdem tudo o que têm. O emprego de um *como* pede ao interlocutor que relacione as características daqueles jogos e que, por analogia, descubra o véu que esconde que as apostas no hipódromo sejam apenas *corrida*... A pergunta parcial, portanto, serve como um instrumento de analogia que serve à argumentação que o produtor constrói ao longo da justificativa elaborada.

A segunda pergunta aparece na abertura do parágrafo 4, depois da unidade nuclear (N), no terceiro parágrafo, que diz: *Está na hora de deixar a hipocrisia de lado. Poucas coisas fazem mais mal à saúde física e mental das pessoas do que as bebidas alcoólicas. E no entanto são livremente vendidas e pagam gordos impostos para os cofres público* (N, nas linhas 14 a 17). O 3.º parágrafo, além de ainda justificar o que o autor escreveu na linha 8 (*Uma coisa é lei, outra coisa é fato*), expõe a situação que o articulista passa a avaliar, inaugurando uma unidade informativa de avaliação com uma questão que pede uma razão por que não fazer o mesmo com o jogo que faz tanto ou menos mal que as bebidas vendidas livremente. A pergunta de abertura do parágrafo 4 é: ***Por que não fazer o mesmo com o jogo?*** (linha 18).

O 4.º e 5.º parágrafos, de natureza avaliativa, assim apresentam as perguntas: ***Por que não fazer o mesmo com o jogo? O jogo faz parte do crime organizado ou pode vir a ser facilmente controlado pelo crime organizado, dirão alguns. Dirão outros que se poderia usar o mesmo argumento – o desemprego – para autorizar o uso de drogas como a maconha e a cocaína? Ninguém pode ter certeza de nada, nessas questões estamos todos tateando no escuro. Jogos de azar, maconha, cocaína, bebidas alcoólicas. Parece que a natureza humana não vive sem eles, portanto o que nos resta é administrar sua existência da melhor forma possível. Chega de tirar o sofá da sala*** (linhas 18 a 26).

A primeira questão, no 4.º parágrafo, inicia com *Por que*, caracterizando uma interrogativa parcial, demandando uma causa. Após, o próprio articulista situa que essa é, além da sua, uma avaliação possível por parte de algumas pessoas. Situa, também, a possibilidade de uso da desculpa *desemprego* para autorizar o uso de drogas pesadas – como

aparece na pergunta *Dirão outros que se poderia usar o mesmo argumento – o desemprego – para autorizar o uso de drogas como a maconha e a cocaína?* (linhas 20 e 21). Em vista da facilidade do jogo ser controlado pelo crime organizado, o mesmo argumento de desemprego, apontado como consequência da proibição dos jogos de azar em 40 e em 2004, poderia ser usado para a autorização do uso de drogas como maconha e cocaína, que também são atividades controladas pelo crime organizado. Em suma, ao remeter às bebidas que fazem mal à saúde, mas são vendidas livremente, sob impostos, pergunta a razão de não se fazer o mesmo com o jogo. Aponta o argumento de alguns, contrário ao jogo, afirmando que ele é liderado pelo mundo do crime. Em contrapartida, outros dirão que o crime controla o tráfico e, proibido, também desemprega. É através de uma pergunta denominada, neste estudo, como global (leia-se acima, em negrito, na quinta linha deste parágrafo) que o produtor levanta essa hipótese-argumento. Em outras palavras, o desemprego não é um argumento a favor da liberação de jogo, senão as drogas poderiam ser liberadas para aumentar oportunidades de emprego (para traficantes). Essa discussão toda, com as perguntas formulando hipóteses possíveis a respeito dos jogos de azar, serve apenas para pontuar a dificuldade que o tema levanta. Ou seja, argumentos e contra-argumentos vão se acumulando nessa abordagem do jogo que o próprio articulista, no final do quarto parágrafo, reconhece como plena de incertezas e obscura para todos. (*Ninguém pode ter certeza de nada, nessas questões estamos todos tateando no escuro*, nas linhas 22 e 23)

Portanto, a elaboração da avaliação é enfatizada com a inserção das perguntas que mobilizam opiniões possíveis de uns e outros interlocutores e até de terceiros. Elas conferem à estratégia efeitos importantes pelo uso da polifonia, o uso de outras vozes no texto. Primeiro, a pergunta iniciada pelo interrogativo *por que* (linha 18) pede a causa demandada para legalizar jogo. Indica que o fato de afirmar que é legal vender bebidas, em vista dos

gordos impostos pagos aos cofres públicos, constitui uma avaliação, pois o autor, com a pergunta, está afirmando que – do seu ponto de vista – os altos ou gordos impostos – são uma restrição importante e mais eficiente que a hipocrisia de uma lei (tão distante do fato). Segundo, a pergunta sobre a possibilidade de uso do argumento *desemprego* (linhas 20 e 21) para autorização do uso de drogas (pelo controle feito por crime organizado) não é adequado, porque não se trata, também, de liberar tudo para evitar o desemprego e eximir-se das responsabilidades diante dos fatos. Um indício lingüístico que aparece em ambas as perguntas – o uso de *o mesmo* (... *fazer o mesmo com o jogo*, linha 18 e ... *usar o mesmo argumento*, linha 20) – revela uma analogia, recurso argumentativo que estabelece uma relação entre fatos, retirando de um força ou significação em favor da idéia a ser defendida. No primeiro caso, remete à ação da venda de bebidas a ser imitada para o caso do jogo; no segundo, remete ao argumento do desemprego que serve a dois fatos diversos (proibição de jogo/tráfico de drogas, ambos – se proibidos – desempregam). A afirmação posterior às questões *Ninguém pode ter certeza de nada, nessas questões estamos todos tateando no escuro*. (linhas 22 e 23) fecha essa instância do processo de avaliação e se abre, em continuidade, outra, na qual ocorre a reflexão sobre a relação da natureza humana com jogo e drogas. Quando diz: *Chega de tirar o sofá da sala* (linha 26) reitera o que as duas últimas perguntas situaram, sobre o enfrentamento aberto e necessário do fato “proibição de jogos de azar”. (*Por que não fazer o mesmo com o jogo?* e *Dirão outros que se poderia usar o mesmo argumento – o desemprego – para autorizar o uso de drogas como a maconha e a cocaína?*, linhas 18, 20 e 21, respectivamente).

E na conclusão de um processo de avaliação da situação hipócrita vivida pela lei, que é distante do fato no que diz respeito ao jogo, o autor ainda insere a pergunta: ***De resto, qual é a diferença entre um salão de bingo e um salão de cassino onde se jogam as cartas e se***

aposta na roleta? Quando se joga bingo a dinheiro – e a dinheiro pesado – se perde a inocência adquirida nos serões familiares (linhas 27 a 29). Esta pergunta inicia com: *De resto*, apontando para um *afinal, finalmente*. Essa palavra, com feição anafórica, realiza um processo coesivo, remetendo a todas as instâncias e unidades já mobilizadas até este *lugar* do texto. A pergunta, novamente marcada com a presença de um interrogativo (= *qual é a diferença ...*) pede uma resposta que, quando referenciada pelo leitor no mundo dos fatos (jogo – apostas – perdas), conduz a uma possível compreensão e aceitação, pelo interlocutor (L), da avaliação proposta pelo produtor (P) com relação ao enfrentamento do problema do jogo, do melhor modo possível (= *da melhor maneira possível*, linha 26). O uso do interrogativo *qual* (MATEUS et al., 2003) remete a uma especificação nominal, ou seja, ao nome ou às características diferenciadoras dos jogos. Se levantadas, mesmo que rapidamente na memória imediata do interlocutor, semelhanças aparecerão, porque todos esses jogos, mediante apostas e dinheiro, fazem mal ao ser humano, causam perdas, destroem famílias.

Todo esse bloco do processo de avaliação de P, em que este busca a aceitação por L, do que diz perante a situação (N), constitui, paralelamente um problema. Assim, esses mesmos parágrafos 4 a 6, mais o sétimo, este com as palavras: *Em resumo, penso que o governo cometeu um erro básico: fechar os bingos antes de ter uma definição sobre o que faria com os jogos de azar. O correto seria decidir sobre o assunto com os bingos abertos, dando emprego a milhares de pessoas. Do jeito que a coisa foi feita, em vez da presunção de inocência temos a presunção de culpa: todo bingo é culpado até prova em contrário* (linhas 30 a 35), também compõem o satélite da relação de Avaliação. Tal segmento poderia ser considerado apenas avaliativo, mas – em vista da constituição de sentido do texto como um todo, o fato de ser um *resumo* (pres)supõe que essa parte do texto também sintetiza todo o problema que se criou.

Essa espécie de superposição de funções de segmentos decorre do fato de que as relações entre as unidades informativas textuais são feitas de modo a estabelecer sentidos, de acordo com o fim ilocutório do artigo. A complexidade dessa construção repousa na noção de texto composto por unidades informativas (afirmando, justificando, avaliando, situando um problema, propondo solução), formuladas segundo as possibilidades de uma lógica interna construída. Nessa noção, insere-se a função do perguntar inserida nas ações de avaliar, de problematizar, de propor soluções. Neste artigo, todas elas convergem para o incitamento a uma busca de maior conhecimento da matéria, a fim de que se criem boas leis em bons projetos sobre o jogo. Esse incitamento traz à tona o valor epistêmico como garantia de autêntico enfrentamento para a solução do problema do jogo no Brasil, ou seja, no artigo de opinião autoral, no redesenho de seu uso, aqui feito por Julio Mariani, novamente, evoca e enfatiza o valor de uma episteme, necessária e fundamental no mundo discursivo desse gênero.

Outra consideração, no entanto do âmbito da linguagem que marca essa avaliação/problema, é a indicação do verbo modalizador *penso*. É um verbo não factivo, segundo Koch e Vilela (2001, p. 38), uma forma de lexicalização modal cujo uso indica a introdução da proposição de um fato e implica a verdade da proposição que o complementa. De uma parte, esta é mais uma prova de que se está diante de uma avaliação e de uma modalização, pois o posicionamento do produtor, expresso com o emprego do verbo pensar indica a (sua) verdade para a qual busca o consenso do leitor. De outra parte, ratifica o viés epistêmico componente do artigo de opinião autoral, pois significa *Sou de opinião que*.

Após os blocos de unidades informativas de justificativa e de avaliação, constituindo a descrição do problema que é o enfrentamento dos jogos de azar no Brasil, a solução posta no parágrafo final, na unidade nuclear(N) assim se faz: *Apesar das bobagens já cometidas, o momento é adequado para se fazerem boas leis sobre os jogos de azar. Mas é preciso partir de uma revisão geral e profunda da matéria. Que os deuses iluminem deputados e senadores para que apostem nos melhores projetos* (linhas 37 a 40). Parafrazeando, a solução pede aproveitamento do momento que é adequado, segundo Mariani, para se fazerem boas leis sobre jogos de azar, partindo de uma revisão criteriosa da matéria. A revisão que ele propõe iniciou-se na construção de seu artigo, pois abordou vários aspectos – e contraditórios – sobre a lei dos jogos de azar no Brasil. Foi acrescentando à justificação de sua afirmação sobre a hipocrisia da lei por meio de questionamento, a noção de que outros *jogos*, além dos praticados em bingos e cassinos, também são jogos de azar (veja-se o exemplo da pergunta sobre corridas de cavalos). Relacionou – com emprego de pergunta – a venda de bebidas ao jogo, pela característica comum que têm de fazerem mal à saúde física e mental semelhantemente. Enfim, nessa síntese do questionamento no texto, colocou – questionando, na avaliação, com base em tudo que analisara – lado a lado o jogo dos bingos e o jogo dos cassinos. Estruturou uma síntese do que avaliou nos parágrafos 4 a 6, no 7.º parágrafo, explicitando o problema: o erro governamental ao fechar os bingos antes de definir o que faria frente aos jogos de azar. Apontou uma solução que começa pelo momento adequado e a necessidade de se fazerem as leis sobre jogos de azar.

Afora esse procedimento, é plausível que se considerem alguns aspectos materiais da linguagem do texto como marcas do posicionamento de P.

Apelos epistêmicos e deônticos se explicitam, não só nas perguntas mas também nas demais modalidades frasais que a ela se conjugam. Por exemplo: quando diz, na linha 7: *a questão é saber se a proibição do jogo vai acabar com o jogo* levanta a hipótese de não se saber nem se poder crer nisso, porque lei e fato são distintos no Brasil. Convoca elementos epistêmicos realizando alusões e levantando argumentos postos pelo saber e pelas experiências de alguns. A frase *Ninguém pode ter certeza de nada, nessas questões estamos todos tateando no escuro* avalia um não-saber que é coletivo, devido à complexidade do problema.

Depois, ainda pergunta explicitamente sobre a diferença entre jogo de bingo e de cassino, mobilizando, com a resposta, um saber conclusivo do interlocutor que se depara com a avaliação de que *Quando se joga bingo a dinheiro – e a dinheiro pesado – se perde a inocência adquirida nos serões familiares* (linhas 28 a 30). Dessa forma, responde textualmente sobre a diferença entre os jogos focalizados nesse segmento (bingos X cassinos).

Problema posto, a solução apresentada demonstra que o articulista convoca uma busca do *saber* antes ausente (*Ninguém pode ter certeza de nada ...* linha 22), mas possível de ser obtido, a partir de uma necessidade de ação (... *é preciso partir de uma revisão geral e profunda ...* linhas 38 e 39). Uma indicação ilustrativa é o que considera Parret (1988), a respeito da modalização. Ele classifica quatro modalidades: (i) lexicalizadas (expressas mediante verbos modalizados e advérbios); (ii) proposicionais (determinantes de valor de verdade das proposições delas dependentes como necessário, contingente, possível ou impossível); (iii) ilocutórias (usadas de acordo com convenções das intenções do autor ao produzir texto oral ou escrito) e (iv) pragmáticas (reguladoras de interação, são enunciados selecionados de acordo com o contexto de ação). Após essa repetição do que estuda Parret,

pode-se verificar com mais clareza que o uso de verbo na expressão *é preciso* remete à modalização proposicional, pois o articulista (e aqui se pode indicar também o viés pragmático, pois remete ao contexto accional que o texto referencia no âmbito do tema jogos de azar no Brasil) mostra um dever-fazer (partir de uma revisão profunda do tema e dos fatos relativos a ele). Essa abordagem da modalização da qual se lança mão em especial neste artigo de opinião é esclarecedora das inclinações epistêmico-deônticas reconhecidas no texto. É plausível afirmar-se que as unidades informativas nas quais as perguntas aparecem, junto com as afirmações decorrentes de respostas implicitadas através dessas questões, demonstram a modalização, aqui definida pelo julgamento de um enunciador, no caso, o produtor do artigo de opinião autoral. Assim, a abordagem da modalização está, como deve estar, relacionada com os processos globais do discurso (CHARAUDEAU, 1992) e não restrita a formulações morfológicas ou sintáticas.

A crítica do articulista ao ato governamental de fechar os bingos antes mesmo de resolver a clandestinidade disfarçada de tantos jogos e situações (fim ilocutório desse artigo) se constrói com a sutil e importante presença de uma ação questionadora através da modalidade interrogativa. A pergunta efetua costuras, amarra idéias não somente por sua característica intrínseca, mas também por seu papel alocador de um leitor que é capaz, inclusive a partir da crítica assim construída, de elaborar ou de reelaborar a sua opinião e participar de uma ação de busca da solução prática ao problema.

Não se pode deixar de apontar que a frase optativa *Que os deuses iluminem deputados e senadores para que apostem nos melhores projetos* (linhas 39 e 40) demonstra o grande jogo que é solucionar esse impasse. Demonstra, de igual forma, a modalização, quando implícita *Eu desejo ...* Aliás, mesmo indicando um desejo, a convocação de deuses para que haja boas apostas revela a grande interrogação que esse problema lança ao leitor. A modalização expressa pelo reconhecimento de um desejo na frase optativa revela *volição*

(=vontade), de acordo com o que registra Neves (2000). A autora separa esse tipo de modalização do que é apresentado como epistêmico e deontico. Essa significação volitiva, com seu componente emotivo/sentimental serve ao fim para o qual o artigo de opinião se construiu.

O artigo de opinião autoral *Jogos de Azar* tem como fim discursivo criticar, mas a ação questionadora é visível como instigadora de um *repensar para*, ou seja, como *caçadora de saberes e consciência* na direção de soluções e mudanças. A ação questionadora, portanto, incita ao buscar o saber ou os saberes urgentes e necessários para uma boa solução a esse problema gerador de tantas controvérsias mostradas através de opiniões, pensamentos e ações contraditórias. O gênero assume sua característica de, numa situação de comunicação escrita na esfera de atividade da imprensa, contribuir para a formação de consciências e de cidadãos capazes de participar da permanente (re)construção da episteme e dos códigos deonticos que caracterizam uma dada comunidade.

7.5 Texto 5 – Um Burocrata Contra o Livro

1 Tem muita coisa aparentemente mais importante que isto, é claro, e
2 mesmo assim isto causou um arrepio na espinha de muita gente, semana
3 passada. Isto: a ameaça bastante concreta de que a escola do livro fosse fechada.
4 Sei lá se se chama assim mesmo a Escola, que porém eu sei bem o que faz:
5 ensina a conservar e a consertar livros e documentos de papel, há muitos anos.

6 Isto foi o seguinte: um burocrata da Secretaria da Educação, louvando-se
7 numa determinação legal qualquer, comunicou que a Escola do Livro ia fechar,
8 porque não cabia mais à SEC se encarregar dela. Depois, deve ter ido para casa
9 e dormido feliz. Por sorte, alguém avisou a imprensa, que foi lá e armou o
10 banzé salvador.

11 Fico imaginando o burocrata (que serve ao atual governo do estado, que
12 eu com gosto ajudei a eleger). Deve ser uma pobre alma sem luz – e até aí nada
13 podemos fazer, porque acontece de haver gente sem luz e sem vontade de ir
14 para debaixo dela. Mas é um burocrata da Secretaria da Educação, e aí a coisa
15 enfeia. Que prezo tem o sujeito esse pelo livro? Em sua singela e tola conta, era
16 preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para perguntar
17 se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei. Sim? E por que justamente
18 essa lei pateta ele precisa cumprir com tal afã. Impondo o risco de fechar a
19 Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros?

20 Minha conclusão íntima leva a pensar nesse burocrata como alguém para
21 quem os livros podem até ser retoricamente importantes, mas não o são de fato,

22 no fundo da alma. Fosse assim, ele mesmo trataria de encontrar a saída
 23 institucional para a sobrevivência da Escola, coisa afinal garantida pela entrada
 24 em cena da Secretaria da Cultura do Estado, o que não destoa da matéria.
 25 O livro, objeto singelo, de design simples e impressionantemente estável
 26 ao longo de tantos séculos, que não dá pane e sempre pode ser levado junto,
 27 objeto em que cabe tudo, da palavra “tudo” até o universo em forma de relato e
 28 estudo – o livro é forte pra burro, mas não resiste a todo burro.
 29 (FISCHER, Luís Augusto. Zero Hora, 07/05/2002)

7.5.1 Análise do Texto 5

O artigo de opinião publicado no jornal Zero Hora de 7 de maio de 2002, de Luís Augusto Fischer, é um exemplo que se utiliza para analisar tanto o uso e a elaboração da interrogação direta como da pergunta indireta em unidades informativas textuais. Chama-se novamente a atenção, mediante o quadro de observação desta pesquisa, para os papéis que essas diferentes perguntas indicam na construção do artigo de opinião, tanto em relação às unidades informativas quanto aos marcos epistêmico-deônticos.

O primeiro procedimento trata de descrever os segmentos textuais localizados pela pesquisa do O.R.T.O. A tabela de análise (Anexo H) reconhece uma unidade nuclear (N) no segundo parágrafo, que assim aparece: *Isto foi o seguinte: um burocrata da Secretaria de Educação, louvando-se numa determinação legal qualquer, comunicou que a Escola do Livro ia fechar, porque não cabia mais à SEC se encarregar dela. Depois, deve ter ido para casa e dormido feliz. Por sorte, alguém avisou a imprensa que foi lá e armou o banzé salvador.* Estabelece-se entre esse núcleo e um satélite da relação de Preparação um indicativo do o primeiro parágrafo como uma espécie de preparo para as explicitações postas no segundo. A pista deixada pelo uso de um *isto* vem se esclarecendo aos poucos, através de uma nítida estratégia apresentativa (BERNÁRDEZ, 1995). O primeiro parágrafo mostra o *isto* de forma informativa, mas já utilizando o caráter catafórico, ao indicar o que é o *isto* dentro deste texto (*Isto: a ameaça bastante concreta de...*”, linha 3). Koch (2002, p. 86) explica a

pronominalização como uma operação de referenciação; prevê a anáfora ou catáfora. O demonstrativo, neste texto, se apresenta, no segundo parágrafo, de forma anafórica, retomando o *isto* anterior (1.º parágrafo) para, depois, novamente numa catáfora interna ao segundo parágrafo, onde há a unidade nuclear, detalhar a seqüência de fatos relativos à informação inicial (resumida no *isto*). A frase, na linha 6, no segundo parágrafo inicia com: *Isto foi o seguinte:* (atenção aos dois pontos que indicam que algo mais será dito/escrito/informado). Relendo o primeiro parágrafo, pode-se compreender a relação de ida e volta que se estabelece, ou seja, entre os parágrafos, há anáfora, o segundo retoma o primeiro. Entretanto, há um processo catafórico, quando o demonstrativo *isto* é explicado, ou melhor, explicitado: *Tem muita coisa aparentemente mais importante que isto, é claro, e mesmo assim isto causou um arrepio na espinha de muita gente, semana passada. Isto: a ameaça bastante concreta de que a escola do livro fosse fechada. Sei lá se se chama assim mesmo a Escola, que porém eu sei bem o que faz: ensina a conservar e a consertar livros e documentos de papel, há muitos anos* (linhas 1 a 5). Num primeiro momento, P fala *disto* e cerca-o de detalhes que não o explicitam, deixando o leitor em um certo suspense. A estratégia da preparação do leitor para o que será foco da opinião do articulista demonstra a escolha estratégica da unidade informativa num satélite da relação de Preparação e o decorrente uso de recursos da língua para efetivar a opção feita.

Na unidade nuclear (2.º parágrafo), portanto, há uma informação cuja elaboração foi preparada no primeiro. O autor situa, no âmbito geral dos acontecimentos, um fato que não aparenta tanta importância, mas que, mesmo desimportante, *causou arrepios na espinha* de alguns. Precisa o fato, revelando-o ser o fechamento de uma escola do livro, escrita inicialmente assim, com iniciais minúsculas, mas depois elevada à Escola do Livro, com as maiúsculas que a colocam num lugar eminente. Nesse primeiro parágrafo com um satélite da

relação de Preparação, fica bastante claro que ao produtor do texto o nome não importa, porém o que faz a escola é o essencial (ensina a conservar e consertar livros).

Quando a unidade nuclear se elabora, o fato (*isto*) é explicitado, com toda sua dimensão: um burocrata da SEC, baseando-se em uma lei qualquer, interpretou que não cabia mais à SEC encarregar-se da Escola. Cita a sorte de a imprensa armar um banzé salvador, ou seja, um protesto contra esse ato grave contra uma entidade que há anos comprova sua importância não só cultural ou educacional, mas também social e comunitária. Essa unidade nuclear foi preparada, isto é, antecipada e interpretada, não sem dar um caráter de suspense com a construção do parágrafo fundada no demonstrativo, a ser esclarecido mesmo só no segundo parágrafo, em N. A pergunta indireta expressa pelo *Sei lá se se chama assim...* colabora com esse preâmbulo textual. Pode-se dizer que é verossímil considerar nuclear a unidade informativa do segundo parágrafo, pois este dá conta de todo o fato acontecido e da situação criada e, em conjunto com o parágrafo anterior, captura o leitor para a trama do texto, de fato aumentando seu interesse pela leitura.

Esses dois primeiros parágrafos (parágrafos 1 e 2) são a base sobre a qual se elabora uma unidade de avaliação. Lendo-se os parágrafos subsequentes, podem ser averiguadas como as relações se constroem. O terceiro assim está elaborado: *Fico imaginando o burocrata (que serve ao atual governo do estado, que eu com gosto ajudei a eleger). Deve ser uma pobre alma sem luz – e até aí nada podemos fazer, porque acontece de haver gente sem luz e sem vontade de ir para debaixo dela. Mas é um burocrata da Secretaria da Educação, e aí a coisa enfeia. Que preço tem o sujeito esse pelo livro? Em sua singela e tola conta, era preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para perguntar se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei. Sim? E por que justamente essa lei pateta ele*

precisa cumprir com tal afã, impondo o risco de fechar a escola que prepara as gentes que cuidam dos livros? (linhas 11 a 19). Explicando, é verossímil considerar-se esse segmento como um satélite da relação de Avaliação por haver um posicionamento de P perante N. Em outras palavras, essa unidade informativa revela uma posição de P, em relação a N. Luís Augusto Fischer escreve que considera o burocrata da SEC *uma pobre alma sem luz*, utilizando a metáfora como recurso argumentativo. A proporção que indica o conhecimento como *luz* e a característica do burocrata como *sem luz e sem vontade de ir para debaixo dela* (linhas 12 a 14) demonstra aceitar isso como uma situação normal na vida comum, mas não no ambiente de uma Secretaria de Educação. O despreço que o funcionário mostra pelo livro é denunciado pelo articulista. Ele diz sentir-se à vontade para questionar, inclusive, a competência do burocrata quando pergunta, mas, de verdade, assegura, que não é a qualquer lei que o funcionário obedece. Um processo extremamente subjetivo e avaliativo aparece nesse segmento, até por essa forma de escrever em primeira pessoa um posicionamento de repúdio a esse tipo de trabalhador que, por obrigação, deveria comportar-se de forma oposta na defesa até teimosa do saber (*luz*).

A avaliação segue em: *Minha conclusão íntima leva a pensar nesse burocrata como alguém para quem os livros podem ser até retoricamente importantes, mas não o são de fato, no fundo da alma. Fosse assim, ele mesmo trataria de encontrar a saída institucional para a sobrevivência da Escola, coisa afinal garantida pela entrada em cena da Secretaria da Cultura do Estado, o que não destoa da matéria.* Esse quarto parágrafo indica a declarada *conclusão íntima*, expressão que configura uma avaliação daquele *isto* preparatório e explicado nos dois parágrafos iniciais. Inclusive, o articulista afirma a falsidade do amor aos livros, qualificando como *retóricas* – no sentido de enganação – quaisquer palavras que o burocrata venha a dizer sobre o tema. Aponta até uma possível atitude desse senhor, que

comprovaria o valor verdadeiro que dá ao livro: seria buscar saídas institucionais na própria secretaria, onde estão os recursos humanos e materiais para o não fechamento da Escola do Livro.

A unidade informativa de Avaliação ainda contém um parágrafo que começa com uma caracterização do livro, evidenciando o valor que este objeto tem para o produtor textual. Paralelamente à valorização do livro que denota, tece uma avaliação relativa à capacidade cognitiva desse burocrata que cumpre uma determinação legal e “manda fechar uma escola”, com viés irônico e agressivo, ao definir ... *o livro é forte pra burro, mas não resiste a todo burro* (linha 28). O parágrafo todo assim está elaborado: *O livro, objeto singelo, de **design** simples e impressionantemente estável ao longo de tantos séculos, que não dá pane e sempre pode ser levado junto, objeto em que cabe tudo, da palavra “tudo” até o universo em forma de relato e estudo – o livro é forte pra burro, mas não resiste a todo burro* (linhas 25 a 28).

A identificação da inserção de perguntas nos segmentos textuais é o segundo procedimento desta análise. No satélite da relação de Preparação, é mostrada uma preocupação de mobilizar o leitor pela curiosidade de saber o que é *isto*, com o emprego de uma pergunta indireta. O uso de uma expressão da oralidade (*Sei lá*) denota a importância que o articulista atribui à escola e não ao seu nome. É com a oposição de idéias estabelecida entre *sei lá* e *que porém eu sei bem* que efetiva esta asseveração e define os valores atribuídos a essa Escola por P. A pergunta indireta está formulada com o verbo *saber* numa expressão que significa *Eu não sei*. O uso da primeira pessoa junto a esse verbo epistêmico mostra uma conceptualização de um estado de coisas que, no caso desta análise que relaciona o uso de questões em segmentos de continuidade textual, é significativo. Em palavras mais claras, a ação de declarar *não saber* o nome, mas de *saber bem* o que a escola faz, explicita uma base

referencial deste artigo de opinião autoral. O próprio tom por meio do qual se enunciaria esta frase trataria de enfatizar a pronúncia do *bem*; embora a leitura seja silenciosa (é um artigo de opinião publicado num jornal diário), o leitor criterioso não deixa de sentir esse componente entonacional que a elaboração frasal feita proporciona. Koch e Vilela (2001) apresentam essa frase como *pseudo-interrogativa indireta*. Para os autores, as pseudo-interrogativas indiretas mostram dependência de verbos como *ignorar, não saber, verificar, ver* etc. A denominação cabe, no caso em análise, por se tratar de um não saber declarado pelo produtor, mas apenas de um nome, fato menor. No campo da comunicação do uso da frase, pode-se afirmar que é uma falsa interrogativa indireta por, em realidade, funcionar no contexto como uma declaração que apresenta uma atitude do produtor expressa em sua forma e conteúdo. A frase seguinte que opõe ao *sei lá* o *sei bem* indicia a classificação que se adota.

Já na unidade informativa de avaliação, constituída pelos parágrafos 3, 4 e 5, as perguntas encontradas concentram-se no terceiro parágrafo e integram o segmento elaborado no sentido de delimitar a avaliação do autor com respeito à atitude do burocrata. Quando pergunta: *Que preço tem o sujeito esse pelo livro?* já considerou, no tópico do parágrafo, como imagina o burocrata, e já o definiu como *uma pobre alma sem luz* num lugar, a Secretaria de Educação, onde a luz é tudo que se deseja (analogia luz/saber). O parágrafo todo assim está escrito: *Fico imaginando o burocrata (que serve ao atual governo do estado, que eu com gosto ajudei a eleger). Deve ser uma pobre alma sem luz – e até aí nada podemos fazer, porque acontece de haver gente sem luz e sem vontade de ir para debaixo dela. Mas é um burocrata da Secretaria da Educação, e aí a coisa enfeia. **Que preço tem o sujeito esse pelo livro?** Em sua singela e total conta, era preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para **perguntar se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei. Sim? E por que justamente essa lei pateta ele precisa cumprir com tal afã, impondo o risco de fechar a Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros?** (linhas 11 a 19). A*

pergunta *Que prezo tem o sujeito esse pelo livro?* é parcial ou de instanciação, o que se vê pelo uso do interrogativo *que*, demandando uma resposta que defina ou descreva com clareza o valor dado – se existe – pelo funcionário, ao livro, ou melhor, perguntando de fato: *esse tal sujeito tem real prezo pelo livro?* Uma consideração referente à localização dos termos da frase focalizada também deve ser sublinhada. Veja-se a formulação *o sujeito esse*. Pode-se registrar um processo de definitivização nessa elaboração. O produtor aponta *o* sujeito/burocrata (linha 14) e não *um* burocrata (como o determinou no título e na linha 6), ainda o especificando com o uso de um demonstrativo *esse* (*Que prezo tem o sujeito esse pelo livro?*) A pergunta revela a indignação subjacente às palavras e mesclada na avaliação da situação que empreende. Quando questiona o prezo do sujeito pelo livro, o segmento de avaliação, que se caracteriza por um comentário de P sobre uma situação, ganha força argumentativa da ação de perguntar. Além disso, na composição da pergunta, o demonstrativo *esse* indica, ainda, em relação ao locutor, distância; tal distanciamento, na perspectiva em que se analisa a formulação e inserção da frase no con(texto), revela, mais uma vez, uma certa repulsa. Os adjetivos *singela* e *tola* em: *Em sua **singela** e **tola** conta, era preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para perguntar se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei* ratificam essa visão e referenciam o mundo desse artigo de opinião.

A interrogação seguinte a ser identificada e caracterizada é também indireta: *...mas eu me sinto à vontade para **perguntar se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei***. A pergunta indireta da linha 16, em realidade, é a afirmação de Fischer de que ele (o burocrata) não corre a cumprir todas as leis assim como deve ter corrido para obedecer a essa determinação legal relacionada à Escola do livro. Quando se verifica a presença de mais uma interrogação seguindo essa indireta, o *Sim?*, com a resposta contrária à real atitude que, todos sabem, o funcionário toma de costume, a avaliação assume o caminho da crítica aberta e direta. Explicando, o articulista compõe indiretamente pergunta sobre a rapidez de

cumprimento das leis em geral, pelo funcionário; responde com uma pergunta constituída por um advérbio de afirmação, todavia apontando para um não. Pode-se inferir, sob uma leitura atenta e que une as pontas todas deste texto, que: *Não, ele não se apressa a cumprir toda e qualquer lei, mas – considerando a patetice desta lei em especial, já que trata de... livros – o tolo trata de cumpri-la com afã.* O efeito de sentido do advérbio de afirmação *sim* é justamente o contrário do que indica sua feição positiva, ou seja, ele nega o que a questão inquire. É possível, aliás, visualizar esse *Sim?* como uma pergunta de certificação, segundo o que expressam Mateus e colaboradoras (2003). Em detalhe: é uma espécie de pergunta de certificação ou de confirmação, mas que busca ratificar, veja-se o texto linhas 17 a 19, se o leitor sabe a resposta, para, daí, o produtor seguir a apresentação de seus argumentos. Observe-se, ainda, que o *Sim?* é seguido de uma nova pergunta demandando as causas da celeridade do burocrata justamente no cumprimento da lei absurda. A ironia é perceptível e segue marcadamente na interrogação seguinte.

E por que justamente essa lei pateta ele precisa cumprir com tal afã, impondo o risco de fechar a Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros? é a interrogação parcial que segue e finaliza esse bloco de questionamento do parágrafo 3. A questão focalizada ou de instanciamento demanda uma causa plausível, aliás não possível do ponto de vista do autor, para a atitude do referido funcionário da SEC, diante da qual o articulista expõe sua crescente indignação. A composição da pergunta, como frase, apresenta o advérbio modalizador delimitador (NEVES, 2000) *justamente*. Essa denominação advém da noção que Neves apresenta de advérbios que não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que é dito, no entanto fixam condições de verdade por delimitar um âmbito onde são efetivadas as afirmações, as negações e, neste caso, as interrogações. O advérbio delimitador *justamente* demonstra que o produtor circunscreveu limites para seu enunciado. É dentro desses limites,

neste caso, dentro de uma restrição (*Entre tantas leis, esta foi rapidamente cumprida, por quê?*), que deve ser interpretado o enunciado. Questiona a necessidade de o burocrata cumprir a tal determinação legal, ao empregar o verbo *precisa*, ligado ao afã ou à rapidez e à vontade capazes de arriscar a continuidade da Escola do livro. Ainda na composição dessa interrogativa, a escola ganha uma adjetivação importante. Aparece determinada com singularidade, por meio de uma oração adjetiva restritiva, trazendo mais um efeito dentro desse segmento informativo de modalização, pela qualificação. Isso significa que, de acordo com o que diz Neves (2000), o uso de adjetivação cumpre um papel descritivo revelador de um certo posicionamento do locutor. Portanto, se, para o burocrata tolo, a *lei pateta* precisa ser cumprida celeremente, ação que é fruto de seu descaso e ignorância, para o locutor, que já classificou o agente da SEC de *sem luz*, a Escola é aquela *que prepara as gentes que cuidam dos livros* e, assim descrita, deve ser preservada. A adjetivação incorporada à textualização dessa pergunta revela um posicionamento epistêmico do produtor, ou seja, é, num segmento de avaliação, revelador daquilo que o articulista sabe, pensa e avalia da situação em foco.

Os demais parágrafos não apresentam mais perguntas. O que ainda se pode ponderar é que, mediante as observações e interrelações entre os aspectos analisados, tendo em vista o fim discursivo deste artigo de opinião autoral, o terceiro parágrafo funciona como um ponto crucial da avaliação e posicionamento do autor, já que o uso das perguntas é ali colocado em bloco. Por essa razão, o parágrafo 4 revela o que o próprio autor denomina *a conclusão íntima* de Luís Fischer. A conclusão, mais do que personalizada, mas íntima, escancara sua visão do funcionário e a certeza de sua incapacidade para tratar do fato. De certa maneira, ele abre (textualmente) sua intimidade para o leitor, sem nenhuma barreira; seu posicionamento é claro e objetivo diante do fato.

No quinto parágrafo, P define o livro: *...objeto singelo e impressionantemente estável ao longo de tantos séculos, que não dá pane e sempre pode ser levado junto, objeto em que cabe tudo, da palavra “tudo” até o universo em forma de relato e estudo – o livro é forte pra burro,...* Entretanto, retomando o fio da crítica, conclui *... mas não resiste a todo burro* (linhas 25 a 29), numa alusão a mais ao cidadão que, definitivamente, até o interlocutor passa a crer que *... não tem luz*.

Pode-se asseverar o alto grau de modalização deste artigo de opinião autoral, de posse das comprovações resultantes da análise, mediante o cruzamento dos usos da pergunta com os segmentos informativos textuais apontados através das relações preparação/avaliação. Seja pela linguagem muito direta, seja pela oposição de *sei lá X o que sei bem*, seja pela carga de ironia centrada muito fortemente no parágrafo contendo perguntas em bloco, levantam-se os véus e aparece uma crítica objetiva à atividade pública, aqui focalizada na área da educação. O burocrata é uma metonímia de um sistema sem luz que se apressa em cumprir leis que parecem ser importantes, pois desnudam a desimportância que setores da sociedade e da política dão a valores como educação, aprendizagem, trabalho, consciência, leitura, documentos, história e tantos outros mais. Em vista da estratégia que o articulista adotou, é verossímil que se possa afirmar que o satélite da relação de Preparação pontua a direção muito objetiva da crítica que é feita ao burocrata, ponta de um *iceberg* chamado administração pública. Afinal de contas, o fim discursivo se constrói por essas relações entre preparação e avaliação e ainda mais pelo uso também estratégico de perguntas capazes de dar conta, através de sua linguagem de composição e da sua colocação na unidade de avaliação, da adesão do interlocutor ao comentário elaborado. A crítica à burocracia que ameaça fechar a Escola do Livro, fim discursivo explicitado, é fundada nessa estratégia relacional de unidades informacionais do texto e amalgamada pelo questionamento proposto.

Sabe-se que o articulista é professor e escritor, portanto calibrado em medida exata para essa crítica. Acredita-se que a estratégia adotada deu certo, porque defende a permanência de uma Escola, mobilizando no interlocutor os valores que o distanciem de ser uma *alma sem luz*. Em palavras que *não destoam da matéria deste trabalho* (paráfrase da expressão da linha 24), conduz à busca de *saber* e de valores de *saber* para firmar uma deontologia que garanta valores de muitos séculos. De forma inequívoca, o artigo de opinião calcula um interlocutor *com luz* e capaz de, com essa luz, partilhar valores estáveis e universais representados pela Escola do Livro nesse texto. O produtor (P) enaltece, com essa expressão, o valor do saber, do epistêmico que reaparece no gênero focado.

Caracterizando, a partir deste texto, o gênero artigo de opinião autoral, pode-se lançar a conclusão parcial da presença recorrente de valores epistêmico-deônticos apresentados em unidades informativas de cunho apresentativo como a preparação. A captura do leitor ao mundo do texto começa por esse processo com operações preparatórias como também pela elaboração de unidades informacionais como a avaliação, revelando um comentário de P sobre dada situação ou fato para o qual objetiva concordância de L. Nesse ambiente construído pelas opções de continuidade textual, a pergunta se insere indiscutivelmente como recurso estratégico a mais na direção do alocutário, em função do qual o produtor orienta, em texto e discurso, suas ações com vistas, especialmente nesse gênero, ao *fazer-criar*.

CONCLUSÃO

Num primeiro momento, a revisão dos objetivos propostos é necessária para que, sobre esses, se construam as conclusões de toda a tarefa realizada.

A partir dos resultados encontrados nas cinco análises que focalizaram as perguntas nos segmentos informacionais mais significativos quanto ao número de ocorrências, é possível considerar que a modalidade interrogativa serve ao produtor do artigo de opinião autoral – no cálculo das expectativas de seu leitor – para elaborar e tornar eficaz sua ação argumentativa. Essa ação prioriza o emprego de interrogativas nas unidades nucleares ou satélites de Avaliação, o que vem a constituir uma característica recorrente do gênero em estudo. A exemplo desse uso majoritário de interrogações apontado nesse segmento macroestrutural, o avaliativo, essa modalidade frasal também aparece, de forma significativa, nos satélites das relações de Evidência, Justificativa e Solução.

Justifica-se esse resultado mediante o fato de que P considera, na elaboração do artigo de opinião autoral, que L não compreenda, ou pior, não aceite o comentário feito sobre dado assunto ou situação, o que é a característica fundamental da relação de Avaliação, sob a óptica da RST. O processo retórico avaliativo, na perspectiva dessa *retórica de escolhas*, apresenta

um comentário do produtor sobre uma dada situação, como o que se vê no texto de Fischer (*Um Burocrata Contra o Livro*), quando o articulista se posiciona perante a possibilidade de um descaso burocrático da SEC levar ao fechamento da Escola do Livro.

Outras inserções da interrogação em satélites das relações de Evidência, Justificativa e Solução apontam para e confirmam a mesma base na relação entre P e L. O produtor, com vistas a articular uma estratégia na direção da consecução de seu fim ilocutório, apresenta, no conjunto de evidências, questões que revelam provas a mais (as evidências) daquilo que afirma; usa perguntas cujo teor e cujas possíveis respostas lhe trazem mais apoio ao direito de afirmar N (justificativas); e/ou emprega questões que conduzem a possíveis métodos, procedimentos ou ações que solucionam um determinado problema (soluções).

As perguntas, por conseguinte, inseridas em unidades de uso de evidências (provas contundentes do que P afirma em N) ou em justificações (recursos explicativos de que se vale P para apoiar o direito de emitir N) servem como elementos de sustentação e de referenciação do universo construído textual e discursivamente. Esse universo se desenha tanto com o uso de interrogações do tipo parcial ou de instanciação, a maioria tipológica de interrogações encontradas, quanto com o aproveitamento de possíveis respostas a todas as questões lançadas, pelo caráter de registro de elementos que contribuem para a composição do mundo de cada texto. Em outras palavras, remetem e delineiam pontos de apoio argumentativo, tanto de reforço do que já está escrito, textualmente, quanto de ampliação de idéias inscritas, discursivamente. Por exemplo, questões que demandam causas, maneiras ou enumeração de elementos ou características de algo citado no texto levam à construção de espécies de patamares argumentativo/discursivos que servem ao produtor para que possa, dessa forma questionante e questionadora, partilhar entendimento e obter a concordância do leitor. As

perguntas promovem uma operacionalização eficaz dessa ação. São uma opção linguística comprovadamente auxiliar da estratégia escolhida.

Sob outro aspecto, quando a modalidade interrogativa é empregada num segmento que apresenta um método ou procedimento que pode solucionar um problema, remete a uma espécie de *dever-fazer*, quase que invariavelmente. Assim, pode-se afirmar, partindo das constatações feitas, que as perguntas inseridas em unidades informacionais de Solução trazem à tona valores deônticos, uma constante modalização no âmbito *strictu sensu* (no mundo dos julgamentos), conforme o que diz Guimarães (2001, p. 65) em seus estudos sobre a modalização. Revendo o artigo *Por Que Tanta Surpresa?*, que apresenta uma solução como segmento final, ilustra-se essa constatação, já que perguntas indicam caminhos que possibilitam, se realizados, solucionar um dado estado de coisas problemático. Da mesma forma, as perguntas, nessa inserção em especial, convocam o leitor para participar dessa ação salvadora, de uma forma bem direta e enfática.

O tipo de perguntas mais utilizado é a interrogação parcial – essa, segundo Guimarães (2001, p. 65) modalidade *latu sensu*, relativa à elaboração frasal do discurso – que focaliza em morfemas interrogativos a sua demanda (causas, características, modos ou maneiras, enumerações etc). Dentro dos mais diversos segmentos, como no exemplo do uso de pergunta no título do artigo *Por Que Tanta Surpresa?* – análise 1 – a modalidade interrogativa conduz o entendimento entre P e L, à medida que desenha limites ou molduras dentro das quais P orienta L na direção de um fim. A interrogação parcial em uso nesse artigo de opinião exemplifica e confirma a ação argumentativa de P, o que se acentua pela construção do texto, explicitando a função da pergunta-título. A resposta a essa questão, comprova-se, não se

esgota em mera listagem de causas de uma surpresa, mas se faz por escolhas retóricas que se elaboram em segmentos como o de evidências, com força argumentativa corroborada.

Dentro da análise dos tipos de interrogações usadas, conforme se registrou acima, não se pode negar o quadro em que surge um artigo de opinião autoral como singular no que diz respeito ao uso retórico da questão. É necessário, por conseguinte, estabelecer uma relação com o que definiu Harald Weinrich (1989) a respeito da *pergunta retórica* como uma *categoria especial de pergunta*. O termo *categoria*, além de determinar um tipo, leva a uma relação com o gênero e à inferência de que uma pergunta, de qualquer tipo que seja, no artigo de opinião autoral, não visa simplesmente às respostas. Objetiva, em primeiro lugar, a concordância, ou seja, uma pergunta que P formula no texto tem a finalidade maior de, através de seu caráter de questionamento a L, conduzir à crença. Se a resposta for dada, é no sentido de situar o comentário de P (avaliação); sugerir ou conduzir à resolução (solução); comprovar o que foi dito (evidências); dar o direito de P afirmar N (justificativa); enfim, consolidar, naquela etapa ou instância do artigo de opinião autoral, uma etapa ou instância da crença que pretende. Em linguagem adotada no referencial teórico, trata-se de consolidar os níveis ou as microações constitutivas da ação maior e global do texto. Esse fato constitui um resultado importante que ilustra uma característica do gênero estudado. Tal conclusão ratifica o que diz van Dijk (1996) e que está anotado no referencial teórico deste estudo, a respeito da construção, pelo produtor de um discurso periodístico, de uma representação textual e de um modelo situacional conforme sua intenção. P sabe que, sem boas razões e evidências, um interlocutor não descarta crenças fundamentais que foram construídas durante anos de experiências, entendimentos e ações. P sabe que a aceitação de uma proposição sua, no artigo de opinião, depende, de forma visceral, da relevância cognitiva, da hierarquização de ações lingüísticas na argumentação.

Ainda na perspectiva da conclusão relativa aos objetivos propostos neste trabalho, a modalização aparece no entremeio das ações micro e macroestruturais do gênero focalizado. Traços epistêmicos levantam-se ao lado (ou nas subjacências) dos deônticos, por ser um texto que se alicerça em saberes de P, na busca do saber de L, e cujas razões evocam valores que já fazem parte ou deveriam estar presentes na situação abordada pelo artigo. Assim visualizados, os valores epistêmico-deônticos servem à construção da representação textual de P e ditam ou remetem às boas justificativas, às evidências, às avaliações e às soluções arregimentadas na elaboração do artigo opinativo. Dito isso, as perguntas remexem recantos de memória de P e L, seres individuais e sociais. As interrogações situam social e historicamente os parceiros da comunicação e constroem crenças de forma a partilhar uma deontologia. Tudo isso vem corroborar o que Parret (1988, p. 80) define como abordagem axiológica, indicando-lhe características formais da *canonicidade e expansão*, ou seja, com uma relação à origem grega da modalidade, todavia com a possibilidade de implicação modal governada por uma lógica profunda cuja “garantia é a sua própria coerência”.

No aspecto da modalização, portanto, o artigo de opinião autoral caracteriza-se marcadamente pela presença do *saber* e do *dever*, nas formas mais variadas: saber-saber/dever-saber (respondendo à dada pergunta, conscientizar causas, fatos, buscar respostas não conhecidas ou lembradas etc); saber-ser/dever-ser (em relação a atitudes conforme valores deônticos compartilhados); saber-fazer/dever-fazer (de forma a modificar estados de coisas problemáticos); saber-crer/dever-crer (como forma de comprometimento ético que o artigo de opinião pode levantar). Anote-se que todas essas atitudes propostas por um produtor ao seu leitor diário ou semanal compõem o quadro maior do *fazer-crer* para o qual se volta, como gênero emergente de uma esfera da comunicação midiática, o artigo de opinião autoral.

Outro aspecto comprovado e importante é o de que a modalização de fato não se esgota na forma ou na regra da língua. Muito pelo contrário, embora haja usos lingüísticos determinantes de posicionamento e atitudes de P expressos na produção do texto, a exemplo de formas verbais, adverbiais etc, essas são superfícies aparentes – entre tantas outras escondidas – da força modalizadora da composição do texto. Para isso convergiram todas as definições adotadas na confecção desta dissertação, dando a direção do *uso* textual em situações de comunicação com objetivos determinados explícitos ou implícitos. A modalidade interrogativa, é bom que se ressalte, sendo pergunta, possibilita revelar um saber que se disfarça de ignorância, na busca do leitor para o mundo do artigo; pode expressar um saber que é autorizado e alimentado por um *ethos* da mídia onde surge o gênero de opinião escrito; oportuniza procurar o saber de L para que, através dele, se construa a adesão àquilo em que o produtor crê e quer fazer crer. Portanto, a modalização, que é definida, em suas origens, como uma atitude ou posicionamento de um produtor diante de uma proposição, mostra seu caráter indiscutivelmente pragmático, ou seja, que faz *uso* de todas as possibilidades morfológicas, sintáticas e semânticas que a língua coloca à disposição do locutor. Assim, a pergunta, bem como outras pistas lingüísticas potenciais de modalização, mobilizam, em ação de comunicação verbal, produtor, leitor, espaço, tempo, discursos anteriores e universo de referências que se relacionam, em cada artigo produzido, de forma original ou singular, orientados ao fim que cada texto tem para si. Todos os artigos analisados comprovaram essa característica de uso da modalidade, sendo mobilizadora desses elementos em uma situação de comunicação, assim enumerados por Mateus et al. (1983, p.143).

Em relação ao O.R.T.O., à medida que o projeto foi chegando aos dados finais, semelhanças conclusivas no que se refere aos tipos de relações mais freqüentes foram sendo encontradas, pois as perguntas também incidiram, de acordo com o *corpus* analisado neste

estudo, nas mesmas relações textuais cujo número foi quantitativamente superior, conforme o contabilizado nas tabelas. A diferença foi no uso da questão na Preparação, unidade informativa bastante freqüente neste gênero, mas não tão explorada com o uso de perguntas. Essa observação marca a idéia de que o uso da pergunta no artigo de opinião acresce significado à estratégia de elaboração de unidades informacionais centrais e finais (no sentido espacial da escrita do texto), o que não caracteriza a Preparação, visto ser uma unidade inicial ou de abertura do texto.

É possível afirmar que é inegável o valor que se pode atribuir à presença da modalidade interrogativa com o recurso de que se vale o produtor para construir sua estratégia de escrita do artigo de opinião autoral. Inserido no mundo do argumentar, no qual a controvérsia emerge das opiniões dadas por P em contato com a opinião muitas vezes já formada por L, o texto opinativo, em especial o autoral, permite a montagem de um campo inteiramente voltado para a defesa de valores e axiologias.

A montagem de um texto com estruturas retóricas consideradas a partir de um recorte dado por um fim discursivo, defensor de valores emitidos por um produtor, e uso das regras e dos recursos lingüísticos dispostos pela língua, faz-se à luz de uma estratégia. Às ações argumentativas, que mobilizam processos de memória imediata ou remota para reconstrução de referências dentro e fora do texto, é acrescentada a ação de interrogar, revestida de grande importância no artigo de opinião autoral como desencadeadora de processos operatórios cognitivos persuasivos através da linguagem, nas ações de justificativa, de evidência, de solução e de avaliação. O caráter de elemento organizador de que se reveste a pergunta contribui para a progressão textual, pelo papel simultâneo de rótulo retro e prospectivo, função que atribui um valor particular aos argumentos postos pelo produtor na sua elaboração

estratégica. Na perspectiva tema/rema, a interrogação inserida no corpo do artigo de opinião autoral é um foco, portanto, de fechamento, mas também de abertura de um novo referente, pois as respostas que suscita possibilitam a progressão por meio do jogo informativo da construção macroestrutural do texto.

Na pesquisa realizada, fica evidente que a modalidade interrogativa é altamente eficaz nas unidades informativas (relações) no gênero em foco – o artigo de opinião autoral. Os segmentos informativos identificados como: evidência, justificativa, avaliação e solução e também a numerosa presença de perguntas em unidades nucleares (especialmente núcleos de Avaliação), nos cinco artigos analisados, deram prova da eficácia de uma pergunta no processo de elaboração de cada um desses segmentos estruturais. Essa influência acaba por amparar e direcionar o todo do texto ao *fazer-crer* objetivado.

Mesmo que as hipóteses levantadas a partir das observações livres que os textos disponibilizados pelo O.R.T.O. propiciaram, relativas à modalização e ao uso de perguntas, tenham sido corroboradas com a descrição de cinco textos, e que os procedimentos efetuados tenham buscado a variedade tipológica de perguntas, o estudo tem seus limites circunscritos aos objetivos que foram traçados. Nessa medida, pode-se afirmar que a posição de leitor(a) – analista, conforme o que preconizam Mann e Thompson (1992), aponta direções riquíssimas para futuras pesquisas, o que, de imediato, valoriza a abordagem feita, nunca tendo por esgotado seu potencial de aprofundamento e ampliação, o que leva a novas questões para pesquisas necessárias e, por que não dizer, urgentes.

Assim, numa segunda etapa das conclusões deste estudo, diante do exame dos objetivos e dos resultados a que as conclusões conduziram, sabe-se das limitações e da

urgência de continuidade desses estudos. No entanto, consideram-se significativamente marcadas as conclusões a respeito do gênero artigo de opinião autoral, e se apontam para novas direções, as pesquisas com a modalidade interrogativa. Essa é a primeira sugestão indicada, em vista do escasso – pode-se dizer inexistente – número de trabalhos sobre o papel da modalidade interrogativa nos gêneros diversos em circulação na sociedade, principalmente com a perspectiva para além da oração em si, mas com relação a unidades informacionais constituintes do texto e fins discursivos. O que se encontra a respeito do uso da interrogação, além do tradicional estudo tipológico ou de sua constituição sintática, diz respeito ao questionamento como técnica da Oratória ou circunscrita à Filosofia ou Direito, distante da tessitura do texto, que é onde se concretizam e se revelam faces e interfaces de sentido.

Além dessa, outra indicação mais específica se impõe: a do estudo da modalidade frasal interrogativa em outros gêneros em uso no campo do argumentar. Justifica-se essa sugestão pela crescente preocupação, por parte dos diversos níveis educacionais, com a formação da consciência crítica e sua paralela capacitação tanto do aluno quanto de profissionais no uso da expressão lingüística de forma competente. A implicação didática maior que este estudo traz à cena é justamente a necessidade de se desenvolverem competências e habilidades, desde cedo, no processo educativo e, especificamente, no campo do ensino/aprendizagem de Língua Materna, que oportunizem a expressão eficiente, criativa (no sentido de inovação em combinações informacionais possíveis em função de um fim pretendido, portanto baseada em saber o que a língua disponibiliza no seu arsenal, para que um produtor estruture uma estratégia de comunicação escrita competente e de sucesso), consistente e enriquecedora da comunicação e convivência humanas.

A aplicação dos resultados obtidos, finalmente, pode conduzir, em seguimento ao que foi indicado nos parágrafos imediatamente anteriores, à confecção de materiais didáticos que promovam o desenvolvimento das habilidades representadas pelas operações cognitivas que estão na base das análises realizadas. Em outras palavras, por que não elaborar materiais de efetivo estudo de texto, considerando as opções de continuidade constituídas não apenas de consistentes asseverações apresentadas declarativamente, como é comum encontrar-se em textos de feição argumentativa em geral, mas também ensejando uso hábil de modalidade interrogativa na elaboração de argumentos e como elementos organizadores da referenciação de instâncias da ação de argumentação? Qual a razão de seguir a didática simplista da introdução, desenvolvimento e conclusão, compostas de uma afirmação tópica e uma série, ainda, de outras afirmações sobre a principal? Por que usar a modalidade interrogativa restrita a questionários e a entrevistas, de estilo ação-reação? Para que serve a existência dessa modalidade frasal, se é usada para, simplesmente, memorização de preceitos gramaticais e sintáticos, num ensino incompetente na consideração de partes interagentes e organizadas de uma estrutura textual com um sentido em cada enunciação e em cada situação de comunicação?

Muitas outras questões poderiam levantar-se e muitas sugestões vêm à conclusão, entretanto retoma-se Perelman (2004, p. 27), pela pertinência de sua palavra: “O pensamento, enquanto expressão de um juízo resulta de uma tomada de posição, cuja legitimidade é preciso justificar, e que envolve a personalidade de quem julga”. Elaborá-lo, diz ele na continuidade, mas em palavras que se parafraseiam por questão de adequação textual, não remete simplesmente a uma ontologia, porém, a uma *axiologia* possibilitadora do direito a uma dada atitude ou proposição, ação de que deve ser capaz um ser racional que pensa, julga, crê e decide.

O estatuto do que é opinável, por conseguinte, deve ser considerado nas diversas instâncias das relações humanas. Mesmo com a controvérsia entre as axiologias vigentes, cada ser humano, em contato com o outro, poderá construir os saberes e os deveres necessários e indispensáveis para uma vida mais digna. A produção de pontos de vista por meio da linguagem é crucial para uma nova ação que não só transforme, mas também faça evoluir as epistemologias e as deontologias das comunidades. Nessa ação languageira, a interrogação tem papel organizador, motivador e convocatório, garantindo que P e L partilhem, (re)elaborem e concretizem seus universos de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. -J. **Construction de la référence et stratégies de désignation**. In: A. Berrendonner; M. -J. Reichler-Béguelin (eds.). 1995. p. 143-73.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 135p.

_____. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University, 1962.

BATEMAN, John A. Between the leaves of rhetorical structure: static and dynamic aspects of discourse organization. **Verbum**. Nancy: Université de Nancy, tomo XXIII, n.1, 2001. p. 31-58.

BEAUGRANDE, Robert Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la lingüística del texto**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1997. 347p.

_____. **Einführung in die Textlinguistik**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1972.

BERNÁRDEZ, Enrique. **Teoría y epistemología del texto**. Madrid: Cátedra, 1995. 238p.

_____. **Introducción a la lingüística del texto**. Madrid: Espasa, 1982. p. 85.

_____. Las macroestructuras textuales como objeto del estudio lingüístico. **Paper presented at the Actas de las I Jornada de La Lengua y Literatura Inglesa y Norteamericana.** Logroño: 1990. p. 107-19.

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa.** Traduzido por Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 351p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours: éléments de sémiolinguistique – Théorie et pratique.** Paris: Hachette, 1983. 175p.

_____. **Grammaire du Sens et de L'Expression.** Paris: Hachette Livre, 1992. 927p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004. Tradução de: Fabiana Komesu. 555p.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biase; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Clássicos da lingüística: referenciação.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

_____. **Anaphoric encapsulation.** Belgian Journal of linguistics, 10, 1996.

CORACINI, Maria José. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência.** São Paulo: Educ, 1991. 212p.

CRYSTAL, David. **Dicionário de lingüística e fonética.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 275p.

DAGOSTIM, Salézio. Por que tanta surpresa? **Zero Hora,** Porto Alegre, 06 ago. 2003. p. 19.

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa: características gerais e referências.** [2000] Disponível em: www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf. Acesso em: 18 maio 2004.

DIK, Simon C. **Gramática funcional.** Traduzido para o espanhol por Fernando Serrano Valverde e Leocadio Martin Mingorance. Madrid: Sociedad General Española de Librería S. A, 1981. 295p.

_____. **Functional grammar**. Amsterdã: North Holland, 1978.

FARIA, Isabel Hub. O uso da linguagem. In: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria et al. **Gramática da língua portuguesa**. 6.ed. Lisboa: Caminho, 2003. pt.2, cap.4, p. 55-84.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FISCHER, Luís Augusto. Um burocrata contra o livro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 07 maio 2002.

FIORIN, José Luiz. Modalização: da língua ao discurso. **Alfa**. São Paulo, v.44, p. 171-192. 2000.

GIERING, Maria Eduarda. O artigo de opinião: as escolhas estratégicas do produtor para o fazer-crer. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v.3, n.2, p. 138-43, maio-ago. 2005.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. 486p.

GREIMAS, Julien Algirdas; COURTÈS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Traduzido por Alceu Dias Lima, Diana Luz P. de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1979. 493p.

GRICE, H. Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. **Fundamentos metodológicos da Lingüística**. Campinas: UNICAMP, 1982. p. 81-103.

_____. **Studies in the way of words**. New York: Academic Press, 1975, 1978.

GUIMARÃES, Elisa. Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica. **Educação e Linguagem**, São Paulo, n.5, p. 65-77, jan.-dez. 2001.

HALLIDAY, M. A.; HASAN, R. **Cohesion in spoken and written english**. Londres: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. New York: Oxford University Press, 1989. 126p.

IORIO, Ubiratan. A angústia dos liberais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 19 jul. 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Texte et contexte. In: **SCOLA – Sciences Cognitives, Linguistique & Intelligence Artificielle**. 1996. cap.6, p. 40-59.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 240p.

_____. _____. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Caderno de estudos da linguagem**, Campinas, v.41, p. 75-89, jul.-dez. 2001.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 168p.

_____. A construção de objetos-de-discurso. **Revista latinoamericana de estudios del discurso**, Caracas, v.2, n.1, p. 7-27. 2003a.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2003b. 134p.

_____. _____. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A coesão textual**. 19.ed. São Paulo: Contexto, 2004a. 84p.

_____. _____. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b. 190p.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (coord). **A coerência textual**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 1997. 94p.

_____. _____. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, Ingedore; VILELA, Mario. **Gramática da Língua Portuguesa**. Almedina, 2001. p. 285-407.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1999. 340p.

MANN, William. **Introducción a la teoría de la estructura retórica (Rethorical Structure Theory: RST)**. [1999] Disponível em: <http://www.sil.org/~mannb/rst/spintro.htm>. Acesso em: 02 abr. 2004.

_____. **RST relation definitions: a tool for analyzing ext**, 2003. Disponível em: <http://www.sil.org/~mannb/rst/reldefs.thm>. Acesso em: 26 nov. 2004.

MANN, William C.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M.; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical structure theory and text analysis. In: **Discourse description – diverse linguistic analyses of a fund-raising text**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992. p. 39-78.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Referenciação e Progressão Tópica: Aspectos Cognitivos e Textuais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DO DISCURSO, 1999, Rio de Janeiro. **Polígrafo de leituras do minicurso Coerência e referenciação: condições de produção textual e acesso ao sentido**. 13 a 15 out. 1999.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs). **Gêneros textuais e ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

_____. **Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa**. In: I CONFERÊNCIA DE COGNIÇÃO UNICAMP, São Paulo, 2003. p. 1-16.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Villaça. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (Orgs.). **Gramática do português falado: novos estudos descritivos**. Campinas: Unicamp, 2002. v.8, c.1, p. 31-56.

MARIANI, Júlio. Jogos de Azar. **Zero Hora**, 03 mar. 2004.

MATEUS, Maria Helena; FARIA, Isabel Hub et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, Coleção Universitária, 2003. p. 435-79.

_____. _____. Coimbra: Almedina, 1983. 566p.

MARI, Hugo. et al. Retórica, argumentação e discurso. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**, Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 157-199.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Thomson, 1998. 203p.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1984. 263p.

MONDADA, Lorenza. **Le langage en action**. Actes du colloque “L’actualité des recherches-actions”, Paris: 16-18.2. 2000. In: CURSO DE COGNIÇÃO, LINGUAGEM E INTERAÇÃO: PRODUÇÃO TEXTUAL E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO, 2001, São Leopoldo. UNISINOS.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Unesp, 2000. 1037p.

NOGUEIRA, Armando. A bronca dos clubes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 dez. 2003.

PARRET, Herman. **Enunciação e Pragmática**. Campinas: Unicamp, 1988. 256p.

PATTON, Michael Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills, CA: Sage, 1980. 381p.

PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Traduzido por: Maria Ermantina Galvão. 653p.

_____; _____. **Traité de la argumentation**. Bruxelas: Éditions de l’Université de Bruxelles, 1992.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Traduzido por: Maria Ermantina de Almeida Prado Brandão. 417p.

_____. **Rhétoriques**. Bruxelas: Éditions de l’Université de Bruxelles, 1989.

PROJETO O.R.T.O. Disponível em: <http://www.comunica.unisinos.br/orto/movie.htm>. Acesso em: 29 set. 2004.

RÉCANATI, F. **La transparence et l' énonciation**. Paris: Seuil, 1979.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **Conversão mal resolvida**. O Globo, Rio de Janeiro, 15 dez. 2003.

ROSSARI, Corinne. **Les relations de discours**: approches rhétoriques, approches pragmatiques et approches sémantiques. **Verbum**, França, v.XXIII, n.1, p. 59-123, 2001.

SEARLE, John R. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos da fala. São Paulo, Martins Fontes, 1995. 294p.

_____. **Expression and meaning**. Cambridge University Press, 1979.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **La relevancia**: comunicación y procesos cognitivos. Madrid: Harvard University Press, 1986. 322p.

SUÁREZ, Luisa Santamaría; CARRO, María Jesús Casals. **La opinión periodística**: argumentos y géneros para la persuasión. Buenos Aires: Docencia, 2000. 399p.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. São Paulo: Contexto, 2004. Traduzido por: Rodolfo Ilari. 364p.

VAN DICK, Teun A. Estructuras y funciones del discurso. **Una introducción interdisciplinaria a la lingüística del texto y a los estudios del discurso**. Siglo Veintiuno Editores, 2000a. 204p.

_____. **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000b. 507p.

_____. **Discourse as Structure and process**. Londres: Sage Publications of London, 1997.

_____. **Cognição, discurso e interação**. (Org. Ingedore V. Koch). 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000c. 207p.

_____. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **La ciencia del texto**. 5.ed. Barcelona: Paidós, 1997. 309p.

_____. **Tekstwetenschap. Een interdisciplinaire inleiding**. Holanda: Het Spectrum B. V., 1978.

_____. Las estructuras de la noticia. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1996. p. 35-123.

_____. **News as discourse**. Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1980.

_____. **Texto y Contexto**: semántica y pragmática del discurso. 5. ed. Madrid: Catedra, 1995. 357p.

_____. **Text and context**. Londres: Longman, 1977.

VIGNAUX, Georges. **L'argumentation**: du discours à la pensée. Paris: Hatier, 1999. 79p.

WEINRICH, Harald. **Grammaire textuelle du français**. França: Didier/Hautier, 1989. p. 527-59.

WOLTHERS, Gabriela. Discurso em ruínas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2002. p. A2.

APÊNDICES